

WOLFGANG LENK

A Idade de Ferro da Bahia

Guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654

Dissertação de Mestrado em História
Econômica elaborada sob a
orientação do Prof. Dr. Fernando
Antônio Novais e apresentada ao
Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas.

CAMPINAS, 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	L547i
V	
TOMBO	59515
PROC.	16-0-11704
	C <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	14/09/2004
Nº CPD	

Bib id 322779

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA

L547i

Lenk, Wolfgang.

A idade de ferro da Bahia : guerra, açúcar e comercio no tempo dos flamengos, 1624-1654 / Wolfgang Lenk -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador: Fernando Antonio Novais.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Holandeses – Brasil. 2. Brasil – Historia – Dominio Holandes – 1624-1654. 3. Bahia – Historia – 1624-1654. I. Novais, Fernando A. (Fernando Antonio), 1933-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Aos amigos do Instituto de Economia da UNICAMP.

AGRADECIMENTOS

Na abertura de *The Dutch in Brazil*, Charles R. Boxer deseja à sua leitura “algo de novo, algo de velho, algo de estranho”. É uma pena, mas seria pretensioso desejar o mesmo para a leitura da presente dissertação. Ainda assim, daquilo que é estritamente voltado para a consecução do grau de Mestre em História Econômica, aqui reserva-se a vontade de que se possa encontrar neste volume algo além. Tal seja o caso, não será produto das parcas destrezas do autor, mas do sustento desmedido que encontrou em muitos indivíduos de mor qualidade, sem os quais estas páginas folheariam por um branco irresoluto.

Do Prof. Dr. Fernando Antonio Novais veio a orientação segura e exigente, entregue por meio da convivência adorável, a todo instante enriquecedora, que proporciona essa pessoa fascinante — seu contato tem sido um prazer e um privilégio muito além do que se pode representar.

Do Prof. Dr. Jobson Arruda veio um incentivo tão sincero quanto valoroso à realização do trabalho, bem como apontamentos de grande utilidade sobre a leitura dos rascunhos e do texto apresentado no Exame de Qualificação. Aqui também deve-se chamar a presença do Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, que também deu sua valiosa contribuição.

Destacam-se do corpo docente, todo ele uma fonte preciosa de aprendizado, alguns membros que estiveram mais próximos. O Prof. Dr. Rui Guilherme Granziera assumiu a orientação dos primeiros passos do trabalho e contribuiu grandemente com seu “método das coisas prosaicas”. O Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves abriu uma oportunidade de participação no curso de Formação Econômica do Brasil do Instituto. A Prof.a. Dr.a. Wilma Peres Costa depositou seu interesse no trabalho, apresentou sugestões e esteve sempre especialmente presente.

Um agradecimento especial é devido a Prof.a. Dr.a. Leonor Freire Costa, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Como será percebido, sua tese de doutoramento ocupa espaços fundamentais no corpo da presente dissertação — tese que a Prof.a. teve a imensa cortesia de mandar pelo correio através do oceano. No foro internacional, deve-se mencionar também os efêmeros porém frutíferos colóquios com o Prof. Dr. Eddy Stols, da Universidade Católica de Louvain, arguto conhecedor do período holandês da história brasileira.

Entre os colegas do programa de pós-graduação em História Econômica, arrisca-se uma injustiça: embora todos tenham oferecido um espaço de interlocução privilegiado e caloroso, alguns tiveram presença mais forte na elaboração deste trabalho, pela leitura dos rascunhos. O Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti destacou-se por sua astúcia afiada e ofereceu um tesouro de conhecimento em suas argüições. O Prof. Rogério Naques Faleiros ofereceu sua experiência como pesquisador e estudioso da história. O Prof. Ricardo Zimbrão de Paula foi um companheiro insubstituível; sempre um fiel depositário das desventuras do ofício. O Prof. Leovigildo Duarte Pereira presenteou com o seu vultoso *Pequeno glossário histórico para conviver no São Paulo do Brasil Colonial*, recurso do qual várias vezes se lançou mão com sucesso. Ainda houveram, em Campinas, os professores Milena Fernandes de Oliveira, Joely Ungaretti Pinheiro, Éder Luiz Martins e André Alípio; em São Paulo, Iraci Galvão Salles, Carlos Paiva, Íris Kantor, Ana Megiani, Fátima Toledo e Sílvia Lara.

A pesquisa contou ainda com o apoio auspicioso de Maria Cristina Pinke de Souza, na Coleção Sérgio Buarque de Holanda da Biblioteca Central da UNICAMP, de Maria Itália Causin, no Instituto de Estudos Brasileiros. No Instituto de Economia, foi imprescindível a ajuda de José Alberto Curti. Para um trabalho que não contou com financiamento de instituições de pesquisa, o apoio de Ademir Giacomo Pietrosanto e o Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel foi fundamental para ter acesso à algumas teses defendidas em universidades estadunidenses, entre elas a de David Grant Smith.

Distante dos livros, atas e documentos, estiveram aqueles que investiram resiliência no autor e contribuíram pelos caminhos menos esperados: Marcelo Lisboa Braga, amigo e desenhista impecável, ajudou na pesquisa dos mapas; Bernadete Rossetti e José Luís Rossetti, com o interesse oblíquo ainda que marcante dos italianos; Vanda Lúcia V. Nogueira e sua presença silenciosa; Pitágoras de Samos e sua amizade a se perder nos séculos; Erika Lenk, sempre por perto; Dietrich Lenk, o primeiro a lembrar que o Conde de Nassau-Siegen era, naturalmente, alemão; Leila Maria Lenk, sem o saber, a primeira a alertar para os meandros da *intellektuelle redlichkeit*.

Quando tudo mais faltou, houve o amor de Leila Maria Pezzato.

SUMÁRIO

Introdução, 1

I — Novas colônias e novo colonialismo, 13

II — A guerra no Recôncavo, 43

III — O 'sustento do presídio', 75

IV — África, Europa e Bahia, 113

Conclusão, 155

Fontes e bibliografia, 157

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

- Tabela 1: Ofícios registrados e contribuição média no donativo de 1642, 106
- Gráfico 1: Produção holandesa de açúcar (1622-66), 131
- Tabela 2: Número de engenhos por capitania (século XVII), 138
- Gráfico 2: Aquisição de escravos e preços médios, Sergipe do Conde (1622-53), 140
- Gráfico 3: Produção e preço do açúcar branco, Sergipe do Conde (1622-53), 143
- Gráfico 4: Produção e preço do açúcar mascavo, Sergipe do Conde (1622-53), 143
- Gráfico 5: Valor dos arrendamentos do dízimo na Bahia, em milhares de cruzados (1623-56), 144
- Gráfico 6: Valor dos arrendamentos da renda do verde na Bahia, em mil réis (1626-48), 144
- Gráfico 7: Preços do açúcar branco, Bahia e Amsterdam (1622-54), 148
- Gráfico 8: Preços do açúcar mascavo, Bahia e Amsterdam (1622-54), 148

RESUMO

A presente dissertação investiga os impactos das invasões holandesas de Salvador (1624) e Pernambuco (1630-54) na economia açucareira do recôncavo baiano. No primeiro capítulo, estuda-se o cenário no qual se inserem as invasões: a renovação do ímpeto europeu de expansão a partir de 1600 e a “crise geral” do século XVII; No segundo, as conseqüências diretas das operações de guerra: a destruição de engenhos e canaviais, a emigração de Pernambuco ocupado, as expedições contra mocambos e o gentio. No terceiro, o esforço fiscal para o sustento das tropas; No quarto, desenha-se o movimento conjuntural da economia do açúcar na Bahia à luz da história dos conflitos luso-hispano-neerlandeses e da economia açucareira no mundo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a reconstituir os impactos das invasões holandesas no Brasil para a economia açucareira da Bahia de Todos os Santos. Como capital do Estado do Brasil, a Bahia foi o primeiro alvo do conflito em 1624 e a última linha de resistência em 1638. Bastava que, nesta ocasião, fosse tomada a cidade de Salvador e o domínio lusitano do Nordeste estaria por um fio. Como centro das operações portuguesas, a Bahia comprometia o Brasil holandês: dali partiam tanto os reides contra o interior pernambucano como a concorrência à sua produção. Mas a guerra ia além de engenhos e canaviais: o controle inimigo dos mares obstava o escoamento da produção e atingia a colonização em seu sentido fundamental. Mesmo quando distante dos movimentos militares, a Bahia estava intimamente envolvida na balança do conflito.

Sobretudo, era uma guerra de açúcar. Não apenas porque o controle da produção era seu objetivo mais estratégico, mas também porque era a economia açucareira que sustentava o esforço bélico em ambos os lados. Este volume, portanto, busca trabalhar a Bahia de maneira semelhante àquela feita para Pernambuco, salvas as diferenças entre os autores e as capitânicas¹.

¹ Evaldo Cabral de MELLO. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998

*Debbe, adunque, uno principe non avere altro
obietto nè altro pensiero, nè prendere cosa alcuna
per sua arte, fuora della guerra, e ordini e disciplina
di essa; perchè quella è sola arte che si aspetta a chi
comanda.*

Niccolo Machiavelli

L'Europe recommence en Amérique

Fernand Braudel

Não se trata de tema inédito — as guerras tocam o nervo das nacionalidades e não existe nação sem história. Pois encontraremos a história das lutas com os holandeses no Brasil na esteira da construção da historiografia brasileira, com Francisco Adolfo Varnhagen e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Entretanto, vamos evitar esse caminho. Nosso interesse será a história econômica dessa Bahia contra a Holanda, dessa “guerra dos trinta anos brasileira”, nas palavras de Serafim Leite². Uma história também a se buscar em campos de outra guerra, tanto mais ampla quanto transformadora: a guerra quase permanente entre os Estados modernos. Em seu aspecto neural, guerra mercantil, mercantilista. Na perspectiva atlântica do seiscentos, seu rosto é doce e negro.

Partiremos dos maiores meandros desse assunto, como já delineados em trabalhos clássicos sobre a economia colonial dos açúcares e dos escravos.

Com Celso Furtado, encontramos uma análise do tema baseada nos termos da fissão entre economia exportadora e economia interna cujas raízes adentram a formação econômica do Brasil. A guerra, então, constitui o momento mais difícil para a vida política do império luso: os danos ao comércio e os gastos militares são mais prejudiciais ao comércio e ao fisco metropolitano do que ao sistema produtivo colonial. A base escravista desse sistema lhe investe de resistência aos retrocessos do mercado de exportação, uma vez que as unidades produtivas perdem capacidade por um processo muito lento sem que se impliquem transformações estruturais. Por outro lado, a economia criatória se expande pelo sertão, simplificando em suas formas de divisão e especialização do trabalho. Ressalta-se, também, a abertura das terras tropicais do continente americano, defendidas até o fim do século XVI pela união de portugueses e espanhóis, invadidos por holandeses, ingleses e franceses depois

² Serafim LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, v. 6. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugal, s.d., p.76.

de 1654. Logo, Celso Furtado afirma que “os prejuízos são bem maiores para Portugal que para o próprio Brasil, teatro das operações de guerra”³. A resposta da Metrópole (as desvalorizações do real) reanima na Colônia o setor exportador e prejudica a economia criatória, onde se acentua a reversão à subsistência e o atrofiamiento da divisão do trabalho. Sendo assim, o oscilar inconstante do comércio exterior durante o conflito realça na economia colonial a distinção entre setor exportador e economia interna⁴.

Em 1960, publicou-se um trabalho inteiramente dedicado ao complexo português no Atlântico entre 1570 e 1670, inaugurando uma variedade de fontes quantitativas. Frédéric Mauro pressupõe então que os vazios nas fontes e séries históricas impossibilitam o estudo de movimentos cíclicos ou conjunturas decenais; seu objetivo é encontrar a dinâmica secular do primeiro movimento de expansão portuguesa que determina aquele recorte cronológico — uma curva geral de expansão e recolhimento econômico⁵. Segundo sua interpretação, uma expansão produtiva puxada pela ascensão dos preços; caso bem peculiar na depressão europeia do século XVII, e que se reconduz a esta conjuntura geral apenas a partir de 1670. Até 1600, há expansão acelerada na produção e elevação sustentada nos preços. Entre 1600 e 1625, produção e exportação parecem estacionar (pelo qual se explica o interesse na inovação da moenda de cana). Há uma nova expansão entre 1625 e 1650, apesar da conquista holandesa de Pernambuco: os portugueses se dedicam ao crescimento do sul (do Rio de Janeiro, em especial, cuja produção se iguala ou ultrapassa a produção baiana)⁶.

³ Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil*. 22 ed. São Paulo: Nacional, 1987, p. 65.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 41-68; Pode-se encontrar um preâmbulo destas reflexões na tese de doutoramento de Celso Furtado, recentemente publicada pela Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica e pela HUCITEC (*Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001).

⁵ “Dado o caráter lacunar das séries, não se trata de procurar aqui variações cíclicas ou decenais, que dependem em parte das colheitas e da meteorologia, mas apenas de encontrar movimentos de longa duração, e um movimento secular, que se explicam por outros fatores” (Frédéric MAURO. *Portugal, Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Trad. Manuela Barreto. Lisboa: Estampa, 1989, v. 1, p. 313).

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 322-3.

Há então um “paralelismo” entre as curvas de produção e de preços do açúcar na Bahia, dos dízimos arrendados nesta capitania e dos preços em Amsterdam — “ele traduz o sucesso da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais: a chegada do açúcar diretamente de Pernambuco faz baixar os preços no mercado de Amsterdam. O domínio do mar impede a exportação do açúcar português e, em Lisboa, depois de 1645, o açúcar é mais caro que em Amsterdam”. Isto explica a época áurea do complexo açucareiro na capital holandesa entre 1630 e 1660⁷. Depois de 1670, a concorrência antilhana e o agravamento da depressão européia finalmente deprimem a economia do açúcar na América portuguesa⁸.

A pesquisa e a interpretação de Frédéric Mauro foram revistos por Stuart Schwartz e Vera Ferlini em trabalhos publicados em meados de 1980.

O historiador estadunidense recusa, de início, o pressuposto de Frédéric Mauro sobre as limitações das séries quantitativas⁹. A partir de uma série de preços ampliada, Stuart Schwartz afirma que a época áurea da economia açucareira se encerra pelas conseqüências da crise de deflação européia a partir de 1619. Ao inverso de um atraso colonial em se alinhar à conjuntura geral, há um atraso na retomada após a crise deflacionária; enquanto os preços na Europa se recuperam até 1622, na Bahia a depressão se prolonga até aproximadamente 1635 — conseqüência das invasões de Salvador e Recife pelos holandeses, dos prejuízos de guerra, das requisições de escravos e botes, do saque de caldeiras de cobre e caixas de açúcar, da captura de mercantes portugueses em alto mar e do aumento do valor dos fretes. Novo levantamento dos arrendamentos do dízimo na Bahia fortalecem esta idéia; Stuart Schwartz estima que a renda bruta média por engenho tenha caído pela metade¹⁰. Depois,

⁷ *Id., ibid.*, pp. 312 e segs.

⁸ *Id., ibid.*, pp. 315-7.

⁹ “A periodização da economia açucareira brasileira não é simplesmente um ‘século do açúcar’ (1570-1670) seguido por estagnação e declínio” (Stuart SCHWARTZ. *Sugar plantations in the formation of brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University, 1985, p. 164).

¹⁰ *Id., ibid.*, pp. 161, 171-4.

entre 1630 ou 1635 até 1670, há “uma série de ganhos e perdas de curta duração causados pelo conflito”¹¹. A queda acentuada na produção pernambucana sob o jugo holandês (que mesmo em seu ápice dificilmente teria ocupado mais da metade da capacidade dos engenhos) levanta os preços em Amsterdam e faz da Bahia o maior produtor. Ademais, esta teria recebido algo como sete ou oito mil homens livres e quatro mil escravos de Pernambuco durante a década de 1630¹².

Mas a Bahia não desfruta da nova liderança sem seus agravos: o esforço de guerra drena o excedente que se poderia usar na formação de capital fixo, enquanto as queimadas e razias lesavam a capacidade instalada. Ao mesmo tempo, o corso continua a assolar o comércio oceânico. Depois de 1654, os holandeses levam as técnicas de produção açucareira para o Caribe e o Brasil perde sua condição de produtor monopolista. Inglaterra e França fecham o seu consumo para o açúcar português; até 1710, sua quantidade nos mercados europeus cairia em 40%. Em suma, Stuart Schwartz afirma que, com exclusão do início da concorrência antilhana, as discontinuidades e transformações dessa época são efêmeras, peculiaridades de um tempo de guerra: “o período holandês foi, em termos de desenvolvimento político e social no Nordeste, um hiato histórico”¹³.

Uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de São paulo em 1980 trabalha esta mesma economia açucareira colonial da Bahia seiscentista, levantando muitas das questões e soluções que serão retomadas no decorrer da presente pesquisa¹⁴. Aqui, bem como em publicações posteriores¹⁵, Vera Ferlini busca se aprofundar sobre as conjunturas mais breves (como Stuart

¹¹ *Id., ibid.*, p. 174.

¹² *Id., ibid.*, p. 178.

¹³ Stuart SCHWARTZ. "Colonial Brazil, c. 1580-c. 1750: plantations and peripheries". In: Leslie BETHELL (ed.), *The Cambridge History of Latin America: v. 2, Colonial Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1984, p. 450; *Inner secrets*, pp. 178 e segs.

¹⁴ Vera Lucia Amaral FERLINI. *O Engenho Sergipe do Conde: contar, constatar, questionar*. São Paulo: dissertação/USP, 1980.

Schwartz) sem entretanto perder a vista do movimento secular, assim a resgatar a validade da interpretação de Frédéric Mauro. Segundo a análise da contabilidade do engenho Sergipe do Conde, entre 1622 e 1653 a produção de açúcar na Bahia é, assim como a produção mundial, declinante ou, no máximo, estável. Os preços estão em queda entre 1622 e 1634 por causa do aprofundamento dos conflitos da Guerra dos Trinta Anos e do incremento geral da produção brasileira (devido também à difusão da moenda de três eixos)¹⁶. A partir de 1635, os preços retomam a ascensão, refletindo as conseqüências da guerra para a produção pernambucana, mas a elevação do preço do escravo se mantém acima dos ganhos com o açúcar.

Sob um prisma ampliado, “o movimento de regressão secular, notável em alguns mercados europeus desde 1619-1622, começou a atingir a produção açucareira depois de 1650, mas apenas a partir de 1660 arrefeceu a euforia da produção de açúcar no Brasil”¹⁷. Até então, já se via no recôncavo baiano as conseqüências da crise: a concentração do poder sobre a terra, em detrimento dos lavradores de cana (provocado pela razão declinante do preço do açúcar sobre o do escravo e da erosão da margem de lucro na produção)¹⁸; a expansão do trabalho escravo no processo produtivo, visto que elementos de artesanato assalariado são substituídos pelo braço negro¹⁹; o declínio da qualidade do açúcar e produtividade da cana²⁰. Tendências que se acentuam com o desenrolar do século XVII. Não há hiato histórico — “os longos anos de resistência, acomodação e expulsão dos holandeses não foram assim, episódios descartáveis e sem seqüelas”²¹.

¹⁵ Vera Lucia Amaral FERLINI. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense / CNPq, 1988; *Açúcar e colonização*. São Paulo: tese/USP, 2002

¹⁶ Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit., p. 270; *Terra, trabalho e poder*, op.cit., p. 68.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 70.

¹⁸ Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit., p. 202.

¹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 163-5, 188, 196.

²⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 153.

²¹ *Id.*, *ibid.*, p. 72.

O corpo do presente trabalho perpassa pelos problemas delineados por essa historiografia: os impactos da guerra nas relações entre Metrópole e Colônia, entre economia interna e exportadora, entre produção e comércio; as questões do movimento conjuntural; a presença da hegemonia comercial holandesa e as políticas ibéricas pela defesa do império; a destruição de capacidade produtiva do recôncavo, a migração de capacidade produtiva pernambucana, o esforço de guerra.

Vale adiantar que, na abordagem dos problemas mais gerais que envolvem o tema, este trabalho vai se guiar por balizas políticas sobretudo; em outras palavras, vão se relacionar as particularidades da Bahia açucareira e a “crise geral” do século XVII por meio de certos matizes mercantilistas da história da decadência do império filipino e da ascensão das Províncias Unidas dos Países Baixos como potência. Para tanto, nossa interpretação ver-se-á abonada por Vitorino Magalhães Godinho: “Num momento dado, qualquer, as diferentes regiões situam-se em níveis afastados numa mesma linha de desenvolvimento ou crescimento, ou não estão moldadas por estruturas diferentes movidas por forças cujos vectores não são paralelos. Ora, esses complexos econômicos diversos não permanecem em vaso fechado, entram em contacto, pacífico ou brutal, equitativo ou parasitário, entrechocam-se, soldam-se ou desagregam-se parcelarmente, de uns para outros circulam correntes: em razão precisamente das discronias, das desigualdades, das discordâncias”²². Por sua vez e medida, assim o fizeram Frédéric Mauro²³ e Vera Ferlini²⁴. Também

²² Vitorino Magalhães GODINHO, “Flutuações econômicas e devir estrutural do século XV ao XVII”, In: *Ensaios*: v. 2, sobre história de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, s.d., p. 185.

²³ “Em Portugal como em qualquer outro lugar do século XVII, a política e a economia estão profundamente embricadas. A primeira pede e dá muito à segunda. E não se pode compreender a estrutura geral e as flutuações de uma sem estudar a evolução e a organização da outra” (Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 2, p. 183. Veja-se também, do mesmo autor, “Teoria Econômica e História Econômica” (In: *Nova história e novo mundo*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973). Aqui Frédéric Mauro alerta para o perigo inerente à esta aproximação: “(...) o de reduzir a história econômica a tudo que não é economia, não fazendo mais do que uma sociologia, uma geografia, uma etnologia, uma demografia econômica, ou seja, em suma, apresentar todos os quadros do modelo, mas se recusar a estudar o próprio modelo” (p. 22).

avançou sobre esse terreno o trabalho recente de Leonor Freire Costa. Logo, será esta nossa aproximação às texturas mais amplas, o quadro geral onde se pretende inserir a idade de ferro da Bahia.

No primeiro capítulo, “Novas colônias e novo colonialismo”, o objetivo será esboçar um balanço da historiografia sobre o tema em seu aspecto mais geral: a expansão europeia durante a crise do século XVII, a decadência da monarquia espanhola e o império comercial das Províncias Unidas dos Países Baixos, a ascensão do absolutismo e do mercantilismo como saídas para a crise. Considerou-se o trabalho de Fernando Novais²⁵, sua definição da estrutura do Antigo Sistema Colonial, como o marco historiográfico inicial para a construção do debate estabelecido neste capítulo. Assim, desviar-se-á das discussões sobre o sistema em si; parte-se já desse arcabouço conceitual para avançar em sua crítica no que seja pertinente ao século XVII, ao período entre a decadência de Portugal e Espanha como potências motoras da expansão colonial europeia e a ascensão de novas potências coloniais. Far-se-á um levantamento das práticas seiscentistas da expansão europeia, a serem contrapostas aos pilares sistêmicos, e será assim abordado o problema da competição dentro do sistema.

No segundo capítulo, “A guerra no recôncavo”, as invasões holandesas no Brasil e suas conseqüências imediatas para a economia açucareira na Bahia entram em foco. Em primeiro lugar, levanta-se os momentos em que o conflito entre portugueses e flamengos pisou no chão do recôncavo, atentando para a destruição dos engenhos e dos canaviais. Em segundo lugar, descreve-se a migração de senhores e escravos de Pernambuco para a Bahia, em função da ocupação holandesa. Em terceiro lugar, estuda-se as campanhas contra

²⁴ Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit., pp. 218 e 274; Terra, *trabalho e poder*, op.cit., p. 69.

²⁵ E aqui refere-se não apenas à sua obra escrita - em particular, ao segundo capítulo de sua tese de doutoramento, publicado como *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, São Paulo: Brasiliense, 1988) mas aos cursos administrados pelo professor no programa de pós-graduação em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.

mocambos e índios hostis, para assim completar o cenário histórico onde se reproduziu a economia açucareira em questão.

No terceiro capítulo, “O ‘Sustento do Presídio’”, trabalha-se as fontes disponíveis sobre o sustento da guarnição portuguesa na Bahia durante o conflito; os problemas da tributação, as conseqüências visíveis no comércio, as necessidades de adaptação dos gastos do governo espanhol e português em Salvador. As fintas e donativos voluntários da população, bem como sua distribuição geográfica pelo recôncavo. O conflito entre Castelo-Melhor e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, provocado pelo arrefecimento do comércio de vinhos (cuja tributação foi a grande responsável pelo sustento da tropa). Na medida do possível, busca-se entender como e sobre quem recai o esforço de guerra.

No quarto capítulo, “África, Europa e Bahia”, aborda-se a economia açucareira de então, em seus traços conjunturais. Com base na historiografia existente, serão descritos os principais mercados ligados ao açúcar baiano: os centros de distribuição portugueses e norte-europeus, os mercados produtores concorrentes, os núcleos de captura e venda de escravos. Aqui poder-se-á observar onde e como a decadência luso-espanhola, até 1654, cede espaços a empresas coloniais de outros povos europeus (em particular, como se dão as primeiras tentativas de montagem de economias açucareiras à brasileira) e como isso se manifesta nos principais mercados ligados à praça de Salvador. Serão descritas, até onde possível, as condições de comunicação da Bahia com Portugal (principal importador) e com a África (fornecedora de escravos) durante o período, para que os movimentos conjunturais da economia açucareira possam ser compreendidos dentro de suas limitações físicas, dado que a realização da produção se dá na Europa e que a produção açucareira seja particularmente dependente da importação de escravos (devido ao ciclo anual da cana e a precariedade de vida que esse regime quase eterno de trabalho

impõe ao cativo). Finalmente, utiliza-se da contabilidade do engenho Sergipe do Conde, e o trabalho sobre ela feito por Vera Ferlini, para complementar a história da economia açucareira na Bahia durante as invasões holandesas.

* * *

Tais considerações direcionaram a seleção das fontes: optou-se por não revisar ou buscar avanços nas pesquisas sobre a contabilidade do engenho Sergipe do Conde já realizadas; foi preferível usufruir do valioso (e vultoso) trabalho de Vera Ferlini e estender seus questionamentos sobre áreas menos trabalhadas. As fontes documentais aqui ocuparam posição nuclear: são atas (a partir de 1625) e cartas (a partir de 1638) do Senado da Câmara de Salvador, publicadas pela prefeitura municipal dessa cidade durante a gestão Wanderley Pinho; provisões, alvarás, ordens e cartas régias, bem como correspondências dos governadores-gerais, publicadas entre os *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*; coleções de documentos variadas, como as de Francisco Borges de Barros e Ignácio Accioly Cerqueira e Silva — em especial, aquelas publicadas pelo Museu Paulista e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Além de documentos, foram usados relatos de viajantes, cléricos, militares e funcionários régios. Entre as testemunhas e relatórios da invasão de Salvador de 1624, foi possível o acesso a Johann Aldenburgk, Bartolomeu Guerreiro, Diogo Machado, Eugênio de Narbona y Zuñiga, Tomas Tamayo de Vargas e Antônio Vieira. Relatos da guerra em Pernambuco foram usados na pesquisa dos ataques holandeses à Bahia em 1638, 1640, 1647 e 1648: destacam-se os relatos de Duarte de Albuquerque Coelho e Pedro Cadena de Vilhasanti. Buscou-se também visitar fontes da história da economia açucareira: Jácome Monteiro, Diogo do Campos Moreno, Ambrósio Fernandes Brandão, Vicente do Salvador, Francisco de Brito Freyre, Antonil.

Três abreviações foram utilizadas no decorrer da redação: *DHAM: AC* — *Documentos Históricos do Arquivo Municipal* (de Salvador): Atas da Câmara; *DHAM: CS* — *Documentos Históricos do Arquivo Municipal* (idem): Cartas do Senado; *DHBNRJ* — *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*.

Para a formação da metrologia utilizada, baseou-se principalmente nos trabalhos de Frédéric Mauro e John MckCusker²⁶. Na elaboração do texto final, foi preferível traduzir as medidas originais para o sistema métrico, como meio de permitir a comparação com valores da economia açucareira no México e no Oriente. Convencionou-se adotar:

- Para medidas de *peso*: a arroba de açúcar no Brasil pesava 14,75 kg; no México, 11,5 kg; considerou-se, seguindo o trabalho de Pedro Puntoni, o peso médio da caixa de açúcar em 20 @.
- Para medidas de *volume*: a canada no Brasil é três vezes e meia maior que em Portugal, onde equivale aproximadamente a um litro; uma pipa contém entre 60 e 66 canadas.
- Para *moedas de prata*: um vintém de prata valia 20 réis de cobre; um tostão valia 100 réis; uma pataca valia 320 réis; um cruzado valia 400 réis.

²⁶ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit.; John McCusker, “Weights and measures in the colonial sugar trade”. In: *Essays in the Economic History of the Atlantic world*. London: Routledge, 1997, p. 91.

I

NOVAS COLÔNIAS E NOVO COLONIALISMO

Os primeiros ensaios do entornamento europeu situam-se no século XVI, com o início do tráfico oceânico e da colonização. O século da conquista do mundo pela Europa, entretanto, é o século XVII. Porque foi o século da colonização por excelência e da expansão econômica da Europa. Quando os oceanos se transformam em estradas. Estradas européias.¹

A história da expansão européia durante o século XVII é marcada pela entrada de povos não-ibéricos nos espaços reclamados a castelhanos e portugueses pelo Tratado de Tordesilhas.

Os holandeses, com a fundação da *Vereenigde Oost-indische Compagnie* (Companhia das Índias Orientais, ou VOC) em 1602, unificaram suas empresas no Oriente e iniciaram a conquista das redes comerciais asiáticas; até 1609, primeiro ano da Trégua de Doze Anos com a Espanha, a VOC lançou uma ofensiva agressiva sobre os portugueses na Índia e no Ceilão. Em 1619, estabeleceram sua posição central em Batávia, na ilha de Java. Em 1624, operavam a partir de base em Formosa, competindo com o núcleo português em Macau. A partir de 1639, obtiveram o monopólio do comércio com o Japão,

via Nagasaki. Málaca foi tomada em 1641, e o Ceilão português caiu na década seguinte, com a conquista de Colombo, em 1656. Cochim, no sul da Índia, caiu em 1663. No Cabo da Boa Esperança, os flamengos estabeleceram um povoamento em 1652. No Atlântico, depois de larga experiência de pesca e pirataria, os holandeses iniciaram sua investida colonial com a fundação da *West-Indische Compagnie* (Companhia das Índias Ocidentais, ou WIC), em 1621. Dois anos depois estabeleceram uma base na baía do Hudson, Nova Amsterdam. Em 1624, tomaram a cidade de Salvador dos portugueses, que ocuparam por onze meses e vinte dias. Com os lucros da captura da frota da prata espanhola em 1627, a WIC organizou uma nova expedição ao Brasil, e os flamengos ocuparam Pernambuco entre 1630 e 1654. Em 1632, estavam em Curaçao e São Eustáquio. A partir de 1635, começam as expedições à Guiné, que levam à ocupação de São Jorge da Mina, na Costa do Ouro. Ocuparam Luanda entre 1641 e 1648.

Os ingleses, embora organizados em uma companhia para comércio com o Oriente desde 1599, não obtiveram o mesmo sucesso que os holandeses no Oceano Índico. Ainda assim, a *East India Company* aliou-se com o Império Mughol na Índia e obteve privilégios no comércio de Surat. Recebeu Madras (no sudeste indiano) em acordo com o Rei de Golconda em 1643 e Bombaim como parte do dote de casamento de Catarina de Bragança, em 1660. Fundou Tellicherry, na Costa do Malabar, em 1683 e Calcutá, no delta do Ganges, em 1690. Na América do Norte, os ingleses ocuparam toda a costa atlântica e nela estabeleceram diferentes colônias: a Nova Escócia e a Terra Nova, com portos de apoio à pesca estabelecidos desde o século XVI; a Nova Inglaterra, povoada desde 1620 sob a tutela de companhias como as de Plymouth e da Baía de Massachusetts, onde se estabeleceram as colônias religiosas de Rhode Island, Connecticut e Nova Hampshire; a Virgínia, iniciada em 1606 por uma

¹ Eduardo D Oliveira FRANÇA. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 30.

companhia privilegiada, massacrada em 1622 e governada pela coroa britânica a partir de 1624; as colônias do Sul, as Carolinas e a Geórgia, colonizadas a partir do último quartel do século XVII. No Caribe, os ingleses ocuparam Barbados em 1625, as “ilhas de sotavento” Nevis e Monserrat em 1632 e a Jamaica em 1655. Santa Helena foi ocupada em 1652.

Apesar das diversas companhias criadas para o comércio oriental, os franceses não conseguiram aí os mesmos sucessos dos holandeses e ingleses. A estratégia francesa, desde 1643, de fazer da ilha de Madagáscar o seu centro de operações não obteve grandes resultados. Entre 1664 e 1675, com Colbert, renovaram-se os esforços sobre o Índico, mas não se conseguiu mais do que algumas viagens bem sucedidas e duas feitorias, em Pondicherry, Golconda, e Chandernagor, Bengala. No Caribe, São Cristóvão foi dividida com os ingleses desde 1625 até lhes ser entregue em 1713. Guadalupe e Martinica foram ocupadas em 1635, São Bartolomeu e Maria Galante em 1648. Na África, os franceses não deixaram de buscar o seu quinhão e chegaram a estabelecer feitorias no Cabo Verde, Senegal, Gâmbia e no Cabo da Boa Esperança. Foi, contudo, a ocupação da parte ocidental de São Domingos (o atual Haiti), em 1697, que marcou o início do melhor período da participação francesa no comércio atlântico.

Mesmo dinamarqueses obtiveram controle de ilhas no Caribe (São Tomás, São João e Santa Cruz) e feitorias na África, enquanto suecos iniciaram companhias de comércio colonial no extremo norte americano. Embora as posições destas nações fossem muito mais modestas, está claro que, no poente do século, as colônias eram alvos privilegiados da política interestatal. O domínio ibérico sobre os oceanos estava acabado — sua representação formal, o Tratado de Tordesilhas, perdera completamente a efetividade; em 1609, o diplomata holandês Hugo Grotius elaborava o princípio da liberdade dos mares.

Apesar da impressão de “congestionamento” dos mares por embarcações européias, a mesma não aparenta ser fruto de ruptura na trajetória tecnológica da navegação transoceânica. O desenvolvimento do casco não venceu seu maior desafio, o combate à craca e ao gusano². A mastreação evoluiu de maneira igualmente paulatina ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, sem grandes rupturas de inovação; do contrário, eram comuns embarcações com mastros altos demais que adernavam em demasia e se vergavam pela pressão dos estais³. Houve melhoramentos no cálculo da latitude, mas a leitura da longitude continuava um problema insolúvel, campo para as experiências pitorescas de um pensamento científico em gestação. A grande virada nas técnicas de navegação só ocorreria com a produção em larga escala de cronômetros marítimos, no século XIX: até então, conforme a frase contemporânea, “achava-se terra antes mesmo de procurá-la”⁴.

Entretanto, as embarcações européias mais usadas não eram as mesmas. A partir de 1595, as *fluyts* holandesas começaram a infestar as rotas de navegação. Desenhadas especialmente para a eficiência no transporte, tinham o casco arredondado, mais longo e raso, quase chato no fundo, de forma a potencializar a razão da carga no deslocamento; as velas e o cordame eram mais simples, o que reduzia em até metade a tripulação mínima. As *fluyts* eram frágeis e desajeitadas, mas estabeleceram um padrão de lucratividade no transporte apenas incrementado com a invenção dos cascos metálicos, durante o século XIX⁵. Se for possível encontrar outras evoluções nos navios

² A craca é um crustáceo que vive em uma pequena concha em forma de vulcão e que adere ao casco e entrava o leme; gusano é o nome genérico que se dá aos vermes que devoram a madeira das embarcações (Cf. George V. SCAMMELL. "European seamanship in the great age of discovery", In: *The Mariner's Mirror*, n. 68, 1982, p. 357-376).

³ Cabos de sustentação dos mastros.

⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 373; Cf. E. E. RICH & C. H. WILSON. *The Cambridge economic history of Europe: v. IV, the economy of expanding europe in the sixteenth and seventeenth centuries*. Cambridge: Cambridge University, 1967, p. 214; Frédéric MAURO. *Nova história e novo mundo*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 101;

⁵ Jan de VRIES. *The economy of Europe in an age of crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University, 1976, p. 117. Conforme Jonathan ISRAEL, “inovações técnicas e no desenho (*design*) foram então cruciais

seiscentistas, elas serão de caráter bélico: elevação do castelo de popa (para superioridade na abordagem) e incremento da artilharia. Entrementes, deve-se notar que pela primeira vez as embarcações eram especializadas para funções mercantis ou militares.

Procure-se nas finanças os novos instrumentos desse renovado ímpeto europeu sobre os oceanos. Houve uma difusão de facilitações do comércio de longa distância em geral: os bancos públicos, concebidos na Itália renascentista, apareceram em toda a Europa a partir de 1610 (o *Amsterdam Wisselbank* foi fundado em 1609), ampliando as operações de endosso e desconto de letras de câmbio. Mas estas são práticas que apenas se generalizariam no século XVIII⁶. O financiamento da produção colonial também evoluiu a ponto de se tornar estratégia importante de competição colonial no século XVIII; mas isto nos parece mais consequência do que causa da expansão⁷. Deve-se destacar a contribuição holandesa para o desenvolvimento das finanças: os papéis de participação na propriedade de embarcações, a emissão de *bonds* das municipalidades e províncias, a comercialização de estoques futuros. Novidades que vinham não apenas facilitar o comércio e seu financiamento mas também inaugurar o frenesi do capital especulativo⁸.

Entretanto, a grande inovação do financiamento e organização da expansão europeia no século XVII foi a companhia privilegiada. Como o capital

para a formação da supremacia holandesa na navegação; mas não eram do tipo de inovação que deriva de tecnologias avançadas que faltavam aos outros. Simplesmente as circunstâncias peculiares da situação holandesa favoreceram um grau mais elevado de racionalização e especialização do que prevalecia em outras partes. A própria falta de grandes mercadores ajudou à construção de um vasto e amplamente baseado estoque de embarcações. Isto significa que era preciso encontrar novos meios de financiamento para construção e compra de embarcações” (Jonathan I. ISRAEL. *Dutch primacy in world trade, 1585-1740*. Oxford: Clarendon, 1992, p. 21).

⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 74 e segs; Frédéric MAURO. *Expansão europeia, 1600-1870*. Trad. Maria Luiza Marcílio. São Paulo: Pioneira, USP, 1980, pp. 111-3.

⁷ Alice Piffer CANABRAVA. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981, p. 205-215

⁸ Ralph DAVIS. *The rise of the atlantic economies*. Ithaca: Cornell Univ., 1973, p. 185-6; Jan de Vries, *op.cit.*, pp. 225-6; A especulação sobre bulbos de tulipa (e bulbos *futuros*) atingiu nesta época um patamar inédito de sobrevalorização. Durante a “tulipomania”, houve aquele que trocou um bulbo por

participava dessa sociedade mediante ações transferíveis, a empreitada colonial foi aberta a uma base ampla de pequenos investidores. O capital da WIC em grande parte veio de cidades menores das Províncias Unidas, de corsários e funcionários públicos; gente levada por interesses tão religiosos e anti-espanhóis quanto econômicos, a quem Eddy Stols chama de “incipiente burguesia popular e nacionalista”⁹. Mas eram também companhias cujos estatutos eram elaborados em acordo com o Estado ao qual juravam sua vassalagem e do qual recebiam deveres e privilégios. Em geral, recebiam o monopólio parcial ou total do comércio com áreas de extensão variável (as companhias holandesas dividiram o mundo em leste e oeste como fizera o Tratado de Tordesilhas), propriedade das terras coloniais ou direito de distribuí-las a seu critério, isenções de impostos ou direitos especiais para seus diretores.

Embora tenham, na maior parte das ocasiões, apresentado resultados financeiros medíocres, pouca durabilidade ou regularidade, as companhias responderam pela organização nacional dos esforços de colonização. Funcionaram como meio de atrair capitais receosos de impedir a concorrência entre negociantes nacionais, de recompensar as empresas pioneiras na colonização (sempre mais delicadas). Nacionais, monopolistas, com forte apoio estatal, as companhias coloniais foram o instrumento típico de penetração dos domínios ibéricos pelos países “atrasados” na colonização ultramarina¹⁰.

No entanto, a fundação de novas colônias européias no novo mundo não foi o único resultado do surgimento de novas metrópoles: longe de permanecerem restritas à comunicação com a metrópole, e apesar da política do

quinientos quilos de queijo, quatro bois, oito porcos, doze ovelhas, uma cama e um terno (Isaac ASIMOV. *O livro dos fatos*. Trad. Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 434)

⁹ Eddy STOLS. "Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas", In: *Anais de História do ILHP de Assis*, 1973, p. 47; Israel, *op.cit.*, p. 158. Voltaremos à formação da WIC nos capítulos II e IV.

¹⁰ Frédéric MAURO, *op. cit.* (1980), p. 110-111; E. E. RICH & C. WILSON, *op. cit.*, p. 224.

exclusivo colonial, floresceu nas colônias durante o século XVII a prática do contrabando. Até então, esse era praticado em menor escala; Amaral Lapa nos fala do contrabando exercido por embarcações arribadas em Salvador, com autêntica ou pretextada necessidade de reparos¹¹. A partir de 1595, em virtude da guerra de independência contra a Espanha, os holandeses buscaram as salinas naturais da costa venezuelana para abastecer sua indústria pesqueira, desprovida do comércio com Setúbal. Depois da Trégua dos Doze Anos (1609-1621), até 1647, as autoridades de Castela conseguiram impedir a coleta do sal venezuelano e bloquear o comércio de suas colônias com os holandeses em Curaçao. Porém, com o advento da paz e a separação das coroas ibéricas, essa ilha tornou-se um centro do tráfico de escravos para a América Espanhola, recebendo em troca peles, tabaco, cacau e madeira (além de recolher sal nas proximidades, quando o fornecimento português se interrompia). A Jamaica também se figurou rapidamente como um centro de contrabando, fornecendo escravos e bens manufaturados em troca de um fluxo regular de prata americana; no século XVIII, os ingleses estabeleceram uma colônia madeireira em Honduras, em acordo com a Espanha, que lhe serviria de base menos eficaz para o contrabando, porém mais segura em tempos de guerra¹².

Na América do Sul, o contrabando (particularmente, o contrabando inglês) contou com a cumplicidade do Brasil português. Era realizado em três principais rotas: através dos portugueses em Sacramento, pelo rio Paraguai, até a Bolívia; com os paulistas, que faziam o caminho até Assunção; pelos rios Amazonas, Negro, Cassiquiare e Orenoco¹³.

Com o tempo, o contrabando tornou-se mais regular e confiável, ao mesmo tempo em que foi encontrando mais facilidade em burlar o exclusivo

¹¹ José Roberto do Amaral LAPA. *A Bahia e a carreira das Índias*. São Paulo: Nacional, 1968.

¹² Cf. James LANG. *Conquest and commerce: Spain and England in the Americas*. New York: Academic, 1975, p. 55-7; Frédéric MAURO, *op. cit.* (1980), p. 134.

¹³ *Id.*, *ibid.*, pp. 133-4.

colonial. As autoridades espanholas buscaram exercer algum controle sobre esse comércio cedendo permissões e regulamentos a mercadores ingleses nas feiras de Vera Cruz e Cartagena, mas a iniciativa não teve sucesso. O fluxo do contrabando era tal que a moeda corrente na Jamaica e na Martinica era o real de prata espanhol, de modo que a organização das *flotas* americanas tornou-se paulatinamente irrelevante. Mesmo a França proibiu que se levassem peças de ouro ou prata às colônias no Caribe — embora vital para o abastecimento das ilhas de escravos e gêneros de necessidade, o comércio com os ingleses era largamente deficitário¹⁴.

Sendo assim, a Europa do Seiscentos derramava-se no mundo. Se poucas foram as rotas descobertas, novas colônias foram fundadas em todos os continentes. Se não era mais segura a navegação transoceânica, o volume dos transportes se desdobrava e redobrava. As viagens e os fretes eram mais baratos, enquanto se aperfeiçoavam a ampliavam os mecanismos de financiamento da expansão. Mas a Europa estava em crise. Se havia mais capital a se jogar pelos oceanos, ao mesmo tempo eram grandes os prejuízos causados pela “crise geral”.

Veja-se: apesar das grandes descobertas dos séculos XV e XVI, da expansão do comércio e da urbanização, a economia europeia do século XVII permanecia profundamente baseada no espaço rural¹⁵. Nessa economia, a mercantilização do produto é esporádica e irregular, resultado dos desequilíbrios naturais do clima e da colheita. Na produção, ao lado de estruturas resilientes do feudalismo, predomina o produtor independente. A

¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 133; James Lang, *op. cit.*, p. 57; Alice Canabrava, *op. cit.*, p. 206.

¹⁵ Existe um rico debate sobre a natureza e as causas da crise do século XVII, mas neste trabalho a discussão será restrita àquilo que for de importância para a compreensão da expansão europeia. Neste sentido, a interpretação de Eric J. Hobsbawm (levada à frente pelo supramencionado historiador holandês Jan de Vries) será considerada a melhor base de apoio às nossas considerações. (Eric J. HOBBSAWM, “The general crisis of european economy in the 17th century”, in: *Past & Present*, nos. 5 e 6, 1954; Jan de Vries, *op.cit.*).

autonomia do produtor e da esfera produtiva entrava seu envolvimento com a mercancia: nesse regime, o capital é um parasita.

Se é difícil determinar com exatidão o que trouxe à tona tal limite à expansão do comércio na economia — se a crise demográfica, provocada por um mecanismo malthusiano ou pelas guerras e epidemias do século; se a influência direta da Guerra dos Trinta Anos e das instabilidades políticas sobre o comércio; se a inflexão na entrada de prata americana através de Sevilha — sabe-se, entretanto, que entre 1619 e 1622 a crise se espalhou pelas praças do comércio europeu. Houve excesso de estoque, os capitais não se realizaram, os preços desabaram. Certamente, a expansão do conflito na Alemanha e a queda no influxo de prata agravaram o cenário. Os principados deram início a uma corrida de desvalorizações monetárias. Como consequência, o comércio não conseguiu se recuperar da crise sem sofrer uma abundância de desarranjos e rearranjos. Circuitos de valorização foram dissolvidos, e a balança de poder entre as monarquias européias se desequilibrou.

O item principal na agenda do Estado absoluto e do capital comercial passou a ser a mercantilização da produção, meio de ampliar a base fiscal e o espaço para intermédio (e valorização) mercantil. Como resultado, ergueu-se uma pressão inédita sobre a estrutura produtiva e as relações feudais de propriedade. Essa é a tensão que joga os Estados uns sobre os outros e altera os equilíbrios políticos em todos os espaços. Ao mesmo tempo, é a contradição que determina a reorganização das sociedades e os extremos do espectro de soluções para a crise: de um lado, a vitória da aristocracia e o recrudescimento de relações feudais de apropriação do excedente (como na Sicília, no sul da Itália, na Europa Oriental); de outro, a dissolução de tais vínculos e a abertura de um processo crescente de mercantilização (como na Inglaterra e nos Países Baixos). Entre um e outro extremo, encontra-se a vitória do absolutismo clássico: na França, na Dinamarca, na Suécia, na Espanha e em Portugal (onde

as monarquias absolutas não podem se arriscar em interferir na mesma ordem que as constituiu e, se o regime político não se altera, seu poder econômico perde dinamismo).

O avanço na mercantilização da produção depende, portanto, da necessidade e do sucesso do Estado absoluto. Não apenas porque o fisco obrigou alguma transformação da renda em moeda, mas também porque o recuo ou o fortalecimento dos vínculos feudais, somados aos avanços do absolutismo, implodiu a base de sustentação do produtor independente. Entretanto, o sucesso do Estado absoluto também dependeu de sua capacidade de reestruturação de sua base econômica: na medida que logrou dissolver mecanismos feudais, ocupou espaços políticos e ampliou a sua base fiscal, maior foi o capital que lhe foi possível mobilizar. Por conseguinte, maior foi a sua urgência em coordenar a conexão de novos circuitos de valorização, ou de invadir e ocupar circuitos já existentes.

É com tal preocupação que os Estados se lançam naquele renovado impulso de expansão colonial. Nem todos os Estados, nem todos na mesma medida, mas naqueles onde centralizava-se o capital. Primeiro a Holanda, que reproduz em suas companhias a divisão do mundo pelos ibéricos e rompe o seu monopólio no Oriente e no Ocidente definitivamente. Depois a Inglaterra e a França, graças às suas vicissitudes internas mas também em função da abertura de espaços proporcionada pelo conflito entre holandeses e ibéricos. Por sua vez, Espanha e Portugal venderam caro a vida de seu monopólio sobre o mundo dos descobrimentos e conseguiram defender muitas de suas posições. Com o tempo, Dinamarca e Suécia também esboçaram suas expansões ultramarinas, mesmo que em proporção muito menor.

Portanto, a expansão européia seiscentista é fruto da crise secular e do acirramento da competição no sistema interestatal. De tal maneira, compreende-se os mecanismos mais superficiais desta expansão: a busca pela

eficiência e escala nos transportes, a corrida armamentista nas marinhas, os avanços das finanças como meios de securitização do capital comercial. O congestionamento das rotas e o povoamento de novas colônias incita a busca de vantagens na competição e na defesa do exclusivo colonial, ao ponto de despertar o contrabando e a pirataria como políticas de Estado. Resta saber se as novas colônias e as novas metrópoles reorganizam a expansão europeia em um novo sistema de colonização.

* * *

É possível separar, entre as diferentes interpretações do colonialismo europeu durante a Época Moderna, aquelas onde ele é visto em suas linhas gerais, como um único objeto de análise (um único sistema) e aquelas onde é dividido em movimentos distintos, em mais de um sistema. Longe de exaurir o assunto, cabe aqui revisitar algumas das mais importantes interpretações gerais, do primeiro estilo, e outras que situam no século XVII a ascensão de uma nova organização da expansão europeia moderna¹⁶.

A partir da historiografia do Antigo Regime e dos problemas levantados pelo marxismo (em especial, por Caio Prado Jr.), Fernando Novais compreendeu o Antigo Sistema Colonial em estrutura dialética, posicionando-o no cerne do problema da transição do feudalismo para o capitalismo,

¹⁶ Para evitar repetição demasiada e rançosa, considerar-se-ão alguns debates já razoavelmente resolvidos e delineados. De tal maneira, não abordaremos as interpretações que objetivam o mundo colonial como um conjunto econômico autônomo ou um modo de produção particular, uma vez que a realização da produção colonial ocorria na Europa; igualmente ficarão à parte as interpretações extremamente opostas, que desconsideram a exploração colonial como influência na economia europeia do Antigo Regime, pois parece óbvio que o esforço colossal pelo fortalecimento das marinhas e pela segurança das colônias não foi em nenhum momento gratuito. Para mais detalhes sobre tais discussões, ver José Jobson de A. ARRUDA. "Colonies as mercantile investments: the Luso-Brazilian empire, 1500-1822". In: James D. TRACY (ed.), *The political economy of merchant empires*. Cambridge: Cambridge Univ., 1991, p. 360-420.

articulando-o com o papel que nesta representa o Estado absolutista do Antigo Regime¹⁷.

Um dos resultados do paulatino equacionamento dos conflitos gerados na crise da sociedade feudal, o Estado absolutista confundia-se com a figura de seu príncipe soberano. Mais do que um meio político para fins sociais, ele era um fim em si mesmo. Mas em virtude da transformação e expansão da economia mercantil na sociedade européia, o absolutismo (em seu aspecto econômico) manifestou-se cada vez mais nas doutrinas mercantilistas de política econômica, cujos instrumentos de competição tornaram-se os principais mecanismos de acumulação de poder por um Estado nacional. Na medida em que se fizeram valer os limites técnicos da acumulação primitiva de capital, tais instrumentos resumiram-se a estratégias comerciais e disputa extra-econômica de mercados — a medida de seu sucesso, a balança comercial. Finalmente, porém, o mesmo Estado que emergiu das ruínas do feudalismo tornou-se, através do princípio mercantilista, o motor do processo de acumulação primitiva de capital, unificando e ampliando os mercados internos e favorecendo os grupos capitalistas aliados — motor, portanto, de sua própria destruição.

Como parte desse processo, o Antigo Sistema Colonial foi arquitetado de acordo com os objetivos e práticas do mercantilismo: se o comércio foi seu objetivo fundamental, o exclusivo comercial foi seu mecanismo por excelência¹⁸. A exclusividade metropolitana para mercenciar com sua colônia jogava para cima os preços de bens europeus no mercado colonial reservado, enquanto

¹⁷ “Se recordarmos agora o que indicamos antes a propósito do capitalismo comercial como fase intermediária entre a desintegração do feudalismo e a Revolução Industrial, o *sistema colonial mercantilista* apresenta-se-nos atuando sobre os dois pré-requisitos básicos da *passagem para o capitalismo industrial* (...) Criam-se, assim, os pré-requisitos para a Revolução Industrial - processo histórico de emergência do capitalismo. Assim, pois chegamos ao núcleo da *dinâmica do sistema: ao funcionar plenamente, vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação*” (Fernando A. NOVAIS. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 103-4).

¹⁸ *Id., ibid.*, p. 37.

comprimia os preços dos bens coloniais ao seu custo de produção. A conseqüente transferência de excedente econômico para a economia metropolitana tinha, portanto, duas mãos. Como decorrência desse regime de comércio, a produção colonial ficou restrita a diferentes formas de trabalho compulsório, com tendência ao trabalho escravo e preferência pelo escravo africano (uma vez que o tráfico de escravos despontou entre os mais rentáveis dos negócios coloniais e, por si só, alavancou a expansão do escravismo no mundo colonial). As diferentes sociedades coloniais, fossem novas sociedades européias, fossem antigas sociedades submetidas ao jugo europeu, experimentaram diferentes regimes de trabalho compulsório, de acordo com as suas próprias vicissitudes e as de sua Metrópole. As sociedades coloniais formam-se (ou transformam-se) em função desta estrutura econômica que lhes é atribuída pelas necessidades do regime do exclusivo, princípio de exploração do sistema colonial: destaca-se aqui, em geral, a concentração de riqueza e, em particular, a concentração fundiária, determinadas pela polarização nos termos de troca em favor do setor externo.

Dentro do campo estritamente delineado pelo “sentido da colonização”, o que ocorre no século XVII é a expansão do sistema colonial para novos espaços do Novo Mundo¹⁹.

Outra interpretação geral da expansão européia em questão pode ser encontrada na peculiar visão do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein. Segundo a mesma, embora a formação do feudalismo significara o desmantelamento da estrutura imperial romana e a fragmentação política da Europa, o cristianismo expandiu-se e solidificou-se de modo que, ao fim da Idade Média, pode-se dizer que existia uma civilização cristã que dava unidade ao mundo europeu. Entre 1150 e 1300, esse “mundo” expandiu-se (geográfica, demográfica e comercialmente) nos quadros do modo de produção feudal,

graças às necessidades impostas pelas relações de produção que esse sistema lhe imprimia. Entre 1300-1450, o esgotamento do modo de produção feudal e o estado de instabilidade que o seguiu criou o terreno e a pressão para as mudanças sociais que ocorreriam na Europa a partir de então — em destaque, o desenvolvimento de novos meios de apropriação do excedente baseados na expansão da produtividade e da mercantilização da produção e a formação de máquinas estatais centralizadas.

Importa aqui ressaltar que tanto o desenvolvimento de novas e geograficamente variadas relações de exploração do trabalho quanto o desenvolvimento dos Estados centralizados (com o tempo, absolutistas) careciam da expansão geográfica desse mundo europeu, sendo que é esta necessidade imperativa de expansão e transformação, interna e externa, provocada pelas vicissitudes da crise do modo de produção feudal, que articulam as diferentes regiões e grupos sociais numa totalidade que recebe o nome de sistema-mundo moderno. Portanto, nesse sistema são conceitos-chaves a divisão internacional das relações de trabalho (das relações de apropriação do excedente) e a balança de poder entre Estados individualizados (sobre os quais não existem normas de coexistência e soberania — a segurança de um reside na opressão do outro)²⁰. O desenvolvimento do sistema-mundo moderno é *ipso facto* baseado na desigualdade entre esses Estados e, dentro deles, entre regiões e estratos sociais, de maneira que o leva a se organizar em centro, no nível das disputas hegemônicas, periferia e semiperiferia, onde se fazem sentir conseqüências dos conflitos e transformações centrais²¹. A partir desta

¹⁹ Cf. Vera Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit., capítulo 1.

²⁰ Sobre a “individualização” dos Estados, veja-se a interpretação de Roland MOUSNIER (*História geal das civilizações*: v. 5, os séculos XVI e XVII. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1973).

²¹ Cf. Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system*: v.1, Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. New York: Academic, 1974. Pode-se encontrar um estudo mais recente e aprofundado do sistema-mundo de Wallerstein em Eduardo Barros MARIUTTI. (“Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo”, *IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, 2001).

estrutura, Wallerstein trabalha a dinâmica do sistema através de ciclos de expansão (fase A, pela terminologia de Simiand) e recolhimento (fase B). Ciclos que se entrelaçam e estão no fulcro das ascensões e decadências dos poderes hegemônicos. Para Wallerstein, o período entre 1600 e 1750 representa um desses ciclos: o auge da hegemonia holandesa, como centro do sistema, até 1651; sua decadência e contestação por Estados centrais emergentes (França e Inglaterra) até 1689; finalmente, a disputa pelo estabelecimento de um novo centro hegemônico até 1763, cuja fase de expansão subsequente responde pela Revolução Industrial e formação do capitalismo contemporâneo.

Segundo esta interpretação, o que se deve esperar nas periferias durante o período de ápice hegemônico (onde se sobrepuseram o final da fase A anterior e o início da fase B; entre 1570/90 e 1630/50) e o longo século de vagaroso crescimento é uma perda de lucratividade nos setores periféricos líderes da expansão anterior. Politicamente mais fracos, os grandes proprietários e investidores da periferia seriam prejudicados pela iniciativa, no centro, de manutenção da produção e do emprego. Se, no curto prazo, o resultado na periferia é a necessidade de expansão da produção e de redução do seu custo, gradativamente a única solução possível desponta como a retirada do mercado de uma parcela da produção. Buscam-se soluções locais de crescimento, contrastam-se as economias das áreas periféricas: “Para as áreas periféricas, portanto, a inflexão regressiva da economia-mundo impõe tanto involução quanto evolução: tanto um declínio aparente na monetarização da atividade econômica quanto a emergência de novos empreendimentos; tanto abandono quanto reestruturação; tanto um declínio quando aprofundamento da especialização do seu papel na economia-mundo”²².

²² Immanuel WALLERSTEIN. *The modern world-system: v.2, Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. New York: Academic, 1980, p. 129 [tradução do autor].

Com o decorrer da fase B e a crescente disputa entre franceses e ingleses pela posição hegemônica, a guerra pelo controle das áreas periféricas faz-se cada vez mais presente. De um lado, através do conflito aberto e invasão, como na ocupação das Antilhas e nas guerras entre colônias açucareiras. De outro, através da penetração dos mercados sob os quais Inglaterra e França não exerciam domínio direto; o mecanismo chave dessa estratégia foi o contrabando, que, a partir da segunda metade do século XVII, escapava mais do controle das metrópoles enfraquecidas.

Eric Hobsbawm, em 1954²³, levantou a teoria de que um novo colonialismo substituiu o que fora praticado por espanhóis e portugueses no século XVI e que ruíra com a decadência da extração da prata boliviana e com a invasão de norte-europeus no comércio com o Oriente. A crise desse colonialismo, segundo o historiador, é uma manifestação da crise do padrão de desenvolvimento capitalista até o século XVI: parasitário na ordem feudal, o capital era incapaz de promover uma revolução industrial e sustentar e expandir, por si só, seus meios de acumulação. Para tanto, era necessário tal avanço na mercantilização da vida econômica que impelisse a divisão social do trabalho ao aumento de produtividade e, como consequência, a força social de trabalho pudesse reorganizar-se em favor da indústria de transformação em detrimento da agricultura. Importava, portanto, a criação de um mercado grande e expansivo de bens e de uma oferta de mão-de-obra livre, abundante e barata. Enquanto estas condições foram inexistentes, o capital buscou potencializar sua realização em negócios “da China”, de escala moderada mas com grande lucro por unidade, algo próximo do que Max Weber chamou de “capitalismo aventureiro”²⁴. Segundo Hobsbawm, não exatamente em função

²³ Eric J. HOBSBAWM, “The general crisis of european economy in the 17th century”, in: *Past & Present*, no 5, 1954.

²⁴ Max WEBER. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Pietro Nasseti (a partir de versão inglesa). São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 26.

da irracionalidade do espírito capitalista antes do capitalismo (conforme a interpretação weberiana), mas principalmente porque “uma das dificuldades essenciais do desenvolvimento capitalista em sociedades que mantêm a massa da população fora de seu escopo (de modo que não se tornam vendedores de força-de-trabalho nem sérios compradores de mercadorias) é que, na visão de curto prazo, os lucros de tipos de produção realmente “revolucionários” são quase menores, ou parecem menos atraentes, do que os de outro tipo; especialmente quanto envolvem grandes investimentos. Christian Dior então parece uma proposta muito mais atraente do que Montagu Burton”²⁵.

Assim foi o primeiro colonialismo moderno, marcado pelo comércio de especiarias e pela mineração de metais preciosos — escala moderada, grandes lucros por unidade. Os benefícios desta prática, avultados em seus primeiros momentos, estavam sujeitos à exaustão seguida de crise econômica: no Oriente, em razão da acentuada elevação dos custos de proteção do comércio; na América, em razão dos limites técnicos da mineração. Hobsbawm identifica três estágios para esse colonialismo: lucro fácil, crise e, com sorte, prosperidade moderada. A crise ocorreu entre 1600 e 1610, no Oriente e no Ocidente, acelerando as conseqüências das contradições daquele pré-capitalismo em seus mercados centrais e periféricos, precipitando a economia européia numa era de estagnação generalizada — a “crise geral” do século XVII.

Assim como a crise do “velho colonialismo” catalisou as tensões que levaram à crise geral da economia européia, as saídas para esta crise no Velho Mundo outrossim levaram ao desenvolvimento do novo colonialismo nas Américas. Primeiro, em função do investimento colonial das novas monarquias absolutas e Estados centralizados. Segundo, em função da concentração do poder econômico europeu nas potências marítimas da costa atlântica. O novo

²⁵ Eric J. HOBBSAWM, *op.cit.*, p. 40 [tradução do autor]. Montagu Burton foi o magnata do *ready-made clothing*.

colonialismo, muito mais do que o velho, objetivava a complementação da economia metropolitana, fosse via produção de matérias-primas ou matérias de reexportação, fosse via consumo de manufaturados da Metrópole. Daí a fundação das *plantation colonies*²⁶ e a grande expansão da produção de bens coloniais. O novo colonialismo do século XVII, segundo esta interpretação, não é evolução ou reorganização do primeiro: “O velho colonialismo não evoluiu para o novo colonialismo; ele ruiu e foi substituído por ele”²⁷.

Por sua vez, o historiador holandês Pieter Emmer prefere considerar a expansão européia para as Américas e para o Oriente como circuitos comerciais diferentes; concentra, então, seu foco na formação da “economia atlântica”²⁸. Segundo sua interpretação, a organização de economias coloniais produtoras em larga escala de bens tropicais para consumo europeu no século XVII é diferente da mesma organização antes da ascensão da Holanda como potência naval; cada uma constitui um diferente “sistema atlântico”.

São características do primeiro sistema atlântico, montado pelos ibéricos: a grande participação do Estado em virtualmente todos os aspectos de suas respectivas economias; o problema constante da escassez de transportes, que nunca conseguiu atender à demanda colonial; a insuficiência dos mercados de capital ibéricos em manter afastados investimentos não-ibéricos nos seus impérios coloniais (da qual a presença dos Schetz em São Vicente é um exemplo); a incapacidade dos países ibéricos de abastecer totalmente a demanda colonial por produtos manufaturados. Nesse sistema, as metrópoles (Portugal e Espanha), atuam principalmente como intermediárias entre as economias americanas e européias, de modo que o exclusivo comercial tornou-se o instrumento chave desta política. Ainda assim, aqueles “estrangulamentos”

²⁶ Das quais o Brasil seria antecessor relativamente acidental, mais por resultado da atitude dos colonizadores que da Coroa portuguesa (*Id., ibid.*, nº 5, p. 46 e nº 6, p. 62).

²⁷ *Id., ibid.*, no. 5, p. 46 [tradução do autor].

infra-estruturais dos impérios ibéricos incitaram outros povos a buscar suas posições no sistema atlântico, criando “enclaves de desenvolvimento capitalista” por mais que as colônias ibéricas tenham permanecido fora da influência do investimento e da demanda internacional — o melhor exemplo disso é o *asiento* espanhol.²⁹

No segundo sistema atlântico, porém, foi cada vez mais difícil efetivar a política do exclusivo, enquanto mais e mais embarcações européias faziam a travessia do Atlântico regularmente: “Apesar do fato de os vários Estados europeus do segundo sistema também haverem tentado dominar o fluxo de produtos e pessoas, o resultado foi diferente pois o capitalismo privado era demasiado resistente, usando a geografia do Caribe e seus fundamentos internacionais, assim tornando impossível a criação de qualquer coisa próxima do exclusivo espanhol ou português”³⁰.

Pieter Emmer faz esta afirmação baseado na internacionalidade do tráfico de escravos no Caribe (mesmo a *Royal African Company* não logrou exercer totalmente seu monopólio, estabelecido em 1672), na dependência das *plantation islands* de importação de gêneros de consumo (e na grande participação de colonos da Nova Inglaterra no abastecimento desse mercado); na participação de investimentos estrangeiros (holandeses) na produção açucareira das Antilhas. São todas evidências da “avançada natureza capitalista” do segundo sistema atlântico, e da formação de “*market-oriented economies*” no Caribe não-espanhol. Vale dizer, as economias coloniais do segundo sistema atlântico estiveram sob maior influência dos mercados

²⁸ Neste sentido, Pieter Emmer segue o caminho inaugurado por Ralph Davis em *The rise of the atlantic economies* (Ithaca: Cornell Univ., 1973).

²⁹ Pieter EMMER (org.). *The dutch in the atlantic economy, 1580-1880: trade, slavery and emancipation*. Aldershot-GB, Brookfield-US: Ashgate, 1998, p. 14.

³⁰ “Apesar do fato de que vários Estados europeus do segundo sistema tenham tentado dominar o fluxo de produtos e pessoas, o resultado foi diferente pois o capitalismo privado era muito resistente, e usava a geografia do Caribe e seus fundamentos internacionais, assim tornando impossível a criação de qualquer coisa próxima do exclusivo espanhol ou português” [tradução do autor], *id.*, *ibid.*, p.14-5.

européus: o investimento respondia às flutuações de preço com mais flexibilidade e, em função disso, flutuava a população caribenha (majoritariamente escrava).³¹

A grande novidade do segundo sistema atlântico, portanto, é a *plantation island*. Tais colônias eram inviáveis nos quadros do primeiro sistema, em virtude de suas supramencionadas limitações ao pleno funcionamento da lei de oferta e demanda; do contrário, dentro do primeiro sistema se desenvolveram a *hacienda* espanhola e a fazenda portuguesa. Ambas não eram capazes de evoluir para uma *plantation*, pois não eram flexíveis o suficiente para otimizar a alocação de recursos produtivos e maximizar sua rentabilidade. No entanto, com o acúmulo prolongado de prejuízos, a *hacienda* permanecia operante, enquanto a *plantation* era abandonada.

Pode-se encontrar uma síntese da discussão em dois artigos publicados por Jobson Arruda. Atento para o íntimo relacionamento do sistema colonial moderno com a formação do capitalismo industrial, ele busca reconstruir a dinâmica do sistema a partir do comportamento do capital mercantil nas conjunturas econômicas da Época Moderna³².

O capital mercantil, por definição, realizava-se na circulação de mercadorias. Seus investimentos eram norteados pela necessidade de potencializar o controle sobre esta circulação; a pequena participação de capital fixo nesse processo estava, em sua maior parte, empregada em navios e armazéns. “Como era próprio ao capital mercantil, buscava-se estreitar o circuito monetário, cujos resultados eram lucros excepcionais, o que, por sua

³¹ *Id., ibid.*, pp. 13, 15 e 22.

³² “(...) a era do capital mercantil corresponde ao período de formação histórica do capitalismo”, afirma Jobson Arruda, reforçando sua interpretação com a influência direta de Fernand Braudel (José Jobson de A. ARRUDA. “Exploração colonial e capital mercantil”. In: Tamás SZMRECSÁNYI (org.), *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1996, p. 220).

vez, era facilitado pela multiplicidade de oportunidades de investimentos”.³³ Como capital mercantil, resistia ao máximo em alargar seu circuito de valorização para dentro do processo produtivo, temeroso por sua volubilidade.

Sob esta lógica, a prática da colonização evitou onde pôde o envolvimento muito profundo com a produção — segundo o modelo clássico de colonialismo mercantilista, as colônias são centros fornecedores de produtos exóticos de grande aceitação internacional e consumidores de produtos reexportados pelos comerciantes do Reino³⁴. A metrópole desponta nesse modelo como nação mercantil, intermediária entre a Europa e suas colônias, monopolista e monopsonista perante as mesmas; assim como se intitulava D.Manuel I: *príncipe mercador*. O surgimento de um novo padrão de colonização no último quartel do século XVIII, no seio do sistema colonial mercantilista, transformará fundamentalmente o papel econômico exercido pelas colônias, antecipando as formas de pacto colonial do século XIX. Elas passam a fornecer alimentos e matérias-primas para a nascente sociedade industrial metropolitana, enquanto se transformam em mercados privilegiados para seus produtos industrializados.

Entre o antigo e o novo padrão de colonização, Jobson Arruda dialoga com o “novo colonialismo” de Eric Hobsbawm e o “segundo sistema atlântico” de Pieter Emmer. Não lhe faz sentido, todavia, caracterizar a prática colonial do século XVII como um novo sistema ou um novo colonialismo, uma vez que as traves mestras do mercantilismo continuam sólidas na realidade. Em sua opinião, portanto, a diferença está na seguinte observação: “A partir da expulsão dos holandeses do Brasil e sua transferência para as ilhas do Caribe, rompe-se o monopólio da produção, tendo início uma fase de competição

³³ *Id., ibid.*, p. 221.

³⁴ José Jobson de Andrade ARRUDA, “Decadência ou crise do império lusobrasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII” in: *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais: Câmara Municipal, 1998, vol 3, p. 225.

acirrada entre as metrópoles e entre as próprias colônias. Cresce a importância das colônias na definição da política mercantil metropolitana, ao mesmo tempo acelera-se a internacionalização do capital mercantil, que passa a buscar o lucro independentemente dos limites nacionais ou imperiais”³⁵.

Pode-se dizer, sinteticamente, que dentro do antigo padrão de colonização, o “modelo clássico” de colonização mercantilista, distinguem-se dois momentos conjunturais: a época dos monopólios ibéricos, até 1640/50, e a época da competição colonial, até 1760/80. São diferenças, alerte-se bem, “mais de grau do que de conteúdo”: grau de eficácia do exclusivo comercial, grau de internacionalização do capital mercantil, grau de importância e difusão da produção colonial (que deixa o exotismo para aderir ao cotidiano europeu). Por mais que a estrutura do sistema colonial permanecesse inalterada, a conjuntura era outra; impunha novas e diferentes necessidades estratégicas aos poderes coloniais da Europa do século XVII.

* * *

Entre o sistema colonial mercantilista e o novo colonialismo do século XVII reside um problema de continuidade e ruptura, mudança e perseverança; vale dizer, de forma e transformação. Cabe aqui buscar o ponto de fuga entre os meios de interpretação.

De primeira, ressalte-se que o sistema colonial mercantilista continua, no extremo, o instrumento mais poderoso de explicação dos móveis da expansão europeia até a revolução industrial e a ascensão do liberalismo econômico. Seria um erro supor que o florescimento do contrabando tornou obsoleta a política do exclusivo, uma vez que exclusivo e contrabando formam a dicotomia chave do sistema. Tenha-se claro que tanto o comércio exclusivista como o de

³⁵ *Id., ibid.*, p. 226.

contrabando estão inseridos nas políticas dos Estados nacionais da Época Moderna e, assim sendo, fazem parte do jogo de poder mercantilista. Como decorrência disto, ambos perdem seu peso estratégico com a ascensão do liberalismo. Nesse sentido, as diferenças de internacionalidade entre o primeiro e o segundo sistema atlântico de Pieter Emmer “(...) surgem mais como diferença de grau do que de conteúdo. A essência do sistema produtivo era ainda a monocultura, o latifúndio e a escravidão, com elevado grau de especialização”³⁶.

Entretanto, não apenas a essência mercantilista permanece no segundo sistema atlântico como a internacionalidade de suas trocas não é um processo dinâmico e crescente, mas que se inverte conforme Inglaterra e França adotam posturas anti-holandesas. Apesar de oferecer fretes mais baratos, os holandeses não foram capazes de prover as ilhas com a variedade de serviços que lhes eram necessários: seguros, armazenagem, serviços portuários. Como o próprio Pieter Emmer afirma em artigo de 1979: “a escolha entre navios de diferentes nacionalidades e assim entre vários portos europeus para onde vender o açúcar constituiu um luxo rapidamente declinante dos seus plantadores”³⁷.

Além disso, não existem diferenças sistêmicas entre a *plantation* e a *hacienda*. De um lado, na América portuguesa o financiamento da produção também era fundamental para o dinamismo da economia³⁸. De outro, as

³⁶ Jobson ARRUDA, *op. cit.* (1998), p. 227.

³⁷ “A escolha entre navios de diferentes nacionalidades, e portanto entre diferentes portos europeus, onde vender o açúcar constituiu para os produtores um luxo em rápido desaparecimento” [tradução do autor]. Pieter EMMER & Ernst van der BOOGAART, “The Dutch participation in the Atlantic Slave Trade, 1596-1650” (1979), in: *The Dutch in the Atlantic Economy, 1580-1880*, *op. cit.*, p. 59.

³⁸ “O crédito, portanto, fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil” (Stuart SCHWARTZ. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 179). Isto relativiza o peso da concepção de Celso Furtado da unidade produtiva escravista, dotada de “plena capacidade de autofinanciamento” e subsistente à crises no comércio exterior (*Formação Econômica do Brasil*, *op.cit.*, p. 46.). Voltaremos ao problema do crédito na economia escravista no capítulo quatro.

especificidades das *plantations* caribenhas não penetram seus traços mais marcantes: o escravismo, a especialização, a extroversão³⁹.

Contudo, existem diferenças além das adaptações técnicas da produção às condições ambientais do Caribe. O absenteísmo e a solvência são maiores na economia do açúcar nas Antilhas e sobrelevam seu aspecto capitalista: “o engenho antilhano tornou-se antes de tudo um negócio, empresa comercial, e não a unidade de colonização propriamente dita. Se esta se realiza é, por assim dizer, ‘a despeito do senhor de engenho’”⁴⁰. Já no Brasil, onde os engenhos foram também postos avançados da conquista portuguesa, o peso na formação da sociedade dos proprietários rurais como elite social, “ligados à terra e enobrecidos por ela”, foi muito maior.

A intensidade dos matizes capitalistas da expansão européia são um problema também na ruptura proposta por Eric Hobsbawm. Segundo ele, o “novo colonialismo” apareceu prematuro no Brasil, por conta das iniciativas individuais dos colonizadores do final do século XVI. Apenas com a crise do “velho colonialismo”, do comércio de mercadorias de grande valorização unitária, despontaria o comércio colonial de grande escala, complementar ao desenvolvimento econômico (industrial) da Metrópole. Todavia, Hobsbawm falha em notar que essa transformação não esteve estritamente ligada à crise do século XVII. Sua concepção de crise e reformulação do colonialismo aplica-se também à formação do complexo açucareiro na América portuguesa: não foi esta impulsionada tanto pela disposição dos colonizadores quanto pelo capital

³⁹ “Se é verdade que o engenho, como latifúndio escravocrata, condiciona em grande parte a estrutura social das áreas açucareiras, verifica-se que a semelhança dos processos de trabalho, da organização da produção, -prende-se ao sistema colonial. Este conjunto de instituições que dá as linhas diretrizes à produção colonial é o mesmo nos seus elementos essenciais na América portuguesa como nas Antilhas” (Alice Piffer CANABRAVA. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981, p. 245).

⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 246.

português privado de grande parte dos lucros que o comércio oriental proporcionara até a segunda metade do século XVI⁴¹.

Não se trata, portanto, de um rearranjo nos moldes da expansão europeia causado pela crise geral. Defronta-nos, simplesmente, a contradição essencial do capital comercial autônomo, da formação do capitalismo: a necessidade inescapável de valorização, pois é esta que define socialmente o capital, e sua repulsa ao produzir, ao inovar e a todos os riscos que estes implicam. Tanto a crise do comércio português no Oriente, no século XVI, como a crise geral do século XVII (em escala muito maior) desafiam o capital comercial a procurar novos espaços para a sua realização. Foi na expansão colonial que ele, sincronicamente, encontrou o seu refúgio e renunciou a sua transformação.

Mas é preciso convir que as inovações da expansão europeia durante o século XVII são marcas que alteram o sistema colonial em suas práticas, senão em suas características definidoras, para além de 1700. Do mesmo modo, perde-se em não relacionar estas especificidades com as transformações por que passa a economia europeia. Esse parece ser o problema da interpretação de Imanuel Wallerstein: tomada por si só, dilui a especificidade das transformações do século XVII (se não o fizer também para a revolução industrial). Ao permanecer no campo conceitual do sistema-mundo, mantendo-se à margem da discussão sobre a crise do século XVII, Wallerstein falha em perceber as características específicas dos ciclos sistêmicos cuja dinâmica pretende generalizar, naturalizar, universalizar. Nesse sentido, o campo conceitual da perspectiva do sistema-mundo aproxima-se do físico ou do biológico e limita sua razão como instrumental de apoio à análise histórica. O resultado é uma coletânea de temas

⁴¹ Isto não escapou ao exame de Vitorino Magalhães Godinho, que descreve a consolidação do complexo açucareiro no Brasil como uma “viragem estrutural” do Império português, provocada pela crise nos domínios orientais (*Op.cit.*, p. 197-203).

econômicos regionais entrelaçados pela distante arquitetura dos ciclos de expansão e recolhimento⁴².

Entretanto, a disposição de novas metrópoles e a fundação de novas colônias, contrapostas à decadência dos impérios ibéricos na Europa e no mundo, parece corroborar com sua afirmação de que estavam abertas oportunidades “tanto para a evolução quanto para a involução”. O México é um bom exemplo: depois do arrefecimento da mineração da prata, observa-se ali a crise do sistema do *repartimiento* e o aparecimento de formas assalariadas de exploração. Ao mesmo tempo, incrementa-se o comércio com o Oriente via Manila e desenvolvem-se as atividades industriais mexicanas, num impulso de “substituição de importações”.⁴³

É preciso esboçar um desenho das fronteiras entre ruptura e continuidade. Vimos que a ruptura proposta por Pieter Emmer refere-se mais ao miolo do século XVII; que o segundo sistema atlântico pende novamente para políticas exclusivistas na Inglaterra e na França, de modo que não é ruptura sistêmica. Concordamos com Immanuel Wallerstein que há continuidade na estrutura mais geral da economia-mundo, ainda articulada em centros, periferias, e semi-periferias cujas dinâmicas se entrelaçam, mas que existe continuidade no século XVII além da arquitetura do sistema-mundo. Nem foram tantas as mudanças, nem tão poucas as continuidades. Por sua vez, a ruptura entre o velho e o novo colonialismo de Eric Hobsbawm está profundamente envolvida com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e a penetração do capital na produção, de modo que foge para além do escopo da crise geral do século XVII. Estamos ainda diante de um processo de colonização

⁴² Tal crítica ao volume II de *The modern world-system* pode ser encontrada com mais profundidade em artigo de Jobson ARRUDA, “A crise do século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750)”. In: *Revista de História*, n. 116, 1984, p.183-192.

⁴³ Cf. Ralph DAVIS, *op. cit.*, p. 160-161.

mercantilista, sob a bandeira dos Estados modernos e com o motor do capital mercantil.

Resta que as novidades na expansão europeia durante a crise geral emergem do acirramento da competição interestatal, de par com o apogeu do Estado absolutista. Sendo assim, a melhor aproximação ao problema parece ser aquela proposta por Jobson Arruda. A direção do progresso técnico na expansão ultramarina — a busca de eficiência e lucratividade no transporte, a preocupação com o curso, a defesa e a soberania nos mares — reflete a tonalidade da competição entre as marinhas europeias. As praças comerciais inovaram em seus instrumentos financeiros pela necessidade de alavancar seus negócios ou perecer na hierarquia da economia-mundo em crise. Ademais, entre essas inovações destacam-se as companhias privilegiadas: meios de ampliar e coordenar o capital investido num ambiente colonial cada vez mais hostil. O próprio estabelecimento de novas colônias era um meio de o Estado se antecipar ao seu Estado vizinho, num grau muito mais elevado do que fora no século XVI. Onde era inviável a colonização direta, o contrabando aparecia como alternativa de exploração da colônia alheia. Se são diferenças mais de grau que de conteúdo, são também suficientes para transformar a política de expansão colonial e suas conseqüências para as sociedades do Novo Mundo.

Longe de exaurir o problema, pode-se aqui fazer um exercício de ilustração: revisitar o processo de legalização da aguardente brasileira pelo Estado português. Durante o século XVII, a jeribita tornou-se a principal moeda no câmbio de escravos de Angola. O zimbo, utilizado para esse fim no começo do século, era uma mercadoria muito abundante para sobreviver como moeda. A farinha de mandioca também foi usada no comércio do Atlântico Sul, mas a guerra e as necessidades de aprovisionamento estabeleceram a produção na margem africana do oceano. Em meados do século, os escravos de Angola eram trocados principalmente por panos e moedas de cobre. Com o passar dos anos,

a cachaça impôs as suas vantagens: seu valor unitário era substancialmente menor do que o tecido ou o cobre europeu. Portanto, como circuito de valorização, a troca cachaça-escravo era mais segura. A opção panos-escravo ocupava menor volume de transporte, provavelmente, mas exatamente por isso sobrevalorizava uma viagem que nunca deixou de oferecer seus riscos. O resultado desta matemática é pouco surpreendente: enquanto o tráfico negreiro explica o escravismo americano, o tráfico cachaceiro explica o alcoolismo africano.

No Brasil, entretanto, a aguardente representava concorrência para os vinhos portugueses e madeirenses, de modo que o comércio cachaça-escravo se desenvolveu à beira do estatuto colonial. Na Bahia, sua produção foi proibida e permitida variadas vezes até sua legalização definitiva pelo Senado da Câmara de Salvador em novembro de 1654⁴⁴. No Conselho Ultramarino, porém, a legalização do trato sulatlântico dos jeribiteiros só aconteceu em 1695. “Sob o efeito convergente da queda do consumo no mercados europeus e da concorrência da Antilhas (para o açúcar), e da Virgínia (para o tabaco), os preços do pau-brasil, do açúcar e do tabaco desabam na segunda metade do século XVII. Nessa conjuntura, exportada como mercadoria de escambo, a cachaça transfere o custo da reprodução dos escravos usados no Brasil para as famílias, as aldeias e os povos africanos”⁴⁵.

De tal maneira, o circuito cachaça-escravo internalizava nas colônias o custeio da reprodução da força de trabalho e barateava o financiamento da economia colonial. Muito mais do que um nebuloso sinal de fraqueza e descentralização política da Metrópole da administração colonial, ou de abandono da defesa de interesses mercantis metropolitanos, a legalização do

⁴⁴ *DHAM*: AC, v. 3, p. 275. Voltaremos às proibições da aguardente na bahia no terceiro capítulo.

⁴⁵ Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 310.

comércio de aguardente pode ser melhor compreendido pelas vicissitudes do acirramento da competição colonial.

* * *

No quadro aqui desenvolvido, as invasões holandesas da América portuguesa marcam a inauguração desta fase de competição interestatal acirrada. É, por conseguinte, nosso pano de fundo para a reconstituição dos problemas enfrentados pela economia colonial da Bahia a partir de 09 de maio de 1624.

II

A GUERRA NO RECÔNCAVO

Em 21 de abril de 1624, uma frota com vinte e seis embarcações aparelhadas e guarnecidas pela *WIC* cruzava o paralelo 06 ao sul do Equador. Pela manhã, uma das quatrocentas e cinquenta bocas de artilharia se fez ouvir. No mastro grande da almiranta, velas e insígnias foram arriadas três vezes, a convidar os capitães para reunião do conselho de guerra. Na ocasião, estava ausente o comandante dos três mil e trezentos homens da soldadesca, Jan van Dorth, pois a nau onde ia passageiro se desgarrara numa tempestade. Ao meio dia, o almirante Jacob Willekens abriu a carta de prego¹ e seu conteúdo foi divulgado: os diretores da Companhia, “em proveito dela e em bem da pátria”², ordenavam que fosse assaltada, conquistada e defendida a Bahia de Todos os Santos.

A escolha do Brasil e da Bahia para palco da inauguração das atividades da *WIC* foi decorrência da dualidade que era característica geral das companhias privilegiadas de sua época: ao mesmo tempo, braços do Estado e braços do capital. Isto se vê no processo de decisão do ataque e nas alternativas

¹ Carta lacrada com instruções secretas para ser aberta em situação pré-determinada.

² Johannes de Laet. “História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636” (1644). Trad. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 30, p. 43.

levantadas³: cogitaram-se ataques ao Panamá (dividindo o império espanhol na América em dois), a Cuba (para interceptar frotas espanholas nos estreitos da Flórida e de Yucatán) e até mesmo a algum porto na Península Ibérica. Já o idealizador da companhia, Willem Usselinx, propunha que primeiro fosse estabelecida uma colônia em algum ponto de menor ou nenhuma presença ibérica (na “costa selvagem” das Guianas, provavelmente, onde o comércio holandês e inglês com ameríndios já era considerável). Quando soube da escolha pelo Brasil, Usselinx reclamou que o plano era muito ambicioso e que contava com o improvável apoio de cristãos-novos e escravos em revolta⁴. Outros temiam um revide definitivo e arrasador das coroas de Portugal e Espanha, o que era um risco muito alto para uma companhia comercial em seus primeiros passos.

Contudo, o Brasil era o alvo que melhor compreendia os interesses comerciais e os objetivos políticos da *WIC*. Isto se pode bem ver no panfleto de Jan Andries Moerbeek⁵. Seus argumentos dividem-se em três linhas. Primeiro, as vantagens de uma campanha militar no Brasil: a inexperiência de suas defesas, a possível colaboração de portugueses e cristãos-novos e, principalmente, a importância de poucos centros vulneráveis para o domínio de toda a vastidão da colônia — com as praças de Bahia e Pernambuco ocupadas e fortificadas, “a Companhia das Índias Ocidentais não somente se tornará senhora do país inteiro, como poderá manter a sua posse”⁶. Segundo, os muitos proveitos que o Brasil renderia à Companhia: as riquezas do saque, o produto

³ Charles Ralph. BOXER. *The dutch in Brazil: 1624-1654*. Oxford: Clarendon, 1957, pp. 14-16.

⁴ Foram outros ainda os descontentamentos do calvinista Usselinx, segundo Hermann Wätjen: “Como poderia uma Companhia, que devia servir de instrumento de guerra, e cujo principal empenho seria o apoio militar às sete províncias novamente em luta com o adversário espanhol, estabelecer ao mesmo tempo núcleos coloniais, exercer comércio de trocas com aborígenes e pregar o Cristianismo aos povos pagãos?” (*O domínio colonial holandês no Brasil*. Trad. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Nacional, 1938, pp. 80-81).

⁵ Jan Andries MOERBEECK. “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei de Espanha a terra do Brasil” (1624), Trad. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. In: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: IAA, 1942

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 30.

da tributação e do comércio de açúcar e outras mercadorias — frutos que compensariam os gastos da campanha e da defesa e ainda seriam fonte de um lucro anual de cinquenta toneladas de ouro. Terceiro, os danos que se infligiriam à monarquia espanhola: a perda dos impostos sobre o comércio de açúcar, do mercado importador brasileiro, dos impostos sobre o comércio de escravos, da navegação castelhana, o aumento dos custos de defesa do restante das Índias Ocidentais e, em especial, a ruína de Portugal que a conquista do Brasil provocaria, abalando assim os alicerces da união das coroas ibéricas.

Eleito o Brasil como objetivo, sua ocupação começaria pela capital — “tratando mais ser a Bahia cabeça e praça de armas geral para a conquista e conservação de tudo o mais”⁷. A posse de um porto importante não só para a navegação do Brasil como do Rio da Prata e da carreira do Oriente parece ter sido um bônus inesperado para a Companhia⁸.

Enquanto se reuniam os oficiais da armada flamenga naquela manhã de abril, embarcações desgarradas do corpo da frota já se aglomeravam na costa brasileira. *Hollandia*, a nau que levava o comandante van Dorth, já havia aparecido na barra da Bahia e desde o dia 13 pairava entre o Morro de São Paulo e Boipeba, para a suspeita das autoridades locais. Em 15 de abril chegou em Salvador um navio de Angola que escapara da *Hollandia* durante a noite anterior. Confirmou-se então a beligerância da estranha nau que rondava a costa e soube-se que era capitânea de uma frota muito maior⁹. Começaram os preparativos para a defesa da Bahia. O governador-geral, Diogo de Mendonça

⁷ Bartolomeu GUERREIRO. *Jornada dos vassalos da Coroa de Portugal* (1625). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1966.

⁸ Nem por isso um bônus insignificante: a rica embarcação onde o governador de Buenos Aires voltava para a Espanha foi capturada sem esforço em Salvador, e outras que vinham do Oriente por pouco conseguiram escapar (NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. “Historia de la recuperación del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623 (sic)” (1626), In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 69, pp. 184 e segs.).

⁹ Tomas TAMAYO DE VARGAS. *Restauración de la ciudad del Salvador, y bahia de todos os santos, en la provincia del Brasil*. Madrid: Viuda Alonso Martin, 1628, pp. 35-6. Quando Recife foi libertada e acabado o Brasil holandês, a *Hollandia* estava no porto, ainda a serviço da WIC (“Diário de Henrique Haecxs”, In:

Furtado, convocou a população do Recôncavo para guarnecer a cidade: “um batalhão bizarro de três mil homens”, segundo Afonso Ruy, mas que provavelmente não reunia mais de mil e seiscentos, neles inclusa uma companhia de negros sob o comando do jovem filho do governador¹⁰.

Os avisos continuaram a chegar de Sergipe e da Torre de Garcia D’Ávila. Em 27 e 28 de abril, dizia-se que a costa estava infestada de naus grandes “com intento de roubar separadas o que pudessem, e depois juntar-se a fazer presa de alguma das principais paragens”¹¹. Enquanto isso, a milícia reunida em Salvador dava sinais de incontinência. Às pressas, o governador conseguiu um empréstimo de Duarte da Silva para pagar os milicianos. Não foi suficiente — quando a frota da WIC entrou na baía em 09 de maio, toda a milícia havia se retirado para o interior do recôncavo.

Os holandeses desembarcaram sem problemas na ponta do forte de Santo Antônio¹², de onde chegaram à porta sul da cidade no mesmo dia. O porto e a cidade baixa foram ocupados com alguma resistência. Durante a noite, a população foi tomada pelo pânico: “pelejando a noite pela parte contrária, ninguém se conhecia; fugiam uns dos outros, e quantos cada um via, tantos holandeses lhe representavam”¹³. Às sete horas da manhã do dia 10 de maio, os holandeses encontraram a cidade vazia. A única oposição lhes foi oferecida pelo próprio Diogo de Mendonça Furtado e dezessete soldados de sua guarda na praça da cidade e nas portas da casa do governo. Cercado, o governador ainda ameaçou explodir a pólvora que havia ali estocado, levando a casa, o filho, a

Anais da Biblioteca Nacional (1645-1954). Trad. frei Agostinho Keijzers, n. 69).

¹⁰ *Id., ibid.*, p. 36; Afonso RUY. *Historia política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949., p. 133, baseado em Francisco Adolfo de VARNHAGEN (*História das lutas com os holandeses no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cultura, 1945, p. 57)

¹¹ Tamayo de Vargas, *op.cit.*, p. 35.

¹² Onde hoje fica o Farol da Barra.

¹³ Antônio VIEIRA. *A invasão holandesa da Bahia (1625)*. Salvador: Progresso, 1935, p. 25.

guarda, alguns clérigos e holandeses consigo para os ares; mas o ouvidor-mór tomou o morrão aceso de suas mãos e impediu o desastre¹⁴.

Em sua narrativa da invasão, o padre Bartolomeu Guerreiro lamenta, entre surpreso e indignado, a falta de valor lusitano na defesa de Salvador. Lembra que Macau fora defendida mesmo sem ser fortificada, que Moçambique resistira a duas frotas holandesas e que São Jorge da Mina se mantivera com apenas oitenta homens¹⁵. Não é na coragem ou na covardia, porém, que se deve buscar explicação para esse fato. Tampouco foi a surpresa do ataque a causa de seu sucesso¹⁶ — como se viu, houve mais do que tempo para reparos nos baluartes e recrutamento de milícias, enquanto Moçambique resistira ao ataque de treze vasos holandeses sem qualquer conhecimento prévio.

Muitos creditaram o abandono de Salvador por suas defesas às divergências entre o governador e o bispo D. Marcos Teixeira. De fato, vinte e três dias depois de reunida a milícia do recôncavo, o bispo pregou aos seus chefes que não havia motivo para preocupação e os aconselhou a retornarem para seus afazeres¹⁷. Contudo, é preciso evitar que esta divergência pessoal (bem característica de D. Marcos Teixeira, entre todos os exemplos de conflito do episcopado com o governo-geral) leve a responsabilidade pelos eventos.

É mais interessante notar que, apesar do volume da frota holandesa e dos avisos que já levantavam a possibilidade de uma ocupação, a população do

¹⁴ Entre estes holandeses estava o ainda tenente Piet Heyn, engajado nas negociações pela capitulação portuguesa (Frei Vicente do SALVADOR. *História do Brasil: 1500-1627*. Rev. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1954)

¹⁵ “E quanto mais sucessos destes sabia a nação portuguesa de seus passados, tanto mais se magoava em tempos presentes, (...) por ver perdida a cabeça de um estado sem que em sua defesa corresse pelas ruas da Bahia rios de sangue português e holandês” (Guerreiro, *op.cit.*, p. 24)

¹⁶ Esta hipótese é a de Ignacio Accioli de Cerqueira e SILVA (daqui em diante, apenas Accioli). *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Notas de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925, v. II, p. 02. Ignácio Accioli menciona também a insuficiência de víveres para o sustento da milícia.

¹⁷ Segundo Braz do AMARAL, D. Marcos Teixeira teria dito que “não acreditava em ataque de estrangeiros” (*Resenha histórica da Bahia*. Bahia: Tipografia naval, 1941). Francisco A. Varnhagen é ainda mais incisivo: o bispo era “escravo dos estímulos da ambição”, e aproveitava a situação para ganhar

recôncavo esperava o saque da cidade mas não a sua conquista. Esse fora o caso de todos os assaltos anteriores à Bahia; restringiam-se à pilhagem dos navios e trapiches no porto e de poucos engenhos no litoral¹⁸. Sendo assim, é compreensível que a milícia convocada por Diogo de Mendonça Furtado tenha optado por defender suas fazendas; enquanto mais se abandonava as defesas de Salvador, maior era a angústia dos remanescentes em ver seus engenhos abandonados entre outros tantos cada vez melhor protegidos. Cada um por si, os moradores optaram pela defesa de suas propriedades.

Pela primeira vez, configurava-se uma situação comum à história dos conflitos entre holandeses e portugueses no Atlântico sul: estes, senhores do interior; aqueles, senhores da cidade e da costa. Retirados para povoações ao norte e nordeste de Salvador, os portugueses logo perceberam que as intenções dos invasores eram mais duradouras que de costume. Em 12 de maio, os holandeses guarneceram os fortes. Nos dias seguintes começaram a assediar os moradores “a ver se queriam aceitar a soberania dos Estados Gerais e viver e agir como seus vassallos”, mas foram poucos os que aceitaram¹⁹. Pelo contrário, os portugueses trataram de organizar a defesa do recôncavo, estabelecer um perímetro em torno de Salvador e esperar por algum socorro da Metrópole. Para o isolamento dos holandeses na cidade, contou-se com seiscentos homens, entre portugueses e índios dos aldeamentos, em vinte e sete “companhias de emboscada”²⁰. Mesmo que a cidade não fosse sitiada, os invasores gozaram de

popularidade (*Op.cit.*, p. 57).

¹⁸ Em 1587, piratas ingleses acometeram o porto. Em 1599, os holandeses Hartmann e Broer pilharam o recôncavo por 25 dias (segundo Wanderley Pinho; para Francisco Borges de Barros foram 55 dias). Novamente, em 1604, mais engenhos foram atacados por outro holandês. Em 1613 outro ataque de um corsário flamengo foi rechaçado por civis portugueses em um velho navio do recôncavo (Salvador, *op.cit.*, pp. 273, 300-1; Wanderley PINHO. *História de um engenho no Recôncavo: Matoim - Novo Caboto - Freguesia, 1552-1944*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1982, pp. 82-3; Francisco Borges de BARROS. *Margem hitorica da Bahia*. Bahia: Impr. Oficial, 1934, p. 222; Pedro CALMON. *História da Bahia*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., pp. 60, 62; J. F. de Almeida PRADO. *A idade de ouro na Bahia, 1530-1626*. São Paulo: Nacional, 1950, pp. 60, 110.)

¹⁹ Aldenburgck, *op.cit.*, p. 179; Francisco A. Varnhagen, *op.cit.*, p. 61.

²⁰ Vieira, *A invasão*, pp. 34-36; Tamayo de Vargas, *op.cit.*, p. 43.

pouca segurança fora dos seus muros — o próprio comandante van Dorth foi morto na praia a poucos quilômetros de Salvador, ainda em junho. Para a defesa do recôncavo, ordenou-se que “os que tinham engenhos e fazendas junto à praia se fortificassem e assistissem nelas”²¹ — os engenhos, redutos a servir de proteção contra índios hostis em outros tempos, erguidos para receber artilharia e dotados de casa forte em forma de torre de observação, voltavam a exercer suas funções militares²².

Ficava claro aos holandeses que tão cedo não teriam a colaboração dos portugueses da Bahia. Embora as ordens da companhia eram de paz e comércio com os locais, em pouco tempo a falta de mantimentos forçou a organização de reides contra o recôncavo, as vilas de Camamú e Boipeba, até o Espírito Santo. Por mais de uma vez, os holandeses desembarcavam com bandeiras de paz para comprar gado e farinha. Ofereciam em troca escravos da população negra capturada junto com a cidade, bem como nos navios que chegavam da África. Em Itaparica, chegaram a oferecer escravos “e todas as fábricas necessárias” para que se retomasse a produção de açúcar; em Camamú, propuseram troca de escravos por vacas, porcos ou galinhas²³. Acometeram engenhos em busca de mantimentos ou algumas caixas de açúcar, mas em geral foram mal-sucedidos. Aparentemente, o único engenho queimado foi um de Freguesia, de onde conseguiram levar vinte caixas de açúcar²⁴.

Em conseqüência disso, a cidade de Salvador sofreu muito mais que o recôncavo nesta ocupação de 1624. E sofreu mais na restauração que durante a invasão. Em 27 de março de 1625, as armadas reunidas de Portugal e Castela avistaram a Bahia, vencedoras da corrida contra a WIC pelo aprontamento e

²¹ Salvador, *op.cit.*, p. 404.

²² Eduardo D'Oliveira FRANÇA. “Engenhos, colonização e cristãos-novos na Bahia colonial”. In: Eurípedes Simões de PAULA (org.), *Anais do IV simpósio da ANPUH: colonização e imigração*. São Paulo: USP, 1969, p. 193.

²³ Salvador, *op.cit.*, p. 405; Aldenburgck, *op.cit.*, p. 193.

²⁴ Vieira, *A invasão*, pp. 36-42; Tamayo de Vargas, *op.cit.*, p. 98; Salvador, *op.cit.*, p. 414; Pinho, *op.cit.*, p. 86.

entrega de reforços ao local²⁵. No total, a “Jornada dos Vassalos” trazia entre cinqüenta e quatro e sessenta velas e algo menos que doze mil homens sob o comando de D. Fradique de Toledo e Osório. Em 31 de março, dois mil desembarcaram com facilidade na ponta de Santo Antônio, graças ao apoio de lanchas, carros e escravos dos moradores²⁶. Dali levantaram um quartel na porta de São Bento e, ladeando a cidade pelo leste, outro na porta do Carmo. Ao amanhecer de 01 de abril, domingo de Páscoa, Antônio Vieira encontrou a prova da ressurreição fundeada em meia-lua na Bahia e acampada nas entradas de Salvador²⁷. Mesmo ciente dos reforços holandeses a caminho, mas em virtude das baixas sofridas em ataques diretos contra a porta de São Bento, D. Fradique optou pelo prolongamento do sítio e bombardeio da cidade. Para tanto, armaram-se baterias em três quartéis, de onde se puseram a “varejar de todas as partes a cidade, derrubando grande parte do muro e muitas casas”²⁸. Por quatro semanas, os holandeses revesaram-se em ataques noturnos aos espanhóis e obras nos muros durante o dia²⁹. Todavia, apesar da expectativa de reforço, a falta de liderança e a pressão da artilharia espanhola levaram os soldados da WIC a assinar sua rendição em 30 de abril³⁰. Mas ainda não era o fim para Salvador — nos dias seguintes a cidade foi novamente saqueada, desta vez pelos próprios espanhóis³¹.

²⁵ Narbona y Zuñiga, p. 194; Boxer, *op.cit.*, pp. 19 e segs.

²⁶ Estevão de Brito Freire apenas “acodiu com carros, barcos e duzentos escravos de serviço” (Guerreiro, p. 84; Narbona Y Zuñiga, 195-6).

²⁷ Vieira, *A invasão*, *op.cit.*, p. 61.

²⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 66; Narbona y Zuñiga, pp. 200-5; Diogo Barbosa MACHADO. “Relação verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de Todos os Santos”, In: *RIHGB*. v. 5, 2a. ed., 1895, pp. 478-483.

²⁹ “Esperavam os nossos diariamente e desejavam com ansiedade, em toda a cidade, que o inimigo promovesse um assalto geral, no qual acabássemos todos, pois estávamos no firme propósito de lutar enquanto nos mantivéssemos de pé, ou palpitasse o sangue em nossas veias (assim pensávamos porquanto, se nos fosse poupada a vida, transformar-nos-íamos em gales), e , finalmente, após o último combate, de nos retirar para nosso paiol, onde havia várias centenas de tonéis de pólvora, decididos a pelejar ali enquanto pudéssemos; uma vez vencidos, lançaríamos, em nome de Deus, fogo à pólvora e voaríamos todos pelos ares” (Aldenburgck, *op.cit.*, pp. 203-10).

³⁰ *Id.*, *ibid.*, pp. 206-9; Narbona y Zuñiga, pp. 201 e segs.

³¹ Guerreiro, *op.cit.*, p. 64. A armada da WIC que reforçaria Salvador só avistou o Brasil em 14 de maio. Aproximou-se da Bahia o suficiente para avaliar a situação e fizeram rumo para o norte. Com doentes e reparos a fazer, fundeou-se na Paraiba, onde pela primeira vez os flamengos fizeram contato com os

Os holandeses perderam a cidade, mas a guerra ainda estava longe de terminar. Houve novo ataque em 1627, desta vez por uma frota de treze velas, sob Piet Pieterzoon Heyn, que chegou na Bahia em fins de fevereiro ou começo de março³². Por ali, tomou uma embarcação vinda de Angola com trezentos e sessenta negros e outra, da Madeira, com fazendas e cento e cinquenta pipas de vinho. Com a audácia que lhe era característica, Piet Heyn lançou sua capitânea entre as naus portuguesas encasteladas, desbaratou a defesa e saqueou o porto. Alguns dias depois, capturou na Bahia outro tumbeiro de Angola³³. Um terceiro tumbeiro escapou poucos dias depois. Nos idos de março, Piet Heyn deixou a Bahia, dividindo seus navios em três flotilhas a patrulhar o litoral brasileiro. Ele mesmo voltou à Bahia com algumas velas em 09 ou 10 de junho. Saqueou dois navios encalhados pouco além de Itapagipe. Subiu o rio Pitanga, onde pilhou outras embarcações e escapou de uma emboscada encouraçando seus batéis com o couro saqueado³⁴. Abandonou a Bahia em 14 de julho, levando consigo algo mais que duas mil e setecentas caixas de açúcar mas sem ter causado dano a engenhos ou canaviais³⁵.

Depois de 1627, a WIC deixou a Bahia em relativa paz. Com a ocupação de Olinda e Recife em 1630, todos os seus recursos foram direcionados para a conquista de Pernambuco. Conforme isto se foi garantindo, porém, os diretores da companhia perceberam que o Brasil holandês não estaria seguro enquanto os portugueses fossem senhores da Bahia. Tão cedo o exército pernambucano de resistência, sob o Conde de Bagnuolo, havia se retirado para as imediações de

tapuias que seriam seus aliados em Pernambuco.

³² 25 de fevereiro segundo Johannes de Laet (*op.cit.*, p. 147), 03 de março segundo Hessel GERRITZ (“Curto relato dos bem sucedidos feitos do valente Pieter Pieterz. Heyn comandando oito navios e cinco patachos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais de março a junho de 1627 no Brasil, na Bahia e arredores da cidade de Salvador” (1628). In: Joaquim de Sousa LEÃO. *Salvador da Bahia de Todos os Santos: iconografia seiscentista desconhecida*. Amsterdam: Meulenhoff, 1957)

³³ “Embaraçado o almirante com tantos negros, pois não os podia empregar em coisa alguma útil, fê-los meter todos em um navio e mandou desembarca-los na ilha que está em rosto da Bahia” (Johannes de Laet, *op.cit.*, p. 147). A ilha referida é provavelmente Itaparica.

³⁴ *Id.*, *ibid.*, pp. 150-3.

³⁵ Hermann Wätjen, *op.cit.*, p. 134.

Salvador (nas últimas semanas de 1637), o governador Conde João-Maurício de Nassau-Siegen decidiu testar a sorte de suas armas contra a cidade. Para tanto, embarcou em Recife três mil e quatrocentos soldados europeus e mil “brasileiros” tapuias. Fez isto “a despeito de saber Nassau muito bem que com o seu exército não estava apto para meter ombros à expedição projetada”, pois “incitavam o Conde os diretores europeus, apertando-o de contínuo para realizar a conquista da Bahia, na qual levava a mira. Era ali, diziam eles, o principal refúgio dos portugueses; era ali que se dava a máxima atenção à resistência contra o invasor e à honra do rei da Espanha; em nenhuma outra parte havia mais engenhos de açúcar e presa mais rica; com aquela vitória poderia o Bransil dentro em breve estar todo sujeito à Holanda e nenhuma outra cidade galardoaria mais dignamente os vencedores e causaria danos mais certos aos adversários”³⁶.

Nassau partiu de Recife em 08 de abril de 1638 e avistou a Bahia oito dias depois. Levado por uma ventania, desembarcou sua força além da ponta de Itapagipe no dia 16. Por alguns dias, saiu da vista dos defensores de Salvador, que por sua vez resolviam o problema no comando, entre o governador Pedro da Silva (por alcunha, “o Mole”) e o Conde de Bagnuolo³⁷. Com efetivos insuficientes, Nassau não foi capaz de sitiá-la cidade, que continuou sendo abastecida de gado pela porta de São Bento e de farinha de mandioca (a “farinha de guerra”) pelo porto³⁸. Tampouco fez efeito a sua artilharia, que entre 01 e 26 de maio despejou mil, quatrocentos e quarenta e seis tiros sobre Salvador mas pouco clamou em vidas lusitanas³⁹. A posição dos defensores era bem confortável.

³⁶ Gaspar BARLÉU. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc* (1647). Trad. Claudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940, p. 79.

³⁷ Diogo Lopes de SANTIAGO. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira etc* (1650-). Recife: Secretaria do Interior, 1943, p. 154; Ignacio Accioli, *op.cit.*, v. II, p. 13; Francisco A. Varnhagen, *op.cit.*, p. 175.

³⁸ Ignacio Accioli, *op.cit.*, v. II, p. 16.

³⁹ Duarte de Albuquerque COELHO. *Memórias diárias da guerra do Brasil, 1630-1638* (1654). Recife:

Mesmo que não fosse o objetivo primário de Nassau, o recôncavo açucareiro não deixou de ser molestado. Em 25 de abril, o provedor-mór da fazenda Pedro Cadena de Vilhasanti escreveu em seu diário que os holandeses haviam sido rechaçados de uma tentativa de desembarque em Itaparica, e “em algumas partes do recôncavo cometeram, e não tiveram bom sucesso”⁴⁰. No dia 29, Pedro Cadena já admitia esperar algum dano à produção de açúcar: “em breve tempo havemos de expulsar estes hereges daqui ainda que receio alguma ruína nos engenhos e recôncavo, porque são senhores do mar, por cuja razão só tratamos de defender esta praça como coisa mais importante que dela depende a conservação da América”⁴¹. No dia 03 de maio foi capturado um espião, “natural das ilhas”, de quem se soube que os holandeses pagavam dois mil cruzados “a cada um por que viessem correr esta cidade, engenhos e recôncavo para saber aonde os moradores se recolham com os açúcares, fazendas e cobres dos engenhos”⁴² — a intenção era encontrar o que se escondera nos matos.

Enquanto isso, Bagnuolo mantinha uma companhia fora da cidade, à espreita do acampamento holandês, pronta a lhe distrair assim que engajassem em qualquer ofensiva. Sem se bater abertamente, holandeses e portugueses iam ocupando posições e levantando redutos ao norte de Salvador, de modo que durante as primeiras semanas de maio Nassau foi se achando cada vez menos sitiante e mais sitiado⁴³. No dia 07, um negro fugido do campo holandês dizia que a moral daquela tropa andava fraca e que o Conde de Nassau “os vai entretendo” com assaltos ao recôncavo⁴⁴. Segundo um escravo, o engenho de

Secretaria do Interior, 1944, p. 265; O padre Antonio Vieira assim descreveu este bombardeio: “Uns [balaços] caíam saltando, e rodavam furiosamente pelas ruas e praças, outros rompiam paredes, outros destroncavam os telhados, despedindo outras tantas balas quanto eram as pedras e as telhas, e foi coisa verdadeiramente milagrosa, que a nenhuma pessoa matassem nem ferissem” (Antônio VIEIRA. *Por Brasil e Portugal: sermões comentados por Pedro Calmon*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 35).

⁴⁰ Pedro de Cadena VILHASANTI. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Lisboa: s.n., 1941, p. 28.

⁴¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 35-6.

⁴² *Id.*, *ibid.*, p. 41.

⁴³ Coelho, *op.cit.*, 283-286.

⁴⁴ Vilhasanti, *op.cit.*, 48.

seu senhor em Pernamirim fora assaltado por trezentos holandeses, porém “tudo estava no mato”. Decepcionados, avançaram sobre o engenho de Santo Estevão, onde foram rechaçados⁴⁵. Os assaltos aos engenhos parecem ter cessado em 09 de maio, quando se levantou um reduto português, da companhia de Luiz Barbalho, a seiscentas léguas do acampamento flamengo. Ao mesmo tempo, Nassau começava a dar falta de mantimentos⁴⁶. Como os assaltos àquele reduto não logravam sucesso, o príncipe humanista dos trópicos resolveu dar uma última chance à sorte: às 19 horas do dia 18, lançou o grosso de sua força contra a trincheira de Santo Antônio, que defendia a porta do Carmo⁴⁷. Apesar de algum avanço, a batalha noturna logo pendeu para os portugueses, em melhor posição e com companhias atacando o flanco holandês. A derrota foi inevitável.

A essa altura, “a desvantagem do inimigo [holandês] conhecia-se em todas as suas ações”⁴⁸. Depois de mais alguns dias de canhoneio (suficiente apenas para manter os portugueses na defensiva), Nassau aproveitou a chuvarada de 26 de maio para embarcar sua tropa despercebido. Deixou a Bahia dois dias depois.

Estes anos de 1638 a 1640 foram marcados pelo agravamento da guerra pelo Brasil açucareiro. Ambos os lados procuraram resolver a disputa com um golpe decisivo ao centro opositor, mas nenhum teve sucesso nesse intento⁴⁹. Depois da derrota da WIC na Bahia, seria a vez dos espanhóis contra Recife. Madri tentava reverter o quadro do conflito com as Províncias Unidas, e para tanto contava com duas forças-tarefa: uma para levantar o bloqueio de Dunquerque, com setenta e cinco velas e treze mil homens sob D. Antônio de

⁴⁵ *Id., ibid.*, 49-50;

⁴⁶ Coelho, *op.cit.*, pp. 288-90.

⁴⁷ Vieira, *Por Brasil*, pp. 34 e segs; Pedro CALMON. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1959, v. 3, p. 611.

⁴⁸ Coelho, *op.cit.*, p. 294.

⁴⁹ Boxer, *The dutch*, pp. 86 e segs.

Oquendo; outra, com quarenta e seis velas e cinco mil soldados (além das tripulações), deixou a Espanha para o Brasil em 06 de setembro de 1638, sob o comando de D. Fernão de Mascarenhas, Conde da Torre. A primeira foi quase que totalmente dizimada em setembro de 1639 na batalha das Dunas. A segunda não foi muito mais feliz: na demorada escala em Cabo Verde, três mil homens pereceram por doença. O Conde da Torre avistou Recife com trinta e duas velas a 10 de janeiro de 1639 mas, apesar da mínima resistência naval encontrada (e a despeito da opinião de seu conselho de guerra), tocou-se para a Bahia⁵⁰. Com isto, seus homens vieram somar ao peso de uma praça já sobrecarregada: os mantimentos se escassearam além do tolerável, provocando deserções; a falta de alojamentos tornou-se crítica; as mulheres da cidade que não fugiram arriscaram sofrer violências contra suas honras.

Em julho começou a ofensiva: da Bahia saíram grupos de campanhistas para tomar posições no interior de Pernambuco, sem se engajar em confrontos diretos, mas para incentivar a revolta entre os moradores e depois apoiar o ataque decisivo a Recife. Este seria iniciado pela armada do Conde da Torre, que levantou ferro em 19 e 20 de novembro. Nesse ínterim, Nassau organizou suas defesas em terra e mandou uma frota da *WIC* esperar os espanhóis na barra da Bahia. Prejudicada pelos ventos, nos cinco dias que se seguiram a armada espanhola foi desbaratada num combate que se arrastou de Itamaracá até o Cabo de São Roque. A bordo da almiranta, Luiz Barbalho pediu ao Conde da Torre para desembarcar com mil e duzentos ou mil e trezentos homens no Rio Grande, de onde se juntaria aos campanhistas na retirada para a Bahia. Na violenta marcha que se seguiu, Barbalho e companhia arruinaram as propriedades holandesas, queimaram seus canaviais e negaram socorro a

⁵⁰ Antônio Vieira criticou muito esta decisão em seu “Sermão da Santa Cruz”, de 30 de maio de 1639 (In: Vieira, *Por brasil*).

prisioneiros e feridos enquanto eram caçados por colunas inimigas até o Rio São Francisco.

A guerra nos engenhos e canaviais⁵¹ já era uma estratégia consciente a Nassau pelo menos desde 1638. Chegara então um reforço da Holanda com ordens para uma nova tentativa contra a frota da prata, “Maurício e o Supremo Conselho do Brasil, após o frustrâneo ataque contra S. Salvador, eram de parecer que (...) se incendiassem todos os engenhos daquela capitania, tanto nas ilhas como no continente”⁵². O Conde alemão, porém, hesitava em partir para uma estratégia na qual ambos os lados sairiam perdedores.

O saque e a ruína de sítios da produção açucareira tinham duas conseqüências excepcionalmente prejudiciais, além das necessidades gerais de reconstrução e retomada. A primeira era o roubo dos “cobres” do engenho, especialmente as caldeiras do setor de cozimento do caldo da cana. Cada caldeira usava entre vinte e cinco e quarenta arrobas daquele material; segundo o cálculo de Frédéric Mauro, os “cobres” respondiam por onze por cento das despesas anuais do engenho, pouco mais do que a aquisição de escravos⁵³. A segunda era a queimas dos canaviais: “O incêndio de um partido de cana destruía também as socas e ressocas, ‘de maneira que os canaviais de um engenho se podem extinguir num ano e não tornar a plantar-se em seis e se não vier a semente de outra parte, não tornarão a ser canaviais em dez anos’. Em princípio, podia-se replantar tudo em um ano ou dois, ‘mas ainda não houve quem o pudesse fazer porque requer gasto imenso e excessivo número de cultivadores e outras despesas e impedimentos prolixos de relatar”⁵⁴.

⁵¹ Charles R. Boxer chamou essa estratégia de guerra nos canaviais de “incendiarismo” (*The Dutch in Brazil*, p. 88).

⁵² Barléu, *op.cit.*, p. 94.

⁵³ Stuart SCHWARTZ. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 110; Frédéric MAURO. *Portugal, Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Trad. Manuela Barreto. Lisboa: Estampa, 1989, v. I, p. 283.

⁵⁴ Evaldo Cabral de MELLO. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 72; baseado em testemunho de Gaspar Dias Ferreira.-

Contudo, e mesmo que Nassau afirmasse que os danos à produção pernambucana não eram tão graves, a marcha predatória de Luiz Barbalho exigia uma resposta à altura. Em 27 de março de 1640 chegou em Pernambuco novo reforço, com vinte e oito embarcações e dois mil e quinhentos homens a bordo. “Deliberou-se sobre o que conviria fazer-se em proveito da Companhia e, pelo voto de todos, punha-se a mira na cidade de S. Salvador”; na falta de poder para sitiar a praça, “resolveu-se, pois, enviar nossos soldados às terras inimigas, os quais, à imitação do que amiúde tentara e executara Barbalho dentro das nossas fronteiras, deveriam talar e saquear a ferro e fogo o que encontrassem, e assim, tornando-se o adversário mais prudente à custa dos próprios danos, de futuro faria a guerra com mais clemência. Praticada a devastação, haviam de faltar-lhe vitualhas para sustentar as guarnições, resultando disso lucro para os mercadores, rendas para o erário e descanso e sossego para nós”⁵⁵.

Sob o comando do vice-almirante J. Cornelis Lichthart e do coronel Charles Toulon, uma força de vinte velas e dois mil e quinhentos homens apareceu na Bahia nos últimos dias de abril⁵⁶. Os portugueses sabiam desta frota, mas ignoravam suas intenções e pouco poderiam fazer pela defesa do recôncavo⁵⁷. Os holandeses então “deram provas horrendas e cruéis do seu furor bélico. Reduziram a cinzas todos os engenhos de portugueses, menos três; tomaram ou queimaram quantos navios pequenos encontravam aqui e acolá, devastaram e depredaram, à vista dos cidadãos, as lavouras circunvizinhas, os casais, granjas e prédios”⁵⁸. Assaltaram tudo que havia nas margens dos rios Pitanga, de São Paulo, São Francisco do Conde, Paraguassú e Iguape, na ilha de

⁵⁵ Barléu, *op.cit.*, p. 198.

⁵⁶ Dia 25 segundo o Conde da Torre, dia 28 segundo o Conde de Nassau (Francisco A. Varnhagen, *op.cit.*, p. 194).

⁵⁷ *DHAM: AC*, v. 1, 1941, pp. 434-5.

⁵⁸ No retorno a Recife, Lichthart também saqueou as povoações do Rio Real, desta vez em busca de mantimentos (Barléu, *op.cit.*, p. 199).

Itaparica e nos canais de Caípe e Paramirim⁵⁹. Segundo Nassau, foram destruídos vinte e sete engenhos, enquanto oito haviam escapado (esses no rio Matoim, defendido uma tropa de Salvador)⁶⁰. Um relatório do Conde da Torre diz serem vinte e oito os engenhos destruídos, mas aqui ele provavelmente inclui a fábrica de óleo na Ponta das Baleias, em Itaparica⁶¹. Em carta à Metrópole, os oficiais do Senado da Câmara de Salvador diziam haver queimado “vinte e sete engenhos de trezentos que haviam nesta capitania”⁶².

A Bahia estava desolada. Quando Antônio Vieira subiu ao púlpito, em 10 de maio de 1640, carregou suas palavras com angústia e revolta. Acusava seu Deus por ingratidão com os fiéis da Bahia; sugeria mesmo que o Senhor mostrasse misericórdia além de justiça, do contrário se arrependeria pela perda do Estado para os hereges. De passagem, Vieira também representou nesse sermão o profundo sentimento anti-espanhol que pairava naquela capitania: “Ocorre aqui ao pensamento o que não é lícito sair à língua; e não falta quem discorra tacitamente, que a causa desta diferença tão notável [entre os sucessos portugueses no tempo de Manuel I e João III e os fracassos no tempo dos Filipes] foi a mudança de monarquia”⁶³.

O último ato importante dos Habsburgo no governo do Brasil foi a sua elevação a vice-reinado, de cujo título o primeiro portador foi Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão⁶⁴. Assim que tomou posse, em 05 de junho de 1640, e deu-se conta da situação em que o recôncavo se encontrava, o vice-rei abriu diálogo com o Conde de Nassau. Em outubro, concordaram em

⁵⁹ Accioli, *op.cit.*, v. II, p. 98; Pinho, *op.cit.*, p. 120;

⁶⁰ Carta do Conde de Nassau de 11 de setembro de 1640 (Apud: Francisco A. Varnhagen, *op.cit.*, p. 194).

⁶¹ *Id.*, *Ibid.*, p. 120.

⁶² DHAM: CS, v. 1, pp. 14-6.

⁶³ Vieira, *Por Brasil.*, p. 98. Antônio Vieira também neste sermão desanda a fazer referências aos Lusíadas, “o que era temerário antes de 01 de dezembro de 1640” (*Id.*, *ibid.*, p. 110 – comentário de Pedro Calmon). Sobre este sentimento anti-espanhol, veja-se também: Boxer, *op.cit.*, pp. 64-5 e 100-1.

⁶⁴ No verbo de Antônio Vieira, o título contrastava com a penúria da província “pois a vemos levantada a vice-reino entre as mortalhas, bem se pode dizer por ela também: que *depois de morta foi rainha*” (Pedro Calmon, *op.cit.*, p. 630).

cessar a guerra sobre os engenhos e canaviais. A partir desse entendimento, o conflito entre holandeses e portugueses no Brasil se arrefeceu mesmo antes da restauração bragantina e da aliança luso-neerlandesa. Com exceção da ocupação de Angola e São Tomé, a paz perdurou sem conflitos abertos até o levante pernambucano de 1645.

Em 05 de agosto desse ano, os portugueses sob a liderança de João Fernandes Vieira conseguiram sua primeira vitória importante no Monte das Tabocas. No dia 17, com a vitória de Casa-Forte, os rebeldes passaram a sitiar os holandeses em Recife. Estes, incapazes de levantar o cerco, tentaram aliviar a pressão mediante um ataque contra a Bahia. A idéia foi proposta por Sigmund von Schoppe: os holandeses estabeleceriam um posto avançado na ilha de Itaparica, de onde inviabilizariam a navegação de Salvador e forçariam a retirada de parte do contingente português em Pernambuco. A primeira parte deu certo: com dois mil e quinhentos homens comandados por Von Schoppe e Simon de Beaumont, ocupou-se a Ponta das Baleias em 08 de fevereiro de 1647. Na ocupação da ilha, dois mil moradores portugueses foram mortos⁶⁵. No dia 18, uma força enviada por Teles da Silva foi derrotada no forte construído pelos holandeses. Em agosto os portugueses tentaram um novo assalto ao forte, mas foram derrotados mais uma vez⁶⁶.

No entanto, a segunda parte do plano obteve resultados duvidosos. Em carta a El Rey de 15 de dezembro, Antônio Teles da Silva vangloriou-se da ineficácia do ataque holandês. Dizia ele que “não tratava o inimigo mais que de se conservar naquela ponta (...) e que não saía a parte do recôncavo de que não se reconhece, com perda de gente sua (...); nos princípios deste sítio mandou Segismundo por parte das suas naus no meio desta barra para impedir a entrada e saída das nossas embarcações mas de norte por entre elas fui

⁶⁵ Ignácio Accioli, *op.cit.*, v. II, p. 186.

⁶⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 25; “Diário de Henrique Haecxs”, In: *Anais da Biblioteca Nacional (1645-1954)*. Trad. frei

lançando todos os navios que neste porto se acharam carregados de açúcares com mui boa fortuna; (...) foram raros os escravos que se meteram com o inimigo nem um branco [mas] muitos de uns e outros que das suas mesmas naus fugiram a nado para nós”⁶⁷. Já a ânuia jesuítica de 1647 afirma que houve “gravíssimo prejuízo geral, que atingiu a todos, incluindo os padres da Companhia, pois os plantadores de cana prejudicados renunciaram os contratos que tinham com o Colégio da Bahia”⁶⁸. Henrique Haecxs adiciona um fato importante: embora presentes na ilha de Itaparica, os holandeses retiraram os três melhores navios dos dezoito que tinham consigo, “que eram a força e o nervo de nosso poderio marítimo que já não podíamos conservar”, o que certamente impossibilitou assaltos contra a navegação portuguesa⁶⁹. Como bem lembra Afonso Ruy, da Ponta das Baleias os holandeses poderiam com facilidade bloquear a foz do Paraguaçu, ponto de escoamento da produção da então mais recente área açucareira do recôncavo⁷⁰.

Invariavelmente, o posto avançado de Von Schoppe falhou em seu objetivo mais estratégico: ao invés de aliviar o cerco, Teles da Salvia ordenou “aos mestres de campo governador em Pernambuco lhes pusessem em todo o caso ao Recife a bateria que tanto havia que lhes tinha encarregado plantarem”⁷¹. Para Henrique Haecxs houve sim algum sucesso na operação: “Os da Bahia só agora começam a compreender que se saíram mal por duas vezes na Ilha de Itaparica e é certo que estão em apuros, porque, enquanto pudemos observar, mantém reunidas as suas forças e não deixam sair mais

Agostinho Keijzers, n. 69, p. 89.

⁶⁷ “Um episódio da guerra dos holandeses no Brasil: o ataque à cidade da Bahia” (1647), In: *Brasília*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943. v. 2, p. 587-593

⁶⁸ Serafim LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugal, t. 5, p. 65.

⁶⁹ “Diário de Henrique Haecxs”, *op.cit.*, p. 89; Salomon SAVRIJ, “Carta da Bahia de Todos os Santos e indicação de como nós construímos na ilha Taborycke (Itaparica) seis fortes contra a aproximação dos portugueses na Ponta das Baleias” (1647). In: Joaquim Leão, *op.cit.*.

⁷⁰ Ruy, *op.cit.*, pp. 193-4.

⁷¹ “Um episódio...”, *op.cit.*, p. 591.

niguém para a Várzea ou para Pernambuco como acontecia antes”; mas isto dizia em audiência com o Príncipe de Orange para conseguir novo apoio militar dos Estados Gerais — convinha convencê-los de que seus recursos estariam bem aplicados⁷². Possivelmente, o sucesso do curso no recôncavo deslocaria algum comércio português para o Cabo de Santo Agostinho, em favor dos sitiados. A aproximação da frota portuguesa que trazia o próximo governador-geral Antônio Teles de Menezes foi o suficiente para que em 16 de dezembro Von Schoppe ordenasse o abandono do forte em Itaparica⁷³.

A mesma necessidade de aliviar o cerco levou os holandeses a uma nova tentativa contra o recôncavo baiano⁷⁴. Em 03 de dezembro de 1648, uma esquadra de vinte e três navios sob comando de Van Goch deixou Recife para uma “viagem de exploração” à Bahia⁷⁵. Na correspondência de Teles de Menezes com a Torre de Garcia D’Ávila e com as vilas de Boipeba, Cairu e Camamú encontram-se avisos datados em 11 e 13 de dezembro “de estar o inimigo nesta Bahia e naus suas no meio dela, na forma que sempre estiveram em tempo de Segismundo para impedirem a navegação da Barra”⁷⁶. Desta vez, há notícia dos danos sobre a produção açucareira: Henrique Haecxs relata que, a 30 de janeiro, a esquadra de Van Goch retornava “depois de ter incendiado nas redondezas da Bahia vinte e três engenhos”⁷⁷; segundo Ignácio Accioli, nesta ocasião teriam sido destruídos trinta engenhos com várias embarcações pequenas⁷⁸. É possível que o forte construído por Von Schoppe na Ponta das Baleias tenha agora servido para a defesa do recôncavo, se é que os portugueses tiveram meios de armá-lo propriamente⁷⁹.

⁷² “Diário de Henrique Haecxs”, *op.cit.*, p. 91.

⁷³ Ruy, *op.cit.*, p. 195.

⁷⁴ Também entre abril e julho de 1648, uma esquadra sob o comando do almirante Witte de With fez viagem “de exploração” à Bahia, sem lá nada ter feito (“Diário de Henrique Haecxs”, *op.cit.*, p. 135).

⁷⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 137.

⁷⁶ “Correspondência dos governadores-gerais”, In: *DHBNRJ*, v. 3, pp. 25-6 (1648).

⁷⁷ “Diário de Henrique Haecxs”, *op.cit.*, p. 137.

⁷⁸ Accioli, *op.cit.*, p. 27.

⁷⁹ A Câmara de Salvador, em certa ocasião, descreveu o biênio 1647/8 como o “de Segismundo e da

A última das investidas dos holandeses da *WIC* contra a Bahia foi uma aventura de dois navios corsários em janeiro de 1652. Roubaram uma embarcação portuguesa, de vela latina, com a qual causaram uma boa confusão nas defesas e conseguiram capturar mais dois barcos em Itaparica. Aparentemente, deixaram a Bahia em março sem causar dano a nenhum engenho.

* * *

Em Pernambuco, depois do ataque à vila de Iguaraçu em 1632 os holandeses começaram a vencer a resistência portuguesa destruindo a sua base de apoio na população pernambucana, com assaltos violentos aos civis da capitania⁸⁰. Conforme avançavam no interior, os moradores que podiam (e queriam) retiravam-se para a fronteira meridional do Brasil holandês. Em 1635, com a queda do Forte de Nazaré, os holandeses obtiveram controle do porto no Cabo de Santo Agostinho, cortando o escoamento da produção de açúcar; aos produtores ficou a escolha de colaborar com o invasor ou migrar para o sul⁸¹. Entre esses, uns foram reunidos nas Lagunas de Alagoas, “outros passaram logo à Bahia de Todos os Santos”⁸². Alguns tiveram tempo de levar o que tinham e enterrar o que não podiam levar⁸³. Outros “havia partido entre aflição e miséria, deixando em poder do inimigo seus engenhos, canaviais, casas de purgar cheias de açúcar, suas roças, seus gados, todo o meneio de suas casas,

queima dos engenhos” (*DHAM*: AC, v. 3, p. 88-94).

⁸⁰ Coelho, *op.cit.*, pp.25-6; Mello, *op.cit.*, pp. 61-7.

⁸¹ Coelho, *op.cit.*, pp. 182-203; Puntoni, *op.cit.*, ???.

⁸² Coelho, *op.cit.*, p. 204.

⁸³ Mello, *op.cit.*, p. 100; Puntoni, pp. 169 e segs; Este parece ter sido o caso dos moradores de Serinhaém, convocados a se retirar por Matias de Albuquerque logo após a queda do Forte de Nazaré - o que fizeram em duzentos carros de boi. “Logo se viu bem o acerto desta providência, porque entrando ele [o holandês] não achou quem lhe desse um carro, farinha ou qualquer outra coisa. O que mais o exasperava era ver os engenhos e fazendas ao desamparo; porque além de ficarem sem braços para o trabalho, deixavam-nos em estado que muito lhes custou a pô-los moentes e correntes” (Coelho, *op.cit.*, p. 205).

e seus escravos, os quais nesta água envolta lhe fugiam quase todos, por se livrarem do trabalho”⁸⁴.

Tal evacuação não foi um processo simples. Todos sofriam da falta de mantimentos, mas “sempre os moradores passavam pior, porque trazendo consigo a maior parte de seus negros e não tendo ainda tempo de fazer as plantações de mandioca e outros alimentos, viam-se na obrigação de sustentá-los, crescendo com isso cada dia a fome, sem acharem meios de remediar-se”⁸⁵.

Em 25 de fevereiro de 1637, o Conde de Bagnuolo, apontado por Madri para chefe militar da resistência, chegou às Lagunas perseguido pela ofensiva de João Maurício de Nassau-Siegen. Com ele, chegaram “muitos moradores que se iam retirando, os quais, com os que já o haviam feito de outros lugares, vieram a fazer grande número; não sendo poucos dos mais nobres (...). Estavam resolvidos a prosseguir a peregrinação, se Bagnuolo a destinasse, acompanhando como pueram as armas do Rei; a troco de não ficarem com o inimigo”⁸⁶. Em 08 de março, partiram para o Rio São Francisco, onde pretendiam levantar um forte.

No entanto, como o Conde de Nassau se aproximava, Bagnuolo se adiantou aos moradores e atravessou o São Francisco em 17 e 18 de março, com o que ficaram aqueles expostos à captura. “Vendo eles isto, perguntaram a Manuel Dias de Andrade que havim de fazer em tão grande aperto e desamparo? Eles lhes respondeu que os que quizessem ir para a Bahia, os iria defendendo por o caminho até passar o Rio de São Francisco, mas que lhes fazia saber que o Conde não havia de parar ai, se não marchar por diante”⁸⁷. Bagnuolo chegou na vila de Sergipe D'El Rey no dia 31.

⁸⁴ Fr. Manuel CALADO. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (1648). São Paulo: Edusp, 1987, p. 66.

⁸⁵ Coelho, *op.cit.*, p. 214.

⁸⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 259.

⁸⁷ Santiago, *op.cit.*, pp. 150-1; Coelho, *op.cit.*, p. 260.

Contudo, como previra Manuel Dias de Andrade, Nassau não parou no rio São Francisco: em 27 de outubro, soube-se de suas intenções contra Sergipe. Embora pouco confortáveis com o “excesso de retiradas”, os portugueses avaliaram que Sergipe não valia o custo de sua defesa, se comparada à importância de se manter a Bahia. Em 07 de novembro decidiu-se pela retirada, com o que “renovou-se a dor aos pobres moradores que já tinham suas choupanas e plantações junto à cidade de Sergipe, ao assoalhar-se a retirada do Conde, por serem obrigados a segui-lo, estando a maior parte deles impossibilitados para os fazer, porque a uns tinham morto os negros sem os quais mal se pode viver no Brasil, a outros os cavalos e bois, e muitos os haviam vendido para sustentarem-se”⁸⁸. Chegaram em Salvador em 15 de dezembro.

Dos que conseguiram completar a migração até a Bahia, sabe-se que em 12 de abril de 1638 eram obrigados (junto com os demais moradores do recôncavo) a plantarem mandioca para o sustento da gente de guerra das armadas de Espanha. Segundo a ata do senado da Câmara desse dia, “se tinha informação que os retirados de Pernambuco tinham muitos negros, e que os traziam alugados a diferentes fabricas, e que convinha obrigá-los a que plantassem, e se assentou que os obrigassem com a metade das fabricas que tinham e que assim lhes ficassem a outra metade para alugarem a quem lhes parecesse”⁸⁹. Com o tempo, e dadas as poucas oportunidades de retornarem a Pernambuco, foram se incorporando à sociedade baiana⁹⁰.

Numa sociedade onde a base da estrutura de poder fincava-se sobre a posse da terra e do trabalhador⁹¹, é plausível supor que poucos entre os imigrantes tenha se mantido como senhores de engenho. Como se viu, seu

⁸⁸ *Id., ibid.*, pp. 267 e segs.

⁸⁹ *DHAM*: AC, v. I, pp. 399-401.

⁹⁰ Dada a vitória na “querela dos engenhos” dos “novos senhores” do Brasil holandês, que haviam feito seu patrimônio sob o governo da *WIC*, poucos dos emigrados conseguiram reaver as suas propriedades na capitania de origem (Mello, *op.cit.*, cap. VIII). Bernardo Vieira Ravasco, o irmão do Antônio Vieira, era casado com uma imigrante pernambucana, *e.g.*

patrimônio não passou incólume por meses de marcha e mais de uma tentativa fracassada de assentamento. Muitos precisaram liquidar seus bens para se manter. Muitos escravos fugiram. Na Bahia, finalmente, ainda lhes faltava a posse da terra para voltar a produzir — o aluguel dos escravos restantes parece ter sido a solução temporária. É inegável que o recôncavo tenha recebido uma boa porção da população escrava de Pernambuco, mas provavelmente foi relativamente maior a população livre que completou a migração - em 1641 a Câmara de Salvador discutiu sobre o excesso de mendigos habitando Salvador⁹².

* * *

Enquanto foram senhores de Salvador, os holandeses se apoderaram dos escravos que ali estavam, aos quais se somaram os que chegavam de Angola em tumbeiros capturados e aqueles que fugiam do recôncavo português esperando sorte melhor entre os invasores⁹³. Conta Aldenburgck que “foram alguns destinados a trabalhar e outros, armados de arcos, flechas, velhas espadas espanholas, rodelas, piques e sabres de abordagem, se organizaram numa companhia de negros, para capitão da qual foi escolhido um deles próprio chamado Francisco”⁹⁴. Já foram aqui mencionadas as ofertas holandesas de escravos aos moradores como meio de conquistar alguma colaboração, pela retomada da produção de açúcar ou pelo fornecimento de víveres para a cidade. Depois do sucesso da Jornada dos Vassalos, os negros que não conseguiram fugir foram reescravizados, enquanto “o capitão Francisco e seus oficiais (...) foram enforcados em lugar particularmente horrível e, depois de

⁹¹ Vera Lucia Amaral FERLINI. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense / CNPq, 1988.

⁹² DHAM: AC, v. II, p. 32.

⁹³ Tamayo, *op.cit.*, p. 96.

⁹⁴ Aldenburgck, *op.cit.*, p. 177; Lembremo-nos que durante a defesa de Salvador contra a invasão, em 1624, os portugueses também contaram com uma companhia de negros sob as ordens do filho do governador, Antônio de Mendonça Furtado.

mortos, esquartejados, sendo seus despojos expostos nas ruas, pregados em postes”⁹⁵.

Quando o Senado da Câmara da Bahia retomou suas atividades, no topo das prioridades estava o problema dos escravos fugidos — mesmo acima da reedição das posturas da Câmara, as leis específicas à capitania, cujos registros se haviam perdido durante a ocupação⁹⁶. Segundo a ata de 09 de agosto, a ordem era regulamentar a remuneração do “capitão do campo”, atividade que é mencionada pela primeira vez em Pernambuco, em 1612, e que depois seria mais conhecida como “capitão do mato”⁹⁷. O prêmio por escravo recuperado pago pelo seu dono foi determinado em função da distância do local da captura: \$800 até o rio Vermelho; 2\$000 entre esse e o rio Joannes; 3\$000 até a Torre de Garcia D’Ávila; 4\$000 na “terra nova” além da Torre⁹⁸. Embora não haja notícia do número dos fugitivos, é plausível supor que esses tenham saído bem mais dos arredores de Salvador, onde se concentraram os conflitos, do que do restante do recôncavo⁹⁹. Conseqüência ou não, em 01 de abril de 1626 a Câmara também lançou uma postura obrigando o desarmamento dos negros¹⁰⁰.

Em 1629, o governador Diogo Luiz de Oliveira chamou uma expedição contra um mocambo situado ao norte de Salvador. Antes da sua partida, em 24 de janeiro, a Câmara procurou seu capitão, Francisco Dias D’Ávila, para juntos assentarem sobre o destino dos “negros resgatados”. Pelo acordo, o capitão receberia 9\$000 por peça trazida até a cidade; crianças nascidas no mocambo seriam suas e, “tendo as ditas crias mãe ou pai será obrigado o dito capitão a dá-los a seus senhores pagando-lhe o que de serem dois homens, um que

⁹⁵ Aldenburgck, *op.cit.*, pp. 217-8.

⁹⁶ DHAM: AC, v. I, pp. 05-9, 19-20.

⁹⁷ Stuart SCHWARTZ. *Slaves, peasants and rebels: reconsidering brazilian slavery*. Urbana: University of Illinois, 1996, p. 109.

⁹⁸ DHAM: AC, v. I, pp. 04-5.

⁹⁹ Serafim Leite registra que, durante a reconquista de Salvador, os escravos do Colégio da Companhia de Jesus “por estarem desbaratados eram bem poucos” (*Op.cit.*, t. 5, p. 35).

¹⁰⁰ DHAM: AC, v. I, p. 33.

tomará o dito Francisco Dias e outro o dono das crias”¹⁰¹. Outros capitães do mato receberiam por escravo recapturado ao norte-nordeste do recôncavo o mesmo estipulado em 09 de agosto de 1625; por fugitivo preso no recôncavo, o prêmio seria de 1\$500, se estivesse a mais de três léguas das terras do seu senhor, ou \$800 no caso contrário¹⁰². Em 11 de abril a Câmara determinava que os escravos do mocambo fossem marcados com um “M” e que, caso seus donos não os viessem buscar em até quatro meses, ou se dali fugissem novamente, perder-se-ia a propriedade sobre os mesmos¹⁰³.

Por conseguinte, é provável que em 1625 tenha-se regulamentado a atividade de recaptura de escravos fugitivos ao norte do recôncavo com mira naqueles que aproveitaram as batalhas em Salvador para escapar. Como a fuga de escravos não começou nem parou com a invasão holandesa, em 1629 os capitães do mato teriam chegado a um acordo entre si: Francisco Dias fora escolhido pelo governador para dar combate ao mocambo que se formara ao norte (uma vez que os fugitivos voltavam para libertar parentes, amigos e consortes); os demais capitães do mato então demandaram a regulamentação de sua atividade pelo recôncavo.

Em 18 de fevereiro de 1632, a Câmara fala dos resultados da expedição ao mocambo: “na Entrada que Francisco Dias D’Ávila e João Barbosa de Almeida fizeram ao mocambo dos negros fugidos, em que gastaram muito tempo na jornada, e despeza que fizeram, e os poucos negros que tomaram na dita entrada, acordaram que de cada negro que tomaram lhe pagará o dono dele dez mil réis com obrigação do dono dele o vender para fora da cidade” — o que corrobora com a tese de que tais escravos eram de senhores citadinos em sua maioria¹⁰⁴. Segundo Clóvis Moura, o mocambo situava-se nas margens do

¹⁰¹ DHAM: AC, v. I, p. 119-20.

¹⁰² *Id., ibid.*, p. 120.

¹⁰³ *Id., ibid.*, p. 123.

¹⁰⁴ *Id., ibid.*, p. 213. Em 24 de abril a Câmara ainda temia pelos negros recapturados, ainda rpesos na

rio Vermelho em 1629¹⁰⁵. Para Afonso Ruy, ele estava no Itapicurú quando foi extinto em 1635¹⁰⁶.

Contudo, se as atas da Câmara de Salvador confirmam que o mocambo havia se deslocado para o norte, ela desmente o fato de que fora eliminado. Em 24 de maio de 1636, chega a Salvador notícia do estrago feito aos moradores pelos mocambeiros, “levando-lhes muitos negros induzidos, e se temia que fosse o dano em mais crescimento, e tinham morto homens brancos e pessoas de qualidade”¹⁰⁷. Tratou-se de organizar uma expedição, sob o capitão Belquior Brandão, contra o mocambo em Itapicurú, para a qual em agosto se pedia aos habitantes de toda a capitania que ajudassem cada um em suas possibilidades¹⁰⁸. Desta vez, os captores receberiam 12\$000 por escravo resgatado, enquanto dos naturais do mocambo tirar-se-ia “os quintos na forma costumada para o senhor governador, o qual dará as munições necessárias, e a gente do presídio que for necessário, e tirados os quintos das crias o mais se partirá pela gente que for na jornada a cada um conforme o cargo e cabedal com que for”¹⁰⁹. Em novembro assentou-se que, caso se repetisse o fracasso de Francisco Dias D’Ávila, “se pagarão as ditas munições das rendas da dita Câmara por razão da dita jornada ser tão necessária a este povo”¹¹⁰.

Mas não foi o caso. Em 14 de janeiro o governador Pedro da Silva mandou avisar aos senhores de escravos recapturados que os viessem buscar na cadeia dentro de dez dias ou seriam postos em pregão público, pois estavam adoecendo, morrendo e seu sustento custava às finanças do governo. Até 13 de

cadeia da cidade; pedia-se que seus donos os fossem buscar o quanto antes (*Id., ibid.*, p. 214). No quadro de expedições contra mocambos e quilombos elaborado por Stuart Schwartz, esta jornada de Francisco Dias D’Ávila aparecem como se fossem duas expedições - na verdade, trata-se de uma campanha só (Stuart SCHWARTZ. *Slaves*, pp. 106-7).

¹⁰⁵ Clóvis MOURA. *Rebeliões de Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p. 106.

¹⁰⁶ Ruy, *op.cit.*, p. 160.

¹⁰⁷ DHAM: AC, v. I, p. 310.

¹⁰⁸ *Id., ibid.*, p. 312.

¹⁰⁹ *Id., ibid.*, p. 310.

fevereiro haviam sido leiloados treze idosos (recusados pelos seus donos) a 120\$000 e uma mulher por 20\$000, sem contar o prêmio de 12\$000 por peça¹¹¹.

Ainda assim, não apenas o mocambo não foi extinto como a tropa portuguesa não fora capaz de trazer todos os prisioneiros. Depois das primeiras vitórias, Belquior Brandão retirou-se para Salvador com suas peças e deixou seu filho no mocambo, um sargento chamado Robério Dias, cujo impressionante relato ao governador Pedro da Silva se segue:

(...) logo fui com minha gente, gentio e tapuias, correr os matos e demos com três companhias de Tapanhum [mocambeiros] de muita gente de que tivemos uma grande briga, da qual nos quis Deus dar vitória em que tomei quarenta peças afora de muitos que foram feridos e mortos (...), e nestes negros que tomei, tomei também o seu Governador, e Ouvidor-geral, e Provedor e dois Desembargadores e o seu Bispo; e trazendo-os ao seu sítio do mocambo e vendo-me que não tinha prisão nem por quem os pudesse mandar a Vossa Senhoria (...) me foi forçado a fazer confiança dos próprios negros (...) e tendo-os nesta forma que digo a Vossa Senhoria quietos, me foi adoecendo o gentio e morrendo, e o que estava são se ia cada dia, que fiquei só no mocambo, e estando avisando (sic) a Vossa Senhoria me deu uma grande febre de que me foi forçado a vir muito à pressa para minha casa donde estou no fim da vida sangrando com oito sangrias (...); contudo deixei tudo quieto com meus escravos de que até agora está tudo em paz dizendo-lhe que vinha buscar clérigo passa assistir ali com eles: dando-me Deus vida tornarei logo ao mocambo escrevendo Vossa Senhoria ao capitão de Sergipe em que me dê os índios de Tapiraguá com os de Patigipeba e que não haja falta: mandando-me Vossa Senhoria as prisões para setenta ou oitenta peças as quais hão de vir com muito segredo à Casa de Mateus Martins pela praia que mora no tariri. Espero em Deus levar à Vossa Senhoria uma grande presa porque me não hei de vir sem dar fim a este mocambo assim de mortos como de vivo¹¹².

Pelo seu testemunho, percebe-se como muitos dos mocambeiros haviam se embrenhado no mato com a chegada de Belquior Brandão, para depois encontrar o grupo de Robério Dias ocupando sua moradia. Daí se compreende a dificuldade em lograr a extinção dos mocambos: os ex-escravos preferiam cair no mato a lutar com os capitães do mato, e se eram desbaratados voltavam a se

¹¹⁰ *Id., ibid.*, pp. 319-20.

¹¹¹ *Id., ibid.*, p. 327.

¹¹² *Id., ibid.*, p. 329-30.

organizar. Mais impressionante é a sua forma de organização social: aparentemente, reproduziam instituições políticas portuguesas: o governador, o ouvidor-geral, o desembargador, o bispo — figuras cuja captura permitia ao sargento se considerar o verdadeiro responsável pela extinção do mocambo.

Em 16 de março, Pedro da Silva sentou-se com os vereadores do Senado para calcular o sucesso da expedição: dos 2:682\$000 de rendimento bruto da vendas dos resgatados, tiravam-se 158\$770 dos gastos de custeio, 400\$000 enviados como socorro aos pernambucanos em Porto Calvo, 424\$646 do quinto real; os 1:698\$584 restantes foram distribuídos entre o governador e os participantes da jornada¹¹³. Como Pedro Puntoni bem salientou, a guerra com os holandeses tanto facilitava a fuga dos escravos que formavam os mocambos quanto favorecia os chefes militares e capitães do mato que trabalhavam na sua recaptura para o trabalho escravo¹¹⁴ — na física os opostos se atraem, na história os opostos se afirmam.

Dois anos depois, os mocambeiros ajudavam os portugueses a defender o recôncavo contra o herege holandês. Quatrocentos deles chegaram em Salvador em 07 de maior de 1638 “se oferecendo para combater em troca de liberdade (...). Parece que lhe faremos tudo o que eles quiserem”¹¹⁵. É possível que os mesmos tenham sido os responsáveis pela defesa do engenho de Santo Estevão¹¹⁶. É possível que os líderes do mocambo, então sediado na altura da Torre de Garcia D’Ávila, procurassem aproveitar a situação para libertar outros escravos debaixo do nariz lusitano.

¹¹³ A partilha foi: 200\$000 para Pedro da Silva, 100\$000 para o “coronel” Belquior Brandão, 32\$000 para cada um de quatro capitães, 25\$000 para o Convento de Sto. Antônio (por dois padres e um ornamento perdido), 10\$000 para cada um de três capitães de índios e 100\$000 para os oitenta e dois índios da expedição, montante a ser distribuído pelos jesuítas. Note-se que ainda fica faltando mais de um conto de réis para fechar a conta (*Id., ibid.*, pp. 333-5).

¹¹⁴ Puntoni, *op.cit.*, pp. 169-74.

¹¹⁵ Vilhasanti, *op.cit.*, p. 49.

¹¹⁶ *Id., ibid.*, p. 50.

Outro mocambo (senão o mesmo) foi atacado pelos portugueses em fins de 1640, desta vez no Rio Real. O tema foi discutido em duas sessões do Senado da Câmara, em 24 e 25 de novembro. Diziam os vereadores que anualmente os habitantes do mocambo faziam incursões ao recôncavo, obrando furtos e resgatando outros escravos — dizia-se que alguns eram “induzidos”, levados à força. O Marquês de Montalvão sugeriu uma missão diplomática ao mocambo, formada por Henrique Dias (o capitão da companhia negra da resistência pernambucana) e um jesuíta que soubesse a língua deles. A Câmara discordou com veemência: “por nenhum modo convinha tratar de concertos nem dar lugar aos escravos a que conciliassem sobre este negócio e o que convinha somente era extinguí-los e conquistá-los, para os que estavam domésticos não fossem para eles e os levantados não aspirassem maiores danos”¹¹⁷. Diziam ainda que os negros reescravizados tinham pouca serventia, conforme a experiência com os cativos da campanha de Belquior Brandão; talvez houvessem aprendido a escapar com facilidade, ou então perdido o pavor dos índios da terra¹¹⁸. A Câmara resolveu por condenar às galés “que Sua Magestade estava fazendo” os negros que se capturassem na jornada. Como exceção, as mulheres e aqueles “enganados ou tomados à força” seriam reescravizados e dariam prêmio de 12\$000 aos seus captores. As crianças seriam entregues à custódia do governo¹¹⁹.

Há registro de uma outra expedição contra um mocambo, desta vez em local desconhecido, levada à cabo em 1643. Seu comandante foi Martins Soares Moreno, e teria custado dois mil cruzados à Fazenda Real¹²⁰. Não houve

¹¹⁷ DHAM: AC, v. I, pp. 477-9.

¹¹⁸ “Aos negros inspiravam verdadeiro terror os índios selvagens; nenhum fugia aos donos com o receio de ser devorado”, escreveu Pyrard de Laval em 1610 (Taunay, *op.cit.*, p. 256). Com o tempo, quilombolas e índios formaram mais de uma aliança contra os portugueses no Brasil (Moura, *op.cit.*, p. 109).

¹¹⁹ DHAM: AC, v. I, 479.

¹²⁰ *Id., ibid.*, p. 175. Esta não consta entre as expedições contra mocambos arroladas por Stuart Schwartz (*Slaves, op.cit.*, pp. 106-7).

registro de seus resultados. Mas observe-se: havia um mocambo no Rio Vermelho em 1629, outro no rio Itapicurú em 1635-6, outro próximo a Torre de Garcia D'Ávila em 1638, depois no Rio Real em 1640. É bem plausível supor que, entre uma expedição e outra, o mocambo ia preservando alguns de seus membros, que nesse comenos continuavam sua guerrilha de libertação no recôncavo. Com o tempo, foram se distanciando da Bahia para o norte. Em 1647, quando Teles de Menezes abriu uma estrada pelo interior até Pernambuco, com o propósito de levar gado, farinha e artefatos bélicos ao levante de João Fernandes Vieira, os portugueses tiveram de limpar o caminho de mocambos e bandos de escravos fugidos¹²¹.

Mas não foi apenas com mocambos e imigrantes de Pernambuco ocupado que a produção açucareira na Bahia buscou se alimentar de escravos. Embora a escravidão indígena fosse restrita aos capturados em “guerras justas”, falta delas não houve.

Em 1626, índios hostis nos arredores do rio Paraguaçu foram combatidos com índios dos aldeamentos de São João, Cachoeira, Sergipe e tapuias de Inhambupe¹²². Em 19 de dezembro de 1627, o capitão Afonso Rodrigues Adorno recebeu munições e petrechos no montante de 300\$000 para fazer uma entrada definitiva contra os índios hostis do lado oeste do recôncavo¹²³. Os moradores de Jaguaripe e Paraguaçu alegavam que os ataques dos índios eram violentos o suficiente para deixar áreas inteiras despovoadas. Também alertavam para a “muita quantidade de gentio da Guiné que lhe tinha acoadunado”¹²⁴. Segundo Stuart Schwartz, esses ataques eram promovidos pelos seguidores da Santidade, movimento religioso de índios e quilombolas que pregavam a instauração de um paraíso na Bahia depois da expulsão dos

¹²¹ Ruy, *op.cit.*, p. 205.

¹²² DHAM: AC, v. I, pp. 45-6.

¹²³ *Id.*, *ibid.*, p. 80.

¹²⁴ “Livro segundo do governo do Brasil”, In: *Anais do Museu Paulista* (1615-1934). v. 3, 1927, pp. 125-128.

portugueses¹²⁵. Em 09 de janeiro de 1628, decidiu-se trazer apoio dos índios da Paraíba. Com esses, em 29 de março de 1629 Adorno regressou vitorioso desta “jornada do sertão”; só o governador recebeu vinte e quatro escravos capturados na expedição¹²⁶. Entre os mapas da Bahia da época, o nome Adorno não aparece em nenhum engenho em 1616 ou 1626; em 1631 Antônio Dias Adorno parece ter adquirido o engenho de Antônio Cardoso em Iguape; em 1640 são três os engenhos da família Adorno no recôncavo¹²⁷.

A entrada do capitão Rodrigues Adorno parece ter sido forte suficiente para pacificar a região. A primeira notícia de conflito com indígenas posterior é de 1651: as freguesias de Sergipe do Conde e Peramirim arrecadavam 200\$000 para o sustento de três companhias do presídio da capital¹²⁸. Em 1654, novamente a população de Sergipe e Paraguaçu sofria ataques dos americanos hostis. Nova entrada com tropa indígena foi organizada — a ordem era reduzir os índios levantados à paz. Para o custeio da jornada, recolheu-se pelo recôncavo 1:600\$000, além de machados, foices, facas, pentes, tesouras e anzóis às centenas para os índios da tropa¹²⁹. A pacificação da região oeste do Recôncavo continuaria pelas décadas seguintes, acompanhando a expansão da economia sertanista¹³⁰.

¹²⁵ Schwartz, *Segredos*, op.cit., pp. 55-6. É interessante notar que a utopia dos seguidores dos papas da Santidade era uma Bahia livre de qualquer tipo de trabalho.

¹²⁶ Varnhagen, *História*, p. 247.

¹²⁷ Os mapas referidos são cartas náuticas do Recôncavo contidas nos seguintes códices: *Razão do Estado do Brasil*, de 1616 (exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto); *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, de 1626 (exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); *Atlas do Brasil com trinta e duas cartas*, de 1631 (exemplar do Ministério das Relações Exteriores); *Atlas do Brasil com trinta e uma ou trinta e duas cartas*, de 1640 (exemplar do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças de Lisboa). O cartógrafo é João Teixeira Albernaz I (In: Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA. *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987).

¹²⁸ DHAM: AC, v. III, pp. 167-9.

¹²⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 271.

¹³⁰ Cf. Pedro PUNTONI, *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 90 e segs.

III

O 'SUSTENTO DO PRESÍDIO'

Restaurada a cidade de Salvador, D. Fradique de Toledo reuniu o estado-maior do exército de Filipe IV para decidir sobre o meio de se promover a defesa da cidade — a “nova disposição das coisas do Brasil”. Até 1624, a guarnição da Bahia provavelmente continha trezentos homens¹. D. Juan de Fajardo sugeriu que ali se deixasse mil e duzentos homens, entre portugueses, espanhóis e napolitanos. O Marquês de Cropani, comandante dos últimos, opinou por uma guarnição de dois mil homens, todos ibéricos, “por ser aquela terra mais a propósito para somente estes”². D. Fradique afirmou sua preocupação em deixar uma tropa que servisse à Bahia mais de alívio que de encargo. Sendo assim, optou por deixar ali dez companhias com mil portugueses no total, uma vez que se tratava de uma província da Coroa de Portugal:

Uma província, ainda que fértil em seus frutos, estéril no necessário para tanta gente.³

¹ Esta é a estimativa de Pyrard de Laval, viajante francês de passagem pela Bahia em 1610 (Afonso de E. TAUNAY. *Na Bahia colonial (1610-1774): impressões de viajantes estrangeiros*. Rio de Janeiro: Nacional, 1925, p. 251)

² Tamayo, *op.cit.*, p. 128.

³ *Id., ibid.*, p. 129 (tradução do autor). Ao cabo, o comandante das forças da Coroa de Portugal disponibilizou novecentos homens para a guarnição da Bahia (*DHBNRJ*, v. 14, pp. 477-8).

Tal era a impressão das autoridades do exército filipino ao deixar a cidade, sintomática da situação herdada pelos moradores. Além dos trabalhos de reconstrução, a cidade de Salvador teria de alojar e alimentar sua guarnição. Como os arquivos da Câmara estavam perdidos, a cidade não podia provar sua propriedade sobre prédios que alugava em Salvador, ao mesmo tempo que passava-se a pagar (ou dever) aluguéis para dar teto a toda a guarnição⁴. Em setembro de 1625, o conselho da Fazenda, em Portugal, já se preocupava com a dificuldade de se sustentar o presídio da Bahia. Em vista da correspondência que chegava daquela capitania, debateu-se sobre os meios de se adaptar as finanças reais do Brasil às novas necessidades da guerra. Porquanto ali se destacou, Diogo Luiz de Oliveira foi apontado governador-geral do Brasil⁵.

Devido aos atrasos da frota que o trouxe, esse homem chegou para assumir seu cargo apenas em 27 de janeiro de 1627. Entretanto, na Bahia a administração colonial já buscava soluções para o problema. Em dezembro de 1625, o governador D. Francisco de Moura ordenou que se tomasse o dinheiro dos direitos dos escravos de Angola do seu cobrador⁶. Nisto se adiantou ao Conselho da Fazenda, que em 14 de janeiro de 1626 mandava ordem semelhante ao seu provedor-mór no Brasil⁷. Em 31 de março, Filipe IV assinou a extinção da Relação da Bahia e a consignação dos ordenados dos desembargadores ao sustento do presídio, ao mesmo tempo que propunha a imposição de um novo tributo sobre o comércio de açúcar⁸.

⁴ Boxer, *The dutch*, p. 74; Pode-se encontrar um trabalho completo sobre o problema do alojamento dos terços de Salvador e a construção de quartéis em Luiz Monteiro da COSTA. *Na Bahia colonial: apontamentos para a história militar da cidade do Salvador*. Salvador: Progresso, 1958.

⁵ "Índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa", In: *Anais do I Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1955. v. 2, p. 35; "Presídio" era como se referia à unidade militar que ficava estacionada indeterminadamente em uma cidade para a sua defesa.

⁶ *DHBNRJ*, v. 15, pp. 3-5.

⁷ *Id.*, *ibid.*, pp. 88-9.

⁸ *Id.*, *ibid.*, pp. 66-7. Sobre o tribunal da Relação da Bahia, veja-se Stuart SCHWARTZ. *Sovereignty and society in colonial Brazil: the high court of Bahia and its judges, 1609-1751*. Berkeley: University of California, 1973.

Enquanto isso, o Senado da Câmara pedia ao Rei a redução da guarnição e reclamava da “cobrança das novas imposições, somente consentidas por este ano, que se acabará em julho”: tratava-se dos quatro vinténs sobre a caixa de açúcar, do um cruzado sobre rolo de fumo e dos quatro vinténs sobre a arroba de algodão⁹. Quando foi agosto, não se sabia ainda o que fazer pelo sustento do presídio. No dia 14, a campa foi tangida a convocar os moradores para decidir sobre o assunto, sem que chegassem a nenhuma conclusão¹⁰. No dia 22, a Câmara decidiu passar uma finta de 600\$000 pelo recôncavo para pagar os soldos de setembro e outubro, mas não chegou a levá-la adiante¹¹. Em 26 de setembro, fixaram-se os preços do vinho na cidade “para sustento dos soldados”¹². A população esperava que, junto com o novo governador, chegasse um socorro financeiro do governo metropolitano.

Contudo, chegou o mês de dezembro e nenhum havia chegado: nem o governador, nem o socorro. No dia 07, grande número de moradores reuniu-se na Câmara para pedir a suspensão dos novos tributos até a posse de Diogo Luiz de Oliveira. Tinham notícia de embarcações que, sabendo da nova tributação, mudavam o rumo e levavam seu comércio para outras capitanias (em particular, para o Rio de Janeiro). Os oficiais da Câmara instruíram o cobrador a suspender os tributos apenas com a chegada do governador; houve então comoção popular, “todos gritando com grande alarido”, e os vereadores foram levados a aceitar a suspensão¹³.

Os ânimos se esfriaram com a posse de Diogo Luiz de Oliveira. Imediatamente mandaram-se ordens às capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente para que seus provedores da Fazenda Real arrecadassem o imposto sobre o comércio de escravos e remetessem à Bahia “todos os sobejos

⁹ DHAM: AC, v. 1, pp. 25-6; “Índice...”, *op.cit.*, p. 39.

¹⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 47.

¹¹ *Id.*, *ibid.*, p. 48-9.

¹² *Id.*, *ibid.*, p. 53-4.

que houver das rendas Reais, pagos as ordinárias e ordenados da Folha”¹⁴. Com isto, o governador foi capaz, em agosto, de reformar o pagamento da soldadesca de acordo com a hierarquia militar, preservando a ordem no presídio¹⁵. Entretanto, além do fisco sobre a importação de escravos, em 05 de agosto a Câmara recebia ordem para arrematar a imposição do vinho por mais seis meses — provavelmente uma referência ao imposto de 1\$000 por pipa sobre o comércio no atacado¹⁶. Para proteger o comércio dos vinhos importados, reeditou-se, em abril, a proibição do vinho de mel, uma bebida pouco alcoólica muito apreciada pelos escravos, produzida a partir da espuma retirada do melado durante o seu cozimento¹⁷. Não obstante, em outubro discute-se a existência de “tantas tavernas de vinho como há regulões e atravessadores (...), vendendo por preços mais excessivos, infeccionando os vinhos com retames, aguardentes e outros materiais prejudiciais à saúde”¹⁸.

Em 1628, a imposição dos vinhos foi disputada pela Câmara e pela Fazenda Real; provavelmente, esta última tomou para si o direito da cobrança, pois em agosto chegava resolução da Casa de Suplicação de Lisboa ordenando a restituição do direito ao Senado¹⁹. Ao fim daquele ano, a insuficiência da arrecadação levou Diogo Luiz de Oliveira a lançar um estanco real sobre o comércio do estoque de vinhos²⁰. Em abril de 1630, a mesma insuficiência, desta vez para a reconstrução das portas da cidade, levou a Câmara a um acordo com a população de “que se pusesse estanco no vinho de mel e se dessem licenças a quem o quisesse vender”²¹.

¹³ *Id., ibid.*, p. 57-60.

¹⁴ *DHBNRJ*, v. 15, pp. 89-93, 94-6, 109-113; Ruy, *op.cit.*, pp. 157-8.

¹⁵ *Id., ibid.*, pp. 196-8, 207-18.

¹⁶ *DHAM: AC*, v. I, pp. 64, 68-9.

¹⁷ *Id., ibid.*, p. 70; Schwartz, *Segredos*, p. 109.

¹⁸ *DHAM: AC*, v. 1, pp. 75-6.

¹⁹ *Id., ibid.*, p. 108; Ao longo de sua cobrança, sempre referiu-se a este tributo dos vinhos como uma imposição voluntária do povo da Bahia sobre si mesmo.

²⁰ *Id., ibid.*, p. 111-2.

²¹ *Id., ibid.*, p. 154-5.

Com a ocupação de Olinda e Recife, uma boa porção do comércio português então destinado a Pernambuco deslocou-se para a Bahia²². Em julho de 1630, o excesso de azeite levou a Câmara a regulamentar o seu comércio “em miúdo” (no varejo) e lançar uma postura contra o desperdício²³. Com o vinho o problema foi a abundância de vinhos do Reino, que os taverneiros passaram a misturar aos vinhos da Madeira e das Canárias, de qualidade superior; fixou-se o preço da canada em um cruzado (\$400) e procurou-se ocupar o cargo de rendeiro do Conselho — do “verde” ou do “ver”, o responsável pela fiscalização dos pesos e medidas²⁴. Em dezembro reclama-se que a canada de vinho era vendida a \$480 e \$640; mas como a multa por esta infração era de apenas 6\$000, seu valor era recobrado pelo taverneiro em setenta e cinco ou vinte e cinco canadas vendidas²⁵.

Sem embargo do deslocamento do comércio, com a ocupação de Pernambuco, em maio de 1631 o sustento do presídio voltou a causar problema. De passagem pela Bahia, a armada espanhola de Antônio de Oquendo deixou mais oitocentos portugueses e duzentos castelhanos em sua guarnição²⁶. Diogo Luiz de Oliveira convocou a elite da capitania e de sua governança para alcançar uma nova solução para o financiamento da defesa. Comunicou que pouco chegava das outras capitanias, pois no Norte tudo se dirigia para a resistência de Matias de Albuquerque, enquanto Martim de Sá, no Sul, tinha ordens para gastar as sobras do fisco em suas próprias defesas. A Bahia teria de sustentar a gente de guerra em Salvador, para o que precisava de sete mil cruzados mensais no mínimo, mais do que oitenta contos de réis por ano — do

²² Ruy, *op.cit.*, p. 159.

²³ DHAM: AC, v. 1, p. 159.

²⁴ *Id., ibid.*, p. 162; O cargo de rendeiro do verde era arrendado todos os anos ainda em janeiro ou fevereiro, mas ocasionalmente não haviam lances pelo cargo ou o arrendatário gerava problemas e era destituído.

²⁵ *Id., ibid.*, p. 170-1.

²⁶ Coelho, *op.cit.*, 170-1; DHBNRJ, v. 15, pp. 458-61.

contrário, “como a necessidade não é sujeita à lei, e os soldados gente por natureza livre, serão certas as insolências”²⁷.

Se não exagerava suas necessidades, Diogo Luiz de Oliveira precisava dobrar a carga tributária. Os recursos que dizia ter anualmente à disposição somavam quinze mil cruzados dos dízimos (descontados vinte e cinco mil das folhas secular e eclesiástica), 700\$000 do arrendamento do estanco sobre o azeite de baleia, quatro mil cruzados da imposição dos vinhos e três mil cruzados dos “direitos de Angola”; nove contos e quinhentos mil réis ao todo, sobre o qual o governador adicionava os empréstimos que tomava dos mestres dos navios e mais o que houvesse de oportuno. A partir desse cálculo, ligeiramente dramatizado pelo governador-geral, concordou-se em adotar uma nova imposição temporária de quatro vinténs sobre a canada de vinho, durante seis meses (com a ressalva de que, caso a arrecadação atingisse o suficiente, o imposto seria suspenso). Oficialmente, Diogo Luiz de Oliveira lamentava “haver-me mandado Sua Majestade servi-lo a este Estado *nesta idade de ferro em que o achei, que faz maior diferença no ânimo dos súditos por quem passaram idades de ouro*”²⁸. Assim, mesmo com a chegada, em agosto, de um socorro enviado pela Coroa de fazendas, vinhos e mantimentos, em 31 de dezembro a imposição dos vinhos foi prorrogada por mais seis meses — desta vez, especificou-se que as compras clericais de vinho estavam isentas do tributo²⁹.

Esse imposto temporário se foi prorrogando de seis em seis meses dentro das linhas propostas por Diogo Luiz de Oliveira. Outro semelhante foi usado na

²⁷ DHAM: AC, v. I, p. 188-93. Se nesta afirmação o governador orbitava entre o alerta e a ameaça, depois ele colocaria sua posição em termos bem claros para a Câmara da Bahia: “se por meios ordinários e sua vez não vierem fazer o que se entender que devem, os obrigarei a fazê-lo pelos meios que parecer (...) porque mandando-me Sua Majestade defender esta praça, me fica mandando todos os meios que são necessário para este fim”. (*Id., ibid.*, p. 192)

²⁸ *Id., ibid.*, p. 191 (grifo do autor).

²⁹ *Id., ibid.*, pp. 202-5; DHBNRJ, v. 16, pp. 436-9. Neste ínterim, o governador também havia tomado para o sustento do presídio o dinheiro das avarias do porto de Salvador – esta tarifa, cobrada no embarque do açúcar, estabelecida para financiar reparos nas embarcações, era então de quatro patacas por caixa, ou 1\$200 (*Id., ibid.*, v. 16, pp. 454-5).

Paraíba para o sustento da sua guarnição, apenas ali era de dois vinténs por canada³⁰. As finanças reais na Bahia, porém, continuaram se valendo de outros meios: em 17 de outubro de 1632, o governador pedia ao provedor-mór que registrasse os empréstimos que a Fazenda tomava em um livro à parte³¹. Nesse mesmo ano, lançou-se estanco sobre o sal, por ordem régia assinada em maio; em novembro de 1633 o primeiro carregamento real do produto chegou à Bahia³². Apesar de protestos contra a redução do comércio na cidade, visto que uma esquadra holandesa patrulhava o litoral, a Bahia andava bem abastecida de farinha de trigo e vinhos portugueses³³.

Esta conjuntura perdurou até 1634, quando a conquista do Forte do Cabedelo liberou efetivos holandeses para o corso contra a Bahia. Diogo Luiz de Oliveira, com cautela militar, proibiu a saída de embarcações de Salvador e o comércio na cidade diminuiu.

Para manter as receitas da Fazenda, a solução foi defender o comércio de vinhos da concorrência das garapas e aguardentes. Em 27 de agosto de 1635, Diogo Luiz de Oliveira levantou o estanco sobre o vinho de mel, cujo arrendamento rendia anualmente 240\$000³⁴. Em 07 de setembro, foi proibido o comércio do vinho de mel “a que chamam *caxasa*”, segundo a Câmara em função das rixas e mortes que a bebida causava entre os escravos³⁵. Em 19 de dezembro, “vista a necessidade que tem este presídio de dinheiro”, acordou-se em aumentar temporariamente o preço do vinho para dois cruzados a canada

³⁰ *Id., ibid.*, v. 16, pp. 87-91.

³¹ *Id., ibid.*, v. 16, pp. 184-6. Esta ordem o provedor-mór da Fazenda se negou a executar, “pela confusão e dano que dela pode resultar”.

³² *Id., ibid.*, v. 16, pp. 39-48, 138.

³³ *DHAM: AC*, v. 1, pp. 218, 220.

³⁴ *Id., ibid.*, pp. 279-80. Oficialmente, este dinheiro se arrecadava para a reforma nas portas da cidade. Para que se concluísse a obra, apesar da proibição dos vinhos de mel, decidiu-se cobrar um donativo dos moradores “conforme as posses de cada um” – se foi ou não cobrado este donativo, é fato que ambas as portas de São Bento e do Carmo estavam inoperantes durante o ataque de Maurício de Nassau em 1638 (Vieira, *Por Brasil*, pp. 36-7).

³⁵ *DHAM: AC*, v. 1, pp. 281-3.

— a pipa já se vinha vendendo por 40\$000³⁶. Em outubro de 1636, publicou-se uma lei contra os alambiques

assim pelo prejuízo que resultava dos dízimos de meles e remeles que se gastaram em fazer a dita água [aguardente] (...) como finalmente pelo dano que se segue à venda dos vinhos, de que resultam as imposições, e direitos aplicados ao pagamento dos presídios, que é o principal nervo do sustento deles³⁷.

Esta provisão de Diogo Luiz de Oliveira não apenas afirma que a proibição da cachaça visava a defesa do comércio de vinhos como também evidencia que a produção dos vinhos de mel ia além das escumas e sobras do processo de cozimento e purificação do açúcar, mas substituía mesmo alguma produção desse — do contrário, o governador não mencionaria prejuízo sobre a arrecadação dos dízimos.

A Câmara reconsiderou esta decisão em 1640, quando chegou notícia do reforço da *WIC* enviado a Pernambuco. Na expectativa de um ataque holandês, resolveu levantar a proibição da aguardente. Segundo os vereadores, os produtores eram penalizados sistematicamente a cada quatro meses sem que isto coibisse a produção. Decidiu-se vender licenças anuais aos alambiques por 20\$000, enquanto a multa subiria para 40\$000, “porquanto se não podia evitar o vender-se vinho de mel por haver gente poderosa que o vendia, e isto se fazia de muitos anos”³⁸. Ainda assim, a Câmara adiantava ao governador, o Conde de Óbidos, que esta cobrança seria de pouco rendimento³⁹.

A situação do tesouro real se agravou em 1636 e 1637. Em abril, o governador Pedro da Silva precisava de recursos não só para o sustento do presídio mas também para a armada portuguesa que escoltaria o açúcar até Portugal e para os pernambucanos em retirada para o Sul⁴⁰. Mas a marinha

³⁶ *Id., ibid.*, pp. 295-6. Cada pipa continha aproximadamente sessenta e seis canadas.

³⁷ *DHBNRJ*, v. 16, pp. 396-9.

³⁸ *DHAM: AC*, v. 1, p. 434.

³⁹ *Id., ibid.*, p. 435.

⁴⁰ *Id., ibid.*, pp. 306-7.

holandesa dificultava não apenas a comunicação com Portugal como também com São Vicente e Buenos Aires, praças que forneciam gêneros alimentícios à Bahia. Aparentemente, o comércio com a região platina foi particularmente prejudicado. Segundo Alice Piffer Canabrava, o Rio da Prata exportava farinha de trigo (de Tucumán), carnes salgadas e sebo (além, é claro, da prata de Potosí)⁴¹. A partir de 1635, a farinha de trigo começou a faltar: o pão “alvo”, sem farinha de mandioca, que pesava doze onças desde 1632, em setembro de 1635 passou a ser feito com oito onças e depois com seis, em agosto de 1636⁴². Em abril desse ano, dois mercadores firmaram acordo com a Câmara de Salvador para trazer farinhas de São Vicente e Boipeba⁴³. Em janeiro de 1636 também se deu falta de sabão nas vendas soteropolitanas; em agosto, eram os açougues que estavam vazios⁴⁴. São registros que apontam para um arrefecimento especial do comércio com o Rio da Prata, talvez não apenas devido ao curso holandês mas, como explica Canabrava, também graças à queda da produção de prata no Potosí e à ofensiva anti-lusitana das autoridades castelhanas (contra os cristãos-novos e bandeirantes vicentinos)⁴⁵. Em 1637, a Câmara reeditou a postura que limitava a massa do pão branco em seis onças e, em julho, passou a exigir que as medidas usadas na mercancia fossem feitas de barro e com bocas estreitas para evitar o desperdício⁴⁶.

Para agravar a situação, em dezembro de 1637 o Conde de Bagnuolo chegou com sua gente na Bahia — a partir de então, a capitania passou a sustentar, além do “terço velho”, deixado por D. Fradique de Toledo, e do “terço novo”, deixado por D. Antônio de Oquendo, o “exército de

⁴¹ Alice Piffer CANABRAVA. *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*. São Paulo: USP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1984, pp. 145-7.

⁴² *Id., ibid.*, v. 1, pp. 218, 272, 299-300, 313.

⁴³ *Id., ibid.*, v. 1, pp. 308, 321.

⁴⁴ *Id., ibid.*, v. 1, pp. 302, 315.

⁴⁵ Canabrava, *op.cit.*, pp. 176-8.

⁴⁶ *DHAM: AC*, v. 1, pp. 336, 337.

Pernambuco”⁴⁷. Em Recife, o Conde de Nassau foi informado que as tropas portuguesas na Bahia estavam sem pagamento e se inclinavam à rebelião⁴⁸. Quando as velas holandesas amanheceram dentro da Bahia e Nassau desembarcou seu exército, as autoridades reais e municipais de Salvador julgaram “ser necessário animar a gente de guerra com algum socorro de dinheiro, a que não podia a Fazenda Real acudir pela impossibilidade em que estava”⁴⁹ — recorreram então ao “público instrumento de débito e obrigação”⁵⁰. Foi tomado um empréstimo de quinze mil cruzados aos “homens mais abonados que houvessem nesta cidade (...) e depois se repartirão por toda esta capitania”⁵¹. Com isto, foi possível manter a cidade bem abastecida durante o ataque, como vimos no capítulo anterior.

Porém, malograda a tentativa holandesa, o descontentamento entre os soldados em Salvador beirou a rebelião aberta. Em junho, o provedor-mór da Fazenda Pedro Cadena Vilhasanti sofria com o assédio de “alguns capitães e oficiais maiores que com a espada na mão me pedem os seus pagamentos, fazendo-me cada dia muitas descortesias”⁵². Em 30 de julho, os vereadores da Câmara temiam que os soldados viessem a se rebelar e que “se metessem pelas casas dos moradores a roubar e pelas estradas como já o faziam”⁵³. A Fazenda Real então tinha cinco meses de mantimentos estocados para a tropa, mas nada em dinheiro sonante. Então pedia emprestados às Câmaras de Salvador e Boipeba cinqüenta mil cruzados mais sete mil para o exército de Pernambuco.

⁴⁷ *Id., ibid.*, pp. 347-8.

⁴⁸ Barléu, *op.cit.*, p. 79.

⁴⁹ *DHAM: AC*, v. 1, pp. 358-66.

⁵⁰ Vilhasanti, *op.cit.*, pp. 19-20.

⁵¹ *DHAM: AC*, v. 1, p. 364. O total arrecadado foi de 6:707\$840 que fazem quase dezessete mil cruzados, gastos principalmente com carnes do sertão da Bahia e farinha das vilas de Cairú, Boipeba e Camamu. Em 28 de abril, o pagamento passou a ser feito, para cada três dias, dois dias em farinha e um em açúcar, pego nos armazéns do porto e feito em garapas para a infantaria (*DHBNRJ*, v. 17, p. 61). Para pagar esta dívida com moradores da cidade, em agosto se cobrou a repartição dos gastos com a defesa das freguesias de Matoim, Passé e Nossa Senhora do Socorro (*DHAM: AC*, v. 1, pp. 382-3).

⁵² Vilhasanti, *op.cit.*, pp. 93-5.

⁵³ *DHAM: AC*, v. 1, 370-3.

Em agosto, Lourenço de Brito Corrêa se dispôs a arrendar a imposição dos vinhos com os vinte mil cruzados que havia creditado à Fazenda, mas a Câmara se recusou a abrir mão da cobrança. Ainda assim, aceitou pagar Brito Corrêa com o dinheiro dos vinhos, que nesses anos vinha arrecadando dez mil cruzados por ano⁵⁴.

Entre setembro e outubro, Pedro Cadena resumia a situação da Fazenda e do sustento do presídio nos seguintes termos: o tesouro real estava zerado em moeda e endividado em quase trinta mil cruzados; os soldados estavam nus e sem pagamento; as fortificações em construção, obradas por trabalho escravo, reduziam a produção açucareira e prejudicava a arrecadação de dízimos; havia muito roubo de ferramentas, pólvora, armas e munições reais; não haveria dinheiro em dezembro para o pagamento das folhas ordinárias⁵⁵. Em 11 de outubro chegou um navio de Viana com trezentas e vinte pipas de vinho, das quais cem foram furtadas⁵⁶.

Sobretudo, Pedro Cadena protestava contra o excesso de oficiais no exército de Bagnuolo, com o que explicava a falta crônica de dinheiro para os soldos⁵⁷. No dia 24, o provedor-mór se encontrou com o Conde de Bagnuolo, a quem exigiu que reformasse seu exército, reduzindo o número de companhias e excluindo oficiais, cavalarias e títulos desnecessários — do contrário, Pedro Cadena deixaria o cargo. O Conde retorquiu que “se rompesse e quebrasse com ele e proibisse o dar-se-lhe a carne e a farinha que pediam a mandaria tomar pela companhia aos moradores pela força, como até agora fizeram, com o que se acabaria de assolar tudo, e mandando-o defender se causaria uma guerra civil”⁵⁸. O provedor-mór recuou e obedeceu o comandante da tropa. Em 14 de

⁵⁴ *Id., ibid.*, pp. 374-5; Vilhasanti, *op.cit.*, p. 103.

⁵⁵ *Id., ibid.*, pp. 123-5.

⁵⁶ *Id., ibid.*, p. 130.

⁵⁷ *Id., ibid.*, pp. 130-1. Este problema já vinha da resistência em Pernambuco, onde se reclamava que do reino chegavam muitos capitães e poucos soldados (Mello, Olinda, p. 185).

⁵⁸ Vilhasanti, *op.cit.*, p. 138.

novembro chegaram à Bahia do Rio de Janeiro dois barcos com farinhas de trigo, toucinho e feijão, “comprados com um resto de dinheiro de Angola que ali estava”⁵⁹. Também houve acordo para o abastecimento de carne com fornecedores do sertão, mediante a fixação de preços e concessão de postos de venda livres de impostos no açougue da cidade⁶⁰. Já o abastecimento de farinha ficou aberto a todos que fossem buscá-la em Boipeba, “porquanto é em grande dano dos moradores haver estanco dela e só uma pessoa a ir comprar”⁶¹.

Em 1639 a economia baiana se adaptou melhor às necessidades de guerra, mesmo com a presença da armada do Conde da Torre — com esta, chegara à Bahia um carregamento de farinha de trigo (a massa do pão subiu para nove onças), enquanto o fornecimento de carne se regularizou⁶². Ao mesmo tempo, a Câmara de Salvador adotou duas políticas de “segurança alimentar”: em 05 de fevereiro, proibiu o plantio de tabaco “por ser causa de se ocuparem no benefício dele e deixarem a planta de mantimentos, tão necessária para a sustentação da gente de guerra e presídio desta cidade e povo”⁶³. Em abril, obrigou os moradores da capitania, bem como os imigrantes de Pernambuco, a plantar mandioca “conforme a repartição dos capitães de cada seu distrito lhes ordenar”, pela qual receberam “o preço que valer”; recomendava-se aos senhores que entregassem alguns escravos a alguém que os pusesse a fazer as farinhas. Os mesmos “capitães dos distritos” fiscalizariam a produção, para evitar que senhores deixassem de produzir para comprar de outrem sua cota de farinhas⁶⁴.

⁵⁹ *Id., ibid.*, p. 143.

⁶⁰ *DHAM: AC*, v. 1, p. 376-7, 378-9.

⁶¹ *DHAM: AC*, v. 1, p. 384. O comércio com Camamú fora cedido a um mercador em agosto por Pedro da Silva, e a Câmara buscava evitar que o mesmo fosse feito para o comércio com Boipeba (*DHBNR*], v. 17, p. 132-3).

⁶² *DHAM: AC*, v. 1, p. 388-9, 396-7.

⁶³ *Id., ibid.*, p. 390. Provavelmente a Câmara almejava ocupar com mandioca os solos arenosos menos propícios ao cultivo da cana. Em ata de 14 de abril, a Câmara dizia que toda a produção de tabaco fora extinta, mas que já se haviam feitas novas plantações (*Id., ibid.*, p. 400.)

⁶⁴ *Id., ibid.*, pp. 399-401.

Entretanto, a manutenção da armada e os preparativos do ataque ao Brasil holandês exigiram um novo aperto fiscal na economia baiana. Segundo o regimento do Conde da Torre, de 13 de agosto de 1638, a Fazenda Real remeteria à Bahia duzentos mil cruzados do arrendamento do consulado (uma taxa de embarque de mercadorias cuja finalidade era o armamento e manutenção das escoltas da marinha mercante), mas esse socorro nunca atravessou o oceano⁶⁵. Por sua vez, o Conde da Torre pediu à Bahia um donativo de sessenta mil cruzados para a querena da armada — a manutenção e reforma dos seus navios. Sem escolha senão aceitar esta cobrança, a Câmara da Bahia lhe impôs algumas condições: que o dinheiro fosse exclusivamente usado nas querenas (ou “carenas” ou “crenas”); que todos os moradores fossem cobrados, sem discriminação de ofício e qualidade; que a capitania do Rio de Janeiro também contribuísse, pois a armada também seria de sua utilidade; que a cobrança do donativo ficasse por conta de pessoas nomeadas pela Câmara⁶⁶. Em 12 de julho, concordou-se em fazer a cobrança em quatro “quartéis” de quinze mil cruzados⁶⁷. Em outubro o Conde pediu que o dinheiro arrecadado até então pagasse o soldo dos exércitos, o que a Câmara concordou com a condição de que o último quartel do donativo não fosse cobrado⁶⁸.

Outra tentativa do Conde da Torre de aumentar os recursos disponíveis foi arrendar os dízimos das capitanias do sul para mercadores de Salvador, “onde sempre assistem homens de maior trato como cabeça que é do Estado”. Contudo, lançados os dízimos do Rio de Janeiro em pregão nas duas capitanias, o maior lance feito na Bahia não ultrapassou o valor do arrendamento precedente: vinte e sete mil cruzados⁶⁹. É possível que o Conde da Torre não houvesse por bem efetuar o pagamento das folhas do Rio de Janeiro pela

⁶⁵ Varnhagen, *História do Brasil*, pp. 376, 412.

⁶⁶ DHAM: AC, v. 1, pp. 405-8.

⁶⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 409.

⁶⁸ *Id.*, *ibid.*, pp. 416-7.

⁶⁹ DHBNRJ, v. 17, pp. 211-4.

Fazenda Real na Bahia, o que implicava em muitos riscos — ainda mais quando aquela capitania havia enviado, no ano anterior, dois barcos com farinha de trigo (possivelmente de Tucumán), toucinho e feijão “comprados com um resto do dinheiro de Angola que ali estava”⁷⁰. No entanto, é preciso se ressaltar que a presença de “homens de maior trato” na Bahia era uma especulação do governador mas não uma verdade incontestável; mesmo que fosse um fato, os “homens de maior trato” não dariam pelos dízimos mais do que esperavam de sua arrecadação, e não pode ser surpreendente que o maior lance oferecido na Bahia não fosse maior que o último valor conhecido do arrendamento.

Depois do fracasso da armada do Conde da Torre e do ataque holandês de 1640, as necessidades da defesa da Bahia continuavam a demandar uma solução política. O vice-rei D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, se engajou em evitar que ataques ao recôncavo como aquele de Lichthart voltassem a acontecer — de um lado, buscou um entendimento com Maurício de Nassau em Recife; de outro, ocupou-se em construir uma flotilha para a defesa do recôncavo e terminar as fortificações de Salvador (o que também significou a demolição de alguns quartéis construídos em 1637 e, portanto, mais gastos com alojamento)⁷¹. Contudo, a população da capitania parecia pouco tolerante com as exigências das autoridades reais. Quando o Marquês de Montalvão pediu à Câmara a retomada da cobrança do donativo das querenas, foi-lhe respondido que esse se dera exclusivamente para a manutenção dos galeões do Conde da Torre e que fora retribuído pelas armas reais com uma aviltante derrota. Disseram-lhe que, não fosse isso, a população estaria pronta para o pagamento, assim como já havia pago quinze mil cruzados. Mas, por haver cessado a causa da cobrança, não viam motivo para fazê-lo, e o

⁷⁰ Vilhasanti, *op.cit.*, p. 143.

⁷¹ DHAM: AC, v. 1, pp. 436-7.

governador que “os não houvesse de querer molestar pelos ditos quarenta e cinco mil cruzados”⁷².

Montalvão tentou convencer a Câmara da urgência de suas necessidades em um comunicado de 12 de setembro. Nele, lembrou que da defesa da Bahia dependia a conservação do Brasil e do sustento da armada e do exército dependia a conservação da Bahia. Lembrou que isto ia além das possibilidades da Fazenda Real naquela capitania, e que não era prudente esperar socorro em dinheiro da Coroa. Chamou o exemplo dos imigrantes de Pernambuco e alertou que os moradores da Bahia não teriam para onde se retirar. Por tudo isso, era de seu entender que a população não tinha alternativa além de assumir o sustento de suas defesas, independente do dano que esse causaria às fazendas particulares. Por fim, convocava todos para determinar o melhor meio de promover o sustento das tropas, pelo ânimo do serviço real, defesa da república e de suas casas⁷³.

Durante o mês de setembro, a Câmara e o governador buscaram um entendimento. Pelo acordo de 01 de outubro, o último quartel do donativo das querenas seria esquecido e um novo imposto de meia pataca seria aplicado sobre a canada de vinho. O preço desta subiria para \$720, dos quais \$160 do imposto novo, \$080 do velho mais 1\$000 por pipa. Como condição, a Câmara pedia que esses mesmos preços e impostos fossem praticados no Rio de Janeiro, para evitar que o comércio vinícola se desviasse para essa capitania⁷⁴. O arrendatário das imposições rescindiu seu contrato e a cobrança voltou à responsabilidade da Câmara⁷⁵. As fortificações foram feitas mediante o empréstimo compulsório de escravos, o que causou o maior constrangimento de todas as contribuições compulsórias. A Câmara enfatizava que o máximo

⁷² *Id., ibid.*, pp. 442-4.

⁷³ *Id., ibid.*, pp. 451-3.

⁷⁴ *Id., ibid.*, pp. 454-6, 460-1, 461-5.

⁷⁵ *Id., ibid.*, pp. 471-2.

possível de se emprestar para tais obras eram quatrocentos escravos, do contrário seria muito o prejuízo dos moradores⁷⁶. Em carta a El-Rey, a Câmara oferecia sua ajuda com os donativos e imposições que fossem, mas pedia encarecidamente que se enviasse algum socorro “com que se escuse a opressão de se pedirem negros para o trabalho das fortificações⁷⁷”.

Porém, a restauração portuguesa de dezembro de 1640 abriu uma brecha que enfraqueceu o governador e permitiu que a revolta contra o aperto fiscal e o sustento do presídio ocupasse seu lugar. Incerto da adesão do Marquês de Montalvão, D. João IV enviou um jesuíta chamado Francisco Vilhena à Bahia com ordens secretas para avaliar o comportamento do governador e destituí-lo se não atendesse propriamente à aclamação. Em Salvador, o Marquês conduziu com lealdade e cautela a transição da monarquia em 15 de fevereiro de 1641, comunicando pessoalmente a notícia a cada um dos principais moradores e desarmando os soldados de Nápoles e Castela sem maiores problemas. Não obstante de tal conduta, as ordens que Vilhena portava foram apresentadas à Câmara e usadas para destituir Montalvão do cargo, no qual foi substituído por uma junta formada pelo bispo Pedro da Silva, o mestre-de-campo Luiz Barbalho e o capitão Lourenço de Brito Corrêa em 16 de abril⁷⁸. No dia seguinte, a junta apresentou sua primeira proposta à Câmara: o fim do imposto de meia pataca por canada de vinho⁷⁹. A Câmara adotou a medida sete dias depois. O preço da canada de vinho voltou a \$560.

⁷⁶ *Id., ibid.*, p. 480.

⁷⁷ *DHAM*: CS, v. 2, p. 06-10.

⁷⁸ Pedro Calmon, *op.cit.*, v. 2, p. 640. Segundo Pedro Calmon, “dois filhos deste [Montalvão] tinham preferido ficar em Madri, fiéis a Filipe IV, e se temia que, a instância deles e da Marquesa de Montalvão o vice-rei, apoiado à guarnição espanhola, se revoltasse contra a restauração (...) A Marquesa realmente concitou o marido a resistir, chamando de traição a revolta de 1º de dezembro”.

⁷⁹ *DHAM*: AC, v. 2, pp. 07-8. Luiz Tavares crê que o golpe aconteceu em julho, mas as atas da Câmara nega esta afirmação (Luís Henrique Dias TAVARES. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo: UNESP; Salvador: UFBA, 2001, p. 146). O último registro do Marquês como governador é a sua carta a Maurício de Nassau comunicando a aclamação do bragantino, datada de 02 de março (In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 56, 1893).

Em pouco tempo a junta de governo percebeu a razão da sangria fiscal: em maio mandou comunicado à Câmara pedindo criatividade para substituir a imposição dos vinhos no sustento do presídio. A resposta da Câmara não foi inovadora: não havia meio melhor do que a cobrança dos \$160 por canada de vinho — decidiu-se manter a cobrança até agosto⁸⁰. Em 20 de julho o imposto foi novamente prorrogado, novamente com a condição de que fosse levantado caso chegasse algum socorro financeiro da Metrópole, o que naturalmente nunca aconteceu⁸¹. Em 23 de setembro, a junta ainda tomou para a Fazenda Real a arrecadação das licenças de produção de aguardente⁸². Pouco pode substanciar a hipótese de que a destituição de Montalvão partiu do descontentamento da população com os tributos de defesa: é tão possível que houvesse diferenças pessoais com o Vice-rei, senão outras razões políticas. O levante dos tributos no dia seguinte à destituição pode bem ter sido um meio de angariar apoio entre os cidadãos. Ao cabo, entretanto, a mudança no governo-geral não foi capaz de manter a capitania livre do aperto fiscal, “restaurando-se o sistema tributário por cuja reforma tanto ansiara”⁸³.

Com a conquista de São Paulo de Luanda pela WIC, a Fazenda Real no Brasil deixou de contar com os direitos sobre a importação de escravos. Com isto, a Câmara da Bahia buscou aperfeiçoar a fiscalização do comércio de vinho, para evitar as misturas e potencializar a arrecadação dos tributos⁸⁴. Em 10 de março de 1642, o preço da pipa foi reduzido de 14\$600 para 8\$000 (para os vinhos das ilhas atlânticas) e de 5\$000 para 3\$500 (para os vinhos de Portugal), aí inclusos os 1\$000 do imposto⁸⁵. Se buscava baratear o consumo e aumentar a arrecadação pelo volume de comércio, ou qualquer que fosse a intenção da

⁸⁰ DHAM: AC, v. 2, pp. 11-2.

⁸¹ *Id., ibid.*, pp. 35-8.

⁸² *Id., ibid.*, pp. 47-9.

⁸³ Ruy, *op.cit.*, p. 188.

⁸⁴ DHAM: AC, v. 2, pp. 54-7.

⁸⁵ *Id., ibid.*, pp. 81-3.

Câmara, efetivamente a medida foi um evidente fracasso⁸⁶. Em 26 de junho a Câmara resolveu lançar um estanco sobre o comércio de vinho na capitania. Receberiam um valor fixo pelo vinho vendido: os mestres dos navios (ou quem quer que vendesse no atacado), doze taverneiros licenciados pela Câmara e a fazenda desta pelos impostos⁸⁷. Chegou-se a um acordo quanto aos valores dois dias depois: a pipa de vinho seria vendida por 19\$000 no seu desembarque; a canada de vinho seria vendida a \$640, o que montava aproximadamente 38\$400⁸⁸. A Câmara receberia dos taverneiros 35\$500 por pipa, e portanto 16\$500 de impostos. Os 2\$900 restantes, ou o quanto sobrasse da venda de cada pipa, seria o lucro do taverneiro⁸⁹. Em 03 de julho se passou a discriminar os vinhos do Reino, São Jorge, Fayal e Algarve: seriam vendidos a um cruzado no varejo e a 12\$000 no desembarque, e desses seriam recolhidos 9\$000 de impostos⁹⁰.

Publicado em 04 de julho, o estanco sobre o comércio de vinhos provou em um mês que não renderia o esperado pela Câmara; dos 80\$000 necessários, o máximo que auferia era 50\$000. Como não havia mais de onde se tirar dinheiro, votou-se por tomar “carnes de São Vicente e da terra, bacalhau e mais pescado e legumes com que se fosse dando o sustento aos soldados”. Para tanto, um novo donativo de 1:800\$000 seria cobrado dos moradores⁹¹. Como decorrência desta cobrança, o estanco sobre o comércio de vinhos foi abandonado em 13 de agosto⁹².

Antônio Teles da Silva assumiu o governo no começo de outubro. No dia 05, a Câmara lhe apresentou um relatório onde dizia faltarem 24\$000

⁸⁶ *Id., ibid.*, pp. 91-2.

⁸⁷ *Id., ibid.*, pp. 92-4, 94-5.

⁸⁸ Para efeito dos cálculos do imposto, considerava-se que cada pipa carregava sessenta canadas. A canada no Brasil era três vezes e meia maior que em Portugal, onde media pouco mais de um litro (Mauro, *op.cit.*, v. 1, p. 31-35).

⁸⁹ *DHAM*: AC, v. 2, pp. 100-1.

⁹⁰ *Id., ibid.*, pp. 102-3.

⁹¹ *Id., ibid.*, pp. 112-3, 114-5.

diariamente para o sustento dos então dois mil homens do presídio — mas o governador chegara com mais mil deles⁹³. Segundo o cálculo do provedor-mór da Fazenda, os três mil soldados do presídio mais as folhas de pagamento exigiriam 57:387\$000 anuais, dos quais 12:800\$000 das folhas. Contadas as receitas da Fazenda pelo arrendamento dos dízimos (que vinha por volta de quarenta mil cruzados), da pesca da baleia, da renda do verde (na verdade, uma tarifa da Câmara e não da Fazenda Real), dos quatro vinténs sobre o embarque das caixas de açúcar, do estanco do sal e das imposições dos vinhos e aguardentes, faltavam ainda 18:980\$000⁹⁴. O meio escolhido por Antônio Teles da Silva para fechar esse balanço foi o lançamento de uma vintena: um tributo em espécie de 5,0% sobre todos “os frutos que se colhem da terra, efeitos da mercancia e alugueres de casas”. Desta cobrança não estaria isenta pessoa alguma, independente de “qualidade ou condição”⁹⁵. Assim como na arrecadação dos dízimos, a substância do rendimento da vintena provinha do açúcar recolhido pelos engenhos e vendido no porto de Salvador⁹⁶. Segundo levantamento realizado em 1650, entre 1642 e 1646 a vintena rendeu 59:385\$217 ao tesouro real.

Em julho de 1643, durante os preparativos para a entrada de Martins Soares Moreno, a população reclamou da falta de moeda sonante na capitania. Protestos semelhantes já se haviam feito dois anos antes por Rodrigo Aires Brandão (o então arrendatário do imposto dos vinhos dizia haver cessado o fluxo de moeda peruana do Rio da Prata “com as guerras de divisão do Reino”⁹⁷) e pelo Senado da Câmara, que reclamava que a cidade “se ia

⁹² *Id., ibid.*, p. 115.

⁹³ *Id., ibid.*, pp. 120-1.

⁹⁴ *Id., ibid.*, pp. 121-4.

⁹⁵ *Id., ibid.*, p. 124-7.

⁹⁶ Doze pessoas foram escolhidas para fazer a coleta pelo Recôncavo (*Id., ibid.*, pp. 141-4).

⁹⁷ *Id., ibid.*, v. II, pp. 22-3. Uma forte evidência do fim do comércio entre a Bahia e o Rio da Prata é a desventura do aragonês Domingos Vieira e seu parceiro castelhano Gonçalo Lopes, mercadores residentes de Buenos Aires. Em 1657, o patacho no qual voltavam de Angola foi pego numa tempestade e teve que arribar no Espírito Santo com seu rico carregamento de couros e escravos. Ali os dois foram

impossibilitando de moeda e que toda ia para Portugal”⁹⁸. Para conter a vazão de dinheiro para Portugal, naquele julho de 1643 o Governo e a Câmara decidiram valorizar as moedas de prata no Brasil em 50,0%, com exceção de alguns tostões cunhados em 1636 e 1641⁹⁹. Desse modo, o valor do real português na Bahia acompanhou seu valor em Portugal, onde fora desvalorizado em 30,0% frente a prata desde julho de 1641. Se consideramos que o estoque relativo de moedas de cobre era muito maior na Metrôpole do que na Bahia¹⁰⁰, pode-se afirmar que o real português nesta se desvalorizou em pelo menos 4,8% frente ao real em Portugal; *i.e.*, a valorização da prata na Bahia foi no mínimo 5,0% maior. A medida foi confirmada em 1651, quando a Coroa ordenou que as “patacas do Peru”, moedas da Coroa castelhana, fossem tiradas de circulação, fundidas e novamente cunhadas em Portugal — para evitar o quase desaparecimento do numerário que disto resultaria, as patacas ficaram na Bahia, onde foram marcadas com a Coroa Real e o número 480 ¹⁰¹.

Enquanto isso, a cobrança da vintena corria. Em 10 de setembro de 1643 o povo reunido na Câmara de Salvador protestava e sugeria a sua substituição por taxas de embarque do açúcar no porto, pagas em igualdade pelo comprador e pelo vendedor, mas não foi encontrado qualquer registro de que vieram a ser cobrados¹⁰². Em novembro, Antônio Teles da Silva sugeriu o arrendamento da

presos como inimigos de Portugal. Domingos Vieira então falou dos desejos que tinham os castelhanos do Prata de que voltasse a haver comércio com o Brasil assim como tinham com Angola e os dois foram enviados a Salvador com este intento. Foram acolhidos com muita cortesia pelo Senado da Câmara, de quem receberam garantias de que seu seqüestro fora um triste equívoco e uma carta para a comunidade mercantil de Buenos Aires a convidá-los para o restabelecimento do comércio entre as duas praças. Depois de libertados, Domingos Vieira e Gonçalo Lopes jamais voltaram a por os pés na Bahia (DHAM: AC, v. 3, 330-1; CS, v. 1, pp. 61-3).

⁹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 50.

⁹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 130; Frédéric MAURO. *Portugal, Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Trad. Manuela Barreto. Lisboa: Estampa, 1989, pp. 166 e segs.

¹⁰⁰ Para o qual indicam muitas fontes, entre elas o relato de Pyrard de Laval (“Nunca vi país em que [a prata] seja tão abundante como neste lugar do Brasil”, Taunay, *op.cit.*, p. 253.), o testemunho de Ambrósio Fernandes Brandão (*Diálogo das grandezas do Brasil*. org. José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDAJ / Massangana, 1997, p. 172) e o rol de cobrança do donativo de 1642, pago com uma abundância de patacas e meias patacas (DHAM: AC, v. II, p. 388-405).

¹⁰¹ *Id.*, *ibid.*, pp. 181-4, 184-6, 187-8.

¹⁰² *Id.*, *ibid.*, pp. 183-5.

vintena, contra o qual a Câmara argumentou que a voluntariedade da cobrança seria comprometida, de modo que “parecia ficar sendo rigor para as pessoas”¹⁰³. A vintena perdurou até 1650, embora a retomada do conflito em Pernambuco e o curso holandês houvessem prejudicado em muito a arrecadação depois de 1646.

Em agosto desse ano, os representantes dos mestres de ofício e o juiz do povo propuseram à Câmara uma nova proibição da aguardente, “porquanto os donativos dos vinhos não dão de presente o que baste para a sustentação dos soldados”¹⁰⁴. Encaminhou-se a proposta em petição ao governador Antônio Teles da Silva, onde se oferecia em aumento de \$500 no imposto sobre os vinhos para compensar o fim da arrecadação sobre a aguardente. Embora houvesse petição em contrário, em defesa dos vinhos de mel, o Governo e a Câmara votaram mais uma vez por sua extinção. Dizia-se que o imposto sobre o vinho rendia a metade do que antes porque se consumia então todo ano mais de mil pipas de aguardente; havia então no recôncavo mais de cinquenta alambiques, cada um capaz de produzir quarenta mil pipas por ano. Caso o aumento no imposto do vinho não compensasse os seis mil cruzados que rendiam anualmente as licenças dos alambiques, a Câmara se comprometia a lançar um imposto sobre o azeite, pelo qual, então, se pagava \$400 por barril¹⁰⁵.

Ainda em 1646 deu-se a concessão dos privilégios dos cidadãos do Porto à Bahia. Alguns interpretaram esse fato como evidência do reconhecimento da participação baiana na guerra holandesa, “como prêmio a tanto sacrifício e tanto heroísmo”¹⁰⁶. Todavia, é preciso reconhecer que o Rio de Janeiro recebeu os mesmos privilégios quatro anos antes¹⁰⁷. Segundo Luciano Figueiredo, “não

¹⁰³ *Id., ibid.*, pp. 201-2.

¹⁰⁴ *Id., ibid.*, p. 312.

¹⁰⁵ *Id., ibid.*, pp. 321-6.

¹⁰⁶ Ruy, *História político administrativa*, p. 195; “Traslado dos privilégios que sua Magestade (sic) concedeu aos cidadãos da Bahia de Todos os Santos”. In: *RIHGB*, t. VIII, 2ª ed., 1867.

¹⁰⁷ “Privilégios concedidos aos ‘cidadões’ (sic) do Rio de Janeiro por El-Rei D. João IV, em 1642”. In:

parece haver dúvida de que a concessão desses privilégios cumpriam um objetivo imprescindível de cooptação, mas ela aparecia também (...) como prêmio pelo apoio à luta de expulsão holandesa”¹⁰⁸. Aparentemente, a Coroa usou esta concessão como prêmio ao Rio de Janeiro por sua opção de lealdade durante a ascensão bragantina ao trono, em se tratando de uma capitania cujo comércio com o Rio da Prata era tão presente. A Bahia, como cabeça do Estado, não podia ficar para atrás. Um fruto certamente mais significativo do reconhecimento político de sua participação na guerra aconteceu em 1656, quando a Bahia recebeu o direito de enviar dois representantes para as Cortes.

Nos anos seguintes, a dificuldade que se tinha para escapar dos corsários associados à WIC praticamente sufocou o comércio português na Bahia, para grande prejuízo das finanças reais. Os fretes tomavam a rentabilidade dos negócios. Em 30 de janeiro de 1648, a Câmara recebeu ordens da Coroa trazidas pelo governador Antônio Teles de Menezes, o Conde de Vila-Pouca de Aguiar, para que novas taxas fossem cobradas no embarque de mercadorias no Brasil: quatro vinténs por arroba de açúcar branco, três vinténs para o mascavo, dois vinténs para o panela, quatro vinténs por arroba de tabaco e meio tostão por cada couro¹⁰⁹. Os vereadores, resignados, admitiam não ter o poder de questionar as ordens régias; no entanto, permitiram-se impor certas condições à cobrança: que fosse levantada a avaria imposta em 1643 por ocasião da organização das frotas do Brasil (então sob Salvador Correia de Sá); que apenas fossem cobradas as mercadorias que chegassem a salvo em Portugal; que as demais capitânicas do Brasil fossem cobradas igualmente; que os preços do frete

Brasília, v. IV. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949, pp. 375-382.

¹⁰⁸ Figueiredo, *op.cit.*, p. 289.

¹⁰⁹ *Id., ibid.*, p. 362.

fossem limitados¹¹⁰. Vila-Pouca atendeu às exigências com exceção da intervenção no preço dos fretes, para o qual não tinha ordens suficientes¹¹¹.

A partir de maio de 1648, o recôncavo teve que pagar um donativo de duzentos mil cruzados para o apresto do retorno da frota que trouxera Teles de Menezes e que levaria o açúcar para Portugal — o que só aconteceu em 1650, graças à escolta da armada da Companhia Geral. A cobrança foi dividida em quatro quartéis que seriam pagos semestralmente, a começar pelo segundo semestre de 1648¹¹². O segundo quartel foi regularmente cobrado no primeiro semestre de 1649¹¹³. Entretanto, a falta de navegação com o Reino havia paralisado o comércio na Bahia, de modo que os açúcares da vintena não eram vendidos nem chegavam vinhos sobre os quais se cobrassem impostos. Em agosto de 1649, Antônio Teles de Menezes comunicou à Câmara que os dois primeiros quartéis do donativo haviam sido gastos e ainda faltavam vinte mil cruzados para os reparos na frota. A Câmara sugeriu que se usasse o dinheiro da Fazenda Real a bordo de dois galeões da carreira das Índias que estavam no porto, ao que o governador respondeu: o tesouro de Sua Majestade nos galeões “é sagrado”¹¹⁴. O dinheiro então foi tirado do opulento inventário do bispo Pedro da Silva e tomado do tesoureiro dos defuntos a débito das futuras cobranças do donativo¹¹⁵. Com o passar do ano, a situação da Fazenda Real na Bahia se agravou e, passado o primeiro boi, a boiada levou do cofre do bispo trinta e três mil cruzados, inclusos cinco mil para o abastecimento do exército de João Fernandes Vieira¹¹⁶. Assim o Conde de Vila-Pouca ia gastando as arrecadações futuras dos terceiro e quarto quartéis do donativo¹¹⁷. Em 29 de

¹¹⁰ *Id., ibid.*, pp. 362-5.

¹¹¹ *Id., ibid.*, pp. 366-9.

¹¹² *Id., ibid.*, p. 376.

¹¹³ DHAM: AC, v. 3, pp. 10-20.

¹¹⁴ *Id., ibid.*, pp. 25-7, 31-3.

¹¹⁵ *Id., ibid.*, pp. 38, 40-1.

¹¹⁶ *Id., ibid.*, pp. 42-3.

¹¹⁷ *Id., ibid.*, p. 46.

dezembro, o governador aproveitou a chegada de algumas embarcações para cobrar outro donativo pela cidade, com o qual pagaria os soldos daquele mês¹¹⁸.

Foi também durante o governo de Antônio Teles de Menezes que mais se cobrou da construção naval na Bahia. Desde a fundação de Salvador, o estaleiro na Ribeira das Naus se desenvolveu como posto de apoio vital para a carreira das Índias¹¹⁹. O desenvolvimento da economia açucareira no Recôncavo engendrou a formação de uma frota numerosa a transitar pela baía e seus rios, entre os engenhos e o porto de Salvador.¹²⁰ Durante a Jornada dos Vassalos, as tropas de Portugal e Castela desembarcaram com grande facilidade graças aos lanchões do Recôncavo, cada um capaz de levar uma companhia inteira¹²¹.

Depois que a guerra entre as Províncias Unidas e a monarquia dos Filipes se esparramou sobre o Brasil, novas atenções se voltaram em Lisboa e Madri para a capacidade de construção naval na Colônia. Esta é enaltecida em documento do final da década de 1620, onde se afirma que o Brasil possuía todos os insumos necessários para a indústria (havia ferro em São Vicente, mais óleo de baleia e madeiras em abundância “para todo gênero de baixel que se quiser laborar” em todo o Brasil). A única exceção era o material das velas e do cordame, que se teria de trazer da Europa; há um registro de remessa de linhaça para o Brasil em 1626¹²². O trabalho nos estaleiros seria feito pelo braço escravo¹²³. Em 1637, cada um dos senhores de engenho e lavradores ricos do Recôncavo recebeu ordem para construir e aparelhar uma lancha de guerra,

¹¹⁸ *Id., ibid.*, p. 49.

¹¹⁹ Cf. José Roberto do Amaral LAPA. *A Bahia e a carreira das Índias*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

¹²⁰ Daí afirmar Alice Canabrava que o recôncavo baiano e os demais centros açucareiros no Brasil formavam uma rede de comunicações típica de um arquipélago, enquanto no Caribe as dificuldades de navegação forçaram a abertura de estradas das ilhas, formando uma rede tipicamente continental. (*O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981, p. 200). Um trabalho recente sobre a importância da construção naval na economia colonial do Recôncavo está em Ubiratan Castro de ARAÚJO (“A Bahia de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente”. In: *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001, pp. 359-373.

¹²¹ Machado, *op.cit.*, p. 477.

¹²² “Índice...”, in: *Anais do I Congresso de História da Bahia*, *op. cit.*, p. 36.

¹²³ *Livro primeiro do governo do Brasil: 1607-1633*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s.d, p.

para um comando de doze homens e uma roqueira — trinta e duas foram construídas e apresentadas ao provedor-mór¹²⁴. Em 1640, o Marquês de Montalvão ordenou a construção de dezesseis naus¹²⁵. Durante o governo de Antônio Teles de Menezes, a capitania passou a produzir galeões entre setecentas e oitocentas toneladas; em 1653, três deles haviam sido incorporados à armada real¹²⁶. Em 1656 havia outro mais em construção.

Embora a construção naval na Bahia fosse limitada pela concorrência dos engenhos na *fachina* (a colheita de lenha da mata nativa), essa era uma indústria que tinha por trás de si o interesse direto do Estado metropolitano. Durante a guerra no Brasil, especialmente depois das derrotas navais de 1639 e da restauração de 1640 (quando muitos dos vasos portugueses foram capturados em portos espanhóis¹²⁷), a Coroa esteve particularmente necessitada de embarcações maiores. Talvez o setor tenha sido favorecido com a proibição da construção de novos engenhos em 1663, medida tomada devido ao custo crescente do fornecimento de lenha. Entretanto, foi também na guerra sobre o mar que os portugueses sofreram os seus maiores revezes e no Recôncavo isto não foi diferente: grande parte de suas embarcações foi destruída nos ataques de 1640 e 1648¹²⁸. Se houve crescimento na construção naval da Bahia, dificilmente foi capaz de repor ou superar as perdas causadas pela guerra — as

47-8.

¹²⁴ Wanderley PINHO. *História de um engenho no Recôncavo: Matoim - Novo Caboto - Freguesia, 1552-1944*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1982, p. 124.

¹²⁵ DHAM: AC, v. 1, pp. 460-1.

¹²⁶ Accioli, *op.cit.*, p. 28; Barros, *Margem*, pp. 163-4.

¹²⁷ Stuart SCHWARTZ. "Panic in the Indies: the portuguese threat to the spanish empire, 1640-50", In: *Colonial Latin American Review*, v. 2, n. 1-2, 1993.

¹²⁸ Neste sentido, a interpretação de Ubiratan Araújo, uma exaltação da Bahia como sistema geo-histórico resistente, superestima a força de sua navegação na guerra com o Brasil holandês. Faz menção apenas ao ataque de Von Schoppe em 1647 e aos documentos que afirmam o fracasso da expedição. Os ataques de 1640 e 1648 são convenientemente esquecidos (Araújo, *op.cit.* p. 369). É preciso lembrar que, embora houvesse na Bahia esta força naval tática, formada por lanchas armadas com roqueiras e capazes de transportar um pequeno grupo de mosqueteiros, o domínio estratégico da costra brasileira foi holandês salvo em poucas ocasiões (Mello, *Olinda*, p. 66).

capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro certamente tiveram melhor sorte nesse aspecto.

Entretanto, a paralisação do comércio da Bahia exigia uma intervenção da Coroa na navegação atlântica além do que a construção naval na Bahia poderia prover. Em setembro de 1648, a travessia de açúcares foi proibida enquanto não houvesse escolta apropriada. Enquanto se preparava em Portugal a Companhia Geral de Comércio do Brasil, em 02 de setembro de 1649 os preços dos principais gêneros metropolitanos (dos quais se lhe entregaria os estancos) já eram estabelecidos no patamar que por ela seriam exercidos, para a revolta dos moradores: a pipa de vinho custaria 40\$000; o barril de azeite, 16\$000; o bacalhau e a farinha de trigo, 1\$600 por arroba¹²⁹. Tais preços foram confirmados em 14 de março de 1650, por ocasião da chegada da primeira frota da Companhia Geral — a partir de então a correspondência da Câmara está repleta de reclamações dos procedimentos dos administradores da Companhia.

Não foram apenas os preços que incomodaram os moradores da Bahia, mas também a disposição de se “despachar alguns navios deste comboio para o Rio de Janeiro, de que resulta grande prejuízo ao bem comum desta em razão de se achar com os açúcares de três para quatro safras que importam mais de cinqüenta mil caixas”. Além disso, afirmavam que “levando desta praça os gêneros que costumam pagar nela tributos ficam fazendo grande falta às imposições e ao sustento do presídio a que estão aplicados pelas grandes necessidades e empenhos em que se acha a Fazenda Real (...) passe pelo contrário no dito Rio de Janeiro pela opulência em que se acha dita praça navegando todos suas frotas em tempo que esta se estava desfazendo em si mesma”. Para completar, acusava os mercadores fluminenses de não haverem observado a proibição da navegação de açúcar “de modo que o dito Rio não

¹²⁹ *Id., ibid.*, p. 65.

tem padecido perda nem detrimento algum antes embolsou na maior miséria e trabalhos desta Bahia”¹³⁰.

Com a primeira frota da Companhia, além da restauração do comércio veio assumir o governo do Brasil João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, o Conde de Castelo-Melhor, homem que seria a eminência parda de D. Afonso VI. Sua primeira providência parece ter sido a retomada da cobrança do terceiro quartel do donativo de duzentos mil cruzados, paralisada por problemas nas listas de cobrança¹³¹. O último quartel foi cobrado a partir de setembro, mediante uma relação atualizada dos moradores da capitania¹³².

Em agosto, a população da Bahia levantou-se contra a cobrança da vintena. Em reunião na Câmara, com grande presença dos moradores, encaminhou-se ao governador um pedido pelo fim daquele tributo, onde se dizia que a vintena prejudicava o custeio da produção. Segundo a Câmara, os açúcares arrecadados eram da pior espécie, e era necessário coagir os mercadores a os aceitar, “por cuja causa se remeteram todos estes anos para a praça do Rio de Janeiro e se embarcaram muitos nesta praça”. Acusavam desigualdades na cobrança, como a isenção da produção clerical. Para compensar a extinção do tributo, a Câmara sugeria que se aumentasse em \$160 o imposto sobre a canada de vinho¹³³.

Castelo-Melhor convidou os principais da capitania para decidir sobre o assunto em 17 de outubro, e a proposta da câmara foi aprovada por larga maioria — de fato, a única oposição partiu dos administradores da Companhia¹³⁴. Os vinhos passariam a ser inspecionados pelo juiz e um dos vereadores da Câmara antes do desembarque, em seguida distribuídos aos

¹³⁰ *Id., ibid.*, pp. 66-8.

¹³¹ *Id., ibid.*, p. 64.

¹³² *Id., ibid.*, pp. 79-80.

¹³³ *Id., ibid.*, 88-94.

¹³⁴ *Id., ibid.*, pp. 45-8.

varejistas. O preço da canada subiu de \$800 para \$960, o que fazia 55\$600 por pipa, dos quais 13\$000 recolhidos em tributos¹³⁵. Nesse mesmo mês, o governador impôs uma cobrança sobre o comércio de azeite para a construção dos quartéis — imposto que perdurou até 1673, pelo menos doze anos depois de prontas as obras¹³⁶. Castelo-Melhor também reformou a infantaria, aumentando o número de soldados em cada companhia e assim reduzindo o número de oficiais, com o que o sustento da tropa abaixou para pouco mais de três mil cruzados mensais, além do aprovisionamento de farinha¹³⁷.

Não obstante o acordo da Câmara com o governador, em junho de 1651 chegaram duas cartas de D. João IV ordenando que a vintena fosse reinstaurada e o novo imposto dos vinhos abandonados. Com estas, a Coroa vinha em defesa da Companhia, ordenando aos vereadores “averiguar as culpas das pessoas que andaram inquietando o povo e vos forem apontados pelos administradores da Companhia Geral que aí residem e me aviseis deles”¹³⁸. Em resposta, o Senado da Câmara recusou-se a executar tal determinação, “porque de se executarem se seguia grande dano à sua Real Fazenda” — argumentou que o problema era a negligência da Companhia em abastecer de vinho a cidade, com o que de duzentas tavernas haviam então apenas vinte e duas¹³⁹. É difícil crer que os vereadores tinham assumido esta postura sem o aval do Conde de Castelo-Melhor, o único capaz de forçá-los à obediência, e já nesta época inimigo da Companhia¹⁴⁰. Até o fim desse ano ainda foram cobrados dois donativos aos

¹³⁵ *Id., ibid.*, pp. 98-100, 136-8.

¹³⁶ Luiz Monteiro da COSTA

¹³⁷ DHAM: CS, v. 1, pp. 25-7; DHAM: AC, v. 3, p. 216.

¹³⁸ *Id., ibid.*, pp. 156-8.

¹³⁹ A Câmara estimava o consumo de vinho da capitania em três mil pipas anuais. No entanto, na frota de 1649/50 haviam-se trazido apenas mil e quinhentas, depois somadas em quinhentas pipas que vieram em duas naus genovesas (*Id., ibid.*, pp. 158-67).

¹⁴⁰ Leonor Freire COSTA. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 581.

habitantes da capitania; um para a construção de um celeiro de farinha e outro para cobrir a falta de dinheiro para o pagamento dos soldos¹⁴¹.

Em 1652, o sustento do presídio foi totalmente delegado ao Senado da Câmara — não apenas a arrecadação dos recursos, mas o pagamento aos soldados. O governador compreendeu que tal despesa exigia que o fisco fosse constantemente adequado à conjuntura econômica da capitania; vale dizer, do volume de comércio de importação (principalmente dos vinhos, como bem pudemos ver) e do escoamento da produção de açúcar para Portugal, cujas tributações se complementavam com donativos compulsórios. Com tal providência, a Fazenda Real se preservava das incertezas da arrecadação e seus compromissos eram restritos ao pagamento das folhas secular e eclesiástica¹⁴². A Câmara também tinha interesse na medida, pois teria maior controle sobre o produto do seu esforço fiscal — o que significava também algum controle sobre a tropa — de modo que “será o povo molestado pelo povo, e terá a liberdade de falar com a verdade e respeito e alegar sua justiça ou queixar-se da sem razão, porquanto então ofende-se a si e não aos ministros”¹⁴³. Antes de representar qualquer grau de autonomia política da Colônia sobre a Metrópole, esse fato significa uma certa concessão da monarquia à plebe local: embora aquela tivesse suas finanças melhor preservadas, esta passava a exercer maior controle e responsabilidade sobre uma “infantaria certa e de propriedade na praça, para qualquer intento ou sucesso”¹⁴⁴.

¹⁴¹ DHAM: AC, v. 3, pp. 171-5, 176-8.

¹⁴² *Id.*, *ibid.*, pp. 208-9.

¹⁴³ *Id.*, *ibid.*, pp. 212-6.

¹⁴⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 215. A percepção das diferenças sócio-políticas entre o reinol e o mazombo eram ainda muito incipientes para que se veja neste acontecimento uma atitude reativa ao pacto colonial (cf. Milena Fernandes de OLIVEIRA. *Diálogos entre Caminha e Frei Vicente do Salvador: construção de uma “arqueologia” da diferença entre colonos e reinóis em documentos luso-brasileiros dos séculos XVI e XVII*. Campinas: Dissertação/UNICAMP, 2003). As insatisfações da sociedade colonial com relação ao fisco real se manifestavam em outros termos, a denotar um afastamento do Estado monárquico, um abandono ou desproteção do Rei (Luciano FIGUEIREDO. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: Tese/USP, 1996, pp. 278-9)

Naturalmente, a Câmara levantou condições para o acordo: os rendimentos do estancos do sal, dos quatro vinténs no embarque de açúcar e da renda do verde seriam creditados ao seu tesouro em sua totalidade; as farinhas que vinham à Bahia por contrato com as vilas de Boipeba e Camamú seriam suas, “e quando nos faltam sempre Vossa Excelência [o governador] no-lo fará bem obrigando-os a isso para que se cumpra como se fez até agora”; a cobrança e os pagamentos seriam auxiliados por sargentos e pela autoridade da administração real; só receberiam os soldados mensalmente arrolados em papel apresentado ao provedor-mór da Fazenda; saneada a Fazenda Real, seriam pagas as doze mil patacas que esta devia à Câmara¹⁴⁵. Castelo-Melhor concordou com todos os pontos. A Fazenda Real continuaria a receber pelo arrendamento do dízimo e do óleo de baleia e responderia pelas folhas de pagamento, pelo fardamento da tropa, pelo tribunal da Relação (que se poderia restabelecer) e alguns “gastos extraordinários” não especificados.

Como responsável direta pelo sustento do presídio, a Câmara viu agravar-se ainda mais seu conflito com a Companhia Geral¹⁴⁶. A falta de vinhos no comércio (a partir de 1653 a Companhia oficialmente não trouxe uma pipa sequer¹⁴⁷) forçou os vereadores a pedir um empréstimo à população: 20\$000 por senhor de engenho “de maior rendimento”, 10\$000 para os de rendimento menor, lavradores e demais moradores¹⁴⁸. Em fevereiro de 1654, a Câmara também vetou a tentativa do Conde de Athoughia de executar a ordem régia de 1651 e reinstaurar a vintena¹⁴⁹. Em 12 de novembro, apesar da chegada de dois navios carregados de vinho, a Câmara decidiu levantar a proibição da aguardente do tempo de Antônio Teles da Silva, pois “lucravam seu

¹⁴⁵ DHAM: AC, v. 3, pp. 216-20.

¹⁴⁶ DHAM: CS, v. 1, pp. 36-40, 47-9, 40-6, 50-1.

¹⁴⁷ Leonor Costa, *O transporte*, p. 565. Entre os pedidos de remessa de vinho, a Câmara protestava contra o monopólio de navegação da Companhia e pedia a volta da navegação por caravelas livres – este sim, um ataque ao exclusivo colonial, mesmo que indireto, sem que fosse percebido e articulado como tal.

¹⁴⁸ DHAM: AC, v. 3, pp. 266-7.

¹⁴⁹ DHAM: CS, v. 1, pp. 47-9.

rendimento os que faltaram à obediência da dita proibição que os administradores da Companhia dissimularam só afim do clamor que poderia haver como havia falta do dito vinho”. Os alambiques passaram a ser taxados anualmente em 40\$000 e as “casas de cachaça” a 20\$000¹⁵⁰.

* * *

Como pudemos observar, a defesa de Salvador praticamente dobrou a presença do Estado português na Bahia, em termos de excedente social a ele transferido. Isto ocorreu de três maneiras. Primeira, pela tributação da produção da capitania (a vintena, os donativos compulsórios ou o recrutamento de escravos para as obras nas fortificações e o plantio de mandioca), a substância da arrecadação evidentemente provinha do açúcar, esse a ser por muito o principal produto daquela economia. Pela tributação do comércio de importação (principalmente o comércio de vinhos), os impostos eram repassados aos preços no varejo — do contrário os fornecedores do trato oceânico deslocavam seus negócios para outras praças (notadamente, para o Rio de Janeiro) — de modo que a tributação ficava igualmente a cargo dos moradores da Bahia. O mesmo acontecia com a tributação das exportações (a cobrança de alguns vinténs sobre a caixa ou a arroba de açúcar, tabaco, couro ou algodão), pois os vendedores não eram capazes de repassar os tributos aos preços — a guerra e escassez de navegação impediam isto, não bastasse a própria estrutura do comércio colonial. O malogro da tentativa de substituição da vintena por uma tarifa alfandegária comum a compradores e vendedores ilustra bem esse fato. Invariavelmente, a defesa de Salvador teve seu sustento no produto interno da capitania; invariavelmente, no produto da economia açucareira.

¹⁵⁰ DHAM: AC, v. 3, p. 275.

É difícil precisar o impacto da presença da gente de guerra no meio urbano, tanto em termos demográficos quanto econômicos. Stuart Schwartz estima a população de Salvador em quatro mil habitantes em 1587 e quinze mil em 1681¹⁵¹. Se, entretantes, a cidade teve que se reorganizar depois da invasão de 1624, pode-se esboçar uma impressão do papel da soldadesca nesse crescimento urbano: foram novecentos homens estacionados em 1625, mil e duzentos em 1631, mais algumas centenas em 1637 e 1640, outros mil em 1643. A partir da reforma de Castelo-Melhor, em 1650, até a revolta do terço velho, em 1688, a guarnição foi formada por pouco mais de dois mil soldados.

Quanto à cidade econômica, é possível tirar uma observação da presença militar entre os soteropolitanos a partir das listas de cobrança do donativo estabelecido pela junta de governadores em agosto de 1642. Para nosso pesar, o governador Antônio Teles da Silva interrompeu o donativo logo depois de sua posse, e as listas de cobrança ficaram incompletas. Ainda assim, é possível reunir os moradores com ofício registrado nas listas e calcular a média de suas contribuições para o donativo, o que se vê na Tabela 1.

Como se pode ver, entre os cento e oitenta e seis moradores com ofício registrado, apenas catorze são soldados. Entre esses, alguns são artilheiros dos poucos que relativamente havia na guarnição. Embora se pudesse esperar que na tropa viessem à Bahia alguns artesãos e trabalhadores urbanos, esse quadro mostra uma tropa formada entre a mão-de-obra menos qualificada do Reino, provavelmente recrutada entre os jovens que abandonaram o meio rural português aos rebanhos¹⁵². Por serem dotados de alguma educação ou talento, uma exigência de sua função militar, os artilheiros ingressaram com maior facilidade na vida econômica de Salvador como produtores além de consumidores.

¹⁵¹ Schwartz, *op.cit.*, p. 80.

¹⁵² Particularmente, do Norte de Portugal (Smith, *op.cit.*, pp. 22-3).

Tabela 1: Ofícios registrados e contribuição média no donativo de 1642

<i>Ofício</i>	<i>Registros</i>	<i>Contribuição</i>
Mercador	44	1\$493
mercador de loja	5	\$692
Vendeiro	29	\$481
Militar com patente	26	\$947
Alfaiate	12	\$357
Sapateiro	10	\$316
Ourives	6	\$737
Padeiro	6	\$477
Barbeiro	6	\$387
Outros ofícios	47	\$691
Soldado com algum ofício	11	\$209
Artilheiro com algum ofício	3	\$353
Ofício não especificado	208	\$976

Fonte: DHAM: AC, v. II, pp. 388-405 ¹⁵³

Resta, enfim, a realidade de que a guarnição de Salvador muito acrescentou em bocas mas pouco em braços para o trabalho — afinal, como dizia Diogo Luiz de Oliveira, era “gente de natureza livre”. Acrescente-se que os muitos soldados recebiam em média muito menos que os poucos servidores da administração régia: enquanto o soldo em dinheiro (além de uma porção de farinha) pagava 1\$200 mensais, o ordenado de um vigário era de 73\$920 e 1:200\$000 o de um governador. Desse modo, a soldadesca apresentava uma demanda ampla e uniforme de gêneros de primeira necessidade.

¹⁵³ Estas listas foram trabalhadas por David Grant Smith em sua importante tese de doutoramento, porém com alguns equívocos (*The merchant class of Portugal in the seventeenth century: a social-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Ph.D thesis, University of Texas, 1975, pp. 282-3). O historiador estadunidense confundiu a data da cobrança, o que é bem compreensível: por algum motivo obscuro, as relações estão no final do Livro de Atas de 1644 a 1648. Porém, a assinatura do escrivão e uma menção à chegada de Antônio Teles da Silva permitem que a fonte seja precisamente datada em agosto e setembro de 1642. Mais importante, contudo, é a discrepância entre as compilações dos dados: David Smith usa esta fonte para distinguir “mercadores de loja” (com 50 registros, segundo ele) de “mercadores de sobrado” (com 26 registros). Não foi o que encontramos na tabela acima. Entre os responsáveis pela cobrança da vintena, documentados em uma relação de outubro de 1642, encontramos quatro “mercadores de sobrado” para a arrecadação entre “vendas e tavernas” e quatro “mercadores de loja” para entre “sapateiros e curtidores” (DHAM: AC, v. II, p. 130). Porém, não se pode identificar mercadores de sobrado com vendeiros. Resta o fato de que suas contribuições para o donativo foram menores do que as dos mercadores de loja. Tudo indica que a discriminação entre mercadores de loja e de sobrado, embora tenha existido, não era tão rígida nem tão claramente definida, pelo menos à luz desse documento.

Contudo, também entre 1620 e 1640 desapareceu o comércio com o Rio da Prata, fornecedor de carne, sebo e farinha de trigo. Portanto, a abertura de um volumoso mercado entre o aumento da demanda soteropolitana e a extinção da oferta platina foi necessariamente preenchida pelo comércio interno ao Estado do Brasil. Isto com certeza está presente no desenvolvimento do Rio de Janeiro como entreposto comercial e de São Vicente como pólo exportador de víveres, o que determinou a fome escravista dos bandeirantes (conforme a interpretação de Luiz Felipe de Alencastro¹⁵⁴). Mas também está presente na expansão da criação de gado pelo sertão nordestino.

Desde a segunda metade do século XVI havia gado em trânsito pelo chão entre a Bahia e o Piauí¹⁵⁵. A primeira grande feira baiana de gado, a “Feira Velha” de Capuame, começou em 1614 — a primeira licença para mineração de sal nos rios Salitre e São Francisco foi pedida à Coroa em 1627 por Francisco Dias D’Ávila¹⁵⁶. Em Salvador, o fornecimento só foi regular depois da década de 1630; há relatos de escassez no açougue em 1634 e 1636¹⁵⁷. A retirada do exército de Pernambuco e a ocupação holandesa de Sergipe D’El Rey consumiu as criações mais próximas de Salvador (só das fazendas dos D’Ávila foram abatidas dezesseis mil reses) e mesmo assim, menos de um ano depois, a cidade foi tranqüilamente abastecida com mil e oitocentas cabeças de gado que passaram pela Torre¹⁵⁸. O abastecimento de carne foi regularizado mediante acordo com criadores do sertão, com preços e quantidades determinadas¹⁵⁹. Durante seu governo, Antônio Teles da Silva manteve algumas centenas de cabeças de gado nos pastos mais próximos de Salvador, como medida de segurança¹⁶⁰. Mais de uma vez o Governo ou a Câmara enviou pedidos de

¹⁵⁴ Alencastro, *op.cit.*, pp. 194-5.

¹⁵⁵ Eurico Alves BOAVENTURA. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: UFBA, 1989, p. 36.

¹⁵⁶ Francisco Borges de BARROS. *Margem histórica da Bahia*. Bahia: Impr. Oficial, 1934, p. 81.

¹⁵⁷ DHAM: AC, v. 1, pp. 260, 315-6.

¹⁵⁸ Mello, *Olinda*, p. 292; Vilhasanti, *op.cit.*, pp.19, 35, 54, 70.

¹⁵⁹ DHAM: AC, v. 1, pp. 257, 376-7, 378--9, 396-7, 447, e.g.

¹⁶⁰ *Id., ibid.*, pp. 193-6, 241-2, 276-8, e.g.

remessa de carne para São Vicente, mas a oferta vicentina parece ter sido complementar à dos sertanistas baianos — o comércio com as capitanias do sul foi muito maior em farinhas (de trigo e mandioca), arroz e feijão¹⁶¹.

Todavia, deve-se medir as palavras também ao tratar do comércio intracolonial de abastecimento.

Primeiro, porque as autoridades por trás do fisco fizeram o possível para baratear o abastecimento das guarnições e exércitos. Nisto se engajaram mais os oficiais da Câmara do que as autoridades reais. Em fevereiro de 1627 os vereadores proibiram a saída de mantimentos da capitania¹⁶². A proibição da prática de atravessar farinhas foi reeditada em muitas ocasiões; houve devassas contra atravessadores nos “regatões” do transporte durante todo o período¹⁶³. Em fevereiro de 1634 combatia-se o mercado paralelo de carne, onde os preços eram até 60,0% mais caros¹⁶⁴. Deve-se lembrar que a pecuária também contribuiu nas fintas e donativos¹⁶⁵. No controle de preços, a farinha exigiu uma política especial: enquanto se fixava os preços do arroz e das carnes (de boi, de porco e de peixe), o preço da farinha não era fixado nem seu comércio arrendado “porquanto é em grande dano dos moradores haver estanco dela e só uma pessoa as ir comprar”¹⁶⁶. A fixação do preço da farinha só foi possível acompanhada da escolha de um “recebedor” oficial, que teria o seu monopólio em Salvador e a recolheria toda num armazém onde seria vendida “livremente”¹⁶⁷. A partir de então, as Câmaras de Boipeba, Cairu e Camamú acusaram o Senado soteropolitano de ganhar com a intermediação das farinhas

¹⁶¹ O milho não foi mencionado em nenhum dos documento analisados. (*Id., ibid.*, v.1, pp. 308, 321, 356-7; v. 2, pp. 114-5, 128-30, 130-40).

¹⁶² *Id., ibid.*, v. 1, p. 67.

¹⁶³ *Id., ibid.*, v. 1, pp. 66, 244; v. 3, pp. 130-4, 197, 235-6, *e.g.*

¹⁶⁴ *Id., ibid.*, v. 1, p. 260.

¹⁶⁵ Por exemplo, mil cabeças de gado foram entregues à Câmara em 1651; durante a cobrança do donativo de duzentos mil cruzados, os sergipanos contribuíram com mil e quinhentas reses (*Id., ibid.*, v. 3, pp. 148-9, 171-5).

¹⁶⁶ *Id., ibid.*, v. 1, pp. 69, 384; v. 3, pp. 235-6.

¹⁶⁷ *Id., ibid.*, v. 3, pp. 235-6, 251-2.

e afirmaram que o Recôncavo poderia produzir muito mais farinha do que as três vilas; o que evidencia uma preferência pela produção de açúcar mesmo ali¹⁶⁸. Lembre-se também que, na urgência das necessidades, as autoridades reais tomavam os gêneros que queriam e deixavam os proprietários à mercê de um processo de reembolso duvidoso e demorado¹⁶⁹.

Em segundo lugar, é fundamental considerar que a economia de subsistência “não ofereceu jamais uma alternativa à mão-de-obra escrava subempregada nos engenhos, cuja conversão do setor açucareiro para o de víveres só teria sido viável a um nível de preços bem superior ao vigente”¹⁷⁰. As necessidades militares foram atendidas, é claro. Certamente a cidade de Salvador cresceu, senão dobrou, como mercado comprador de mantimentos. Mas esta demanda foi abastecida assim como se fizeram as fortificações da cidade: norteado pela maior austeridade possível na realocação do trabalho escravo ou do excedente açucareiro, de maneira que, em certo sentido, mesmo a economia de subsistência se especializou e extroverteu. A criação de gado conquistou o sertão para si: precisava de pouco trabalho para pressionar o mercado soteropolitano de escravos e encontrava todos os seus insumos dentro dos seus domínios. Já os cereais precisavam competir com o açúcar na aquisição de escravos — se conseguia alguns no mercado, fazia-o em detrimento dos interesses de senhores de engenho, da Fazenda Real e do comércio transoceânico. Mas havia aqueles que conquistavam sua mão-de-obra, porque havia nações indígenas em distâncias razoáveis e os meios de as escravizar; e se não havia meios de levá-la para vender em Salvador ou no Cabo de Santo

¹⁶⁸ Charles Ralph BOXER. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Milwaukee: University of Wisconsin, 1965, pp. 103-4.

¹⁶⁹ Entre os muitos exemplos, veja-se o de João Peixoto Viegas: seu carregamento de farinha de trigo foi confiscado pelo Conde da Torre em 1638 – em 1644 ele ainda aguardava uma compensação do tesouro real (“Índice...”, in: *Anais do I Congresso de História da Bahia*, op. cit., p. 87.

¹⁷⁰ Mello, *Olinda*, pp. 278-9.

Agostinho, havia a mandioca para fazer a “farinha de guerra”, a munição de boca da luta contra os inimigos da Coroa.

De tais maneiras, colonizava-se o comércio intracolonial; refletiam-se nele as engrenagens do sistema, desde a hierarquia econômica dos mercados até os mecanismos políticos de sua proteção: os acordos de exclusividade, as licenças e as proibições. No topo de tal hierarquia e no controle de tais mecanismos estavam os interesses do circuito transoceânico, da economia açucareira e da Coroa metropolitana.

I V

ÁFRICA, EUROPA E BAHIA

A efetiva ocupação por holandeses, ingleses e franceses durante o século XVII de territórios reclamados pelos ibéricos durante o século XVI prescindiu da organização da produção colonial em função dos mecanismos de acumulação dos circuitos mercantis europeus, tal como a ocupação do Brasil pelos portugueses a partir de 1530. Ao observar o papel da economia açucareira nesse quadro, ainda mais se considerada a sua particular dependência do trabalho escravo em grande escala, é muito difícil não compartilhar da impressão deixada por Alice Canabrava: “nenhum outro dos produtos coloniais desfrutou maior importância que o açúcar, e nenhum se entrosou melhor nas teias do mercantilismo”¹. De fato, o estabelecimento de colônias não-ibéricas nas Antilhas (depois de uma fase inicial de pirataria sobre as riquezas da América espanhola) foi seguido do desenvolvimento da economia açucareira na região. Em 1630 começa a empreitada holandesa em Pernambuco. Em 1655, com a invasão da Jamaica pelos ingleses e a expulsão dos produtores holandeses e judeus de Pernambuco restaurado, abre-se uma nova fase desse movimento. Em 1697, com a ocupação da parte ocidental de Hispaniola por franceses, começa o auge da produção açucareira no Caribe.

¹ Alice P. Canabrava, *O Açúcar nas Antilhas*, op.cit., p. 78.

O sentido deste trabalho — reconstituir a dinâmica da economia açucareira no recôncavo baiano durante a ocupação holandesa de Pernambuco — significa compreender o impacto da primeira onda desse movimento de invasão, conforme a conclusão do primeiro capítulo. Trabalhadas as vicissitudes e conseqüências mais diretas da guerra, nossa atenção volta-se para o movimento conjuntural desta economia e suas condições de reprodução e realização. Para tanto, cabe investigar o comércio das duas principais mercadorias envolvidas: os açúcares e os escravos.

* * *

Enquanto negócio colonial, a economia do comércio de açúcar invariavelmente encontrava na Europa o seu ponto inicial e terminal de circulação. Nos portos europeus não apenas se fazia a distribuição do açúcar no atacado, como o beneficiamento final do produto², contratava-se seguros para a navegação e fretava-se e armava-se embarcações para as rotas transoceânicas e intra-européias. Ali se encontravam mercados vendedores e compradores, e fixava-se os preços com que teriam de trabalhar desde o jesuíta na Bahia até o boticário em Paris. Não bastasse isso, na economia da Europa moderna, pré-industrial, o comércio de açúcar foi uma carta estratégica no jogo do capital comercial, de modo que suas conjunturas e flutuações estiveram à mercê das disputas entre agremiações mercantis — na primeira metade do Seiscentos não seria diferente.

Pouco se pode dizer sobre o consumo de açúcar propriamente dito durante a primeira metade do século XVII. Segundo o clássico de Edmund von Lippmann, durante o século XVII (mas principalmente durante o XVIII) esse

² O que não vale para os açúcares brasileiros, prontos para o consumo já ao deixar os engenhos; uma lei portuguesa de 1559 proibia as refinarias na metrópole, reservando assim a madeira para as construções navais (Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 313).

consumo foi além do medicinal e do luxuoso para o comum. Até então se encontrou o açúcar na mesa da aristocracia e das celebrações citadinas, em forma de confeites variados — era em geral insumo para as receitas de um farmacêutico ou de um cozinheiro refinado. Provavelmente, o açúcar era mais difundido no Mediterrâneo em virtude da igual difusão da cana, desde a Síria até a Espanha; acredita-se que em 1630 a cidade de Nápoles consumia seis mil caixas anuais (mais de mil e setecentas toneladas, se forem estas similares às caixas do Atlântico). Esse açúcar mediterrâneo, produzido em menor escala, era contudo de outra qualidade, inferior, diferente dos açúcares de primeira classe, cuja produção era tecnicamente restrita a alguns centros — entre os quais o Brasil, que ocupou, depois de 1570, o lugar que antes fora de Chipre e da Madeira³. Mas a Guerra dos Trinta Anos (que arrasou a Alemanha, último e mais importante mercado dos venezianos, segundo o alemão Lippmann) e a crise geral do século XVII levaram os principais mercados consumidores de açúcar para a margem atlântica da Europa, França, Inglaterra e os Países Baixos — movimento que esteve intimamente ligado ao desenvolvimento da agricultura açucareira no Brasil desde 1570.⁴

Para reconstituir o *statu quo* dos mercados e mercadores de açúcar nesse tempo, uma breve incursão na história social se faz necessária.

Uma vez que a produção do Brasil e das ilhas da Madeira e São Tomé haviam predominado no abastecimento daquela expansão no consumo, o negócio açucareiro na virada do século é por excelência um negócio português. Historiador dos mercadores lisboetas do século XVII, David Grant Smith se impressiona com a fraqueza política desse grupo, sua falta de coesão como classe social, mesmo apesar da profunda natureza mercante de todo o Império

³ Noel DEERR. *The history of sugar*. London: Chapman & Hall, 1949, p. 83-5, 100-1; Edmund O. von LIPPMANN. *História do açúcar: desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Trad. port. Rodolfo Coutinho. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1941-2, pp. 157-8.

⁴ *Id.*, *ibid.*, pp. 183 e segs;; Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, op.cit., p. 9.

português.⁵ Mas a história não poderia ter sido outra: herança do processo histórico de formação de Portugal, na esteira da reconquista da Ibéria mourisca, nobreza, burguesia e Estado viviam em verdadeira simbiose, como nos ensina de Vitorino Magalhães Godinho: “Simbiose, pois, entre o Estado, os fidalgos e cavaleiros, os meios de mercadores. Simbiose, mas também necessariamente tensões, quando não conflitos de interesses, na partilha do bolo comum — e nesta luta se enquadra a Inquisição, arma de uns círculos de interesses contra outros. Da expansão resulta, como tipo social da classe dominante, o fidalgo tratante, ligado ao capitalista cosmopolita, em detrimento da burguesia média e geograficamente espalhada”⁶.

A partir de tais conflitos pode-se compreender a estrutura da distribuição do açúcar na Europa nesse período. De um lado, porque os cristãos-novos tinham acesso restrito (se é que algum acesso tiveram) aos cargos da administração régia ou ao ingresso na carreira eclesiástica e nas ordens militares⁷. De outro, porque a emigração de mercadores portugueses acusados de judaísmo pelo Santo Ofício da Inquisição teve peso na formação das rotas de comércio do açúcar brasileiro pela Europa. Os processos inquisitoriais, até 1620 particularmente, não excluía a possibilidade dos acusados de manter contatos em Portugal, mesmo que contatos debilitados.⁸ Depois daquele ano, o Santo Ofício tornar-se-ia mais violento e eficaz; passa inclusive a proibir o retorno de acusados emigrantes. Os portos onde desembarcavam se configuraram como os

⁵ David Grant SMITH. *The merchant class of Portugal in the seventeenth century: a social-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Ph.D thesis, University of Texas, 1975, pp. 161-2

⁶ Vitorino Magalhães GODINHO, *Ensaíos, v. II: sobre história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1968, p.266. Mais sobre o assunto se encontra em Vitorino Magalhães GODINHO, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcadia, 1971.

⁷ Anita NOVINSKY. *Cristãos-novos na Bahia, 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 47.

⁸ “Partia-se, nem sempre de casa movida. Os laços no reino prevaleciam. A deambulação destes homens pelas praças europeias, ao sabor de oportunidades condicionadas pelo xadrez diplomático, destaca algumas localidades no mapa dos fluxos de reexportação, sendo Hamburgo e Amsterdão, durante as tréguas, os casos emblemáticos.” Destaca-se também a cidade de Ruão, onde o desenvolvimento cujo tráfico açucareiro muito deveu à imigração de sefardins portugueses (Leonor Freire COSTA. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as

principais mercados compradores, uma vez que ali aumentavam os grupos correspondentes dos principais mercados vendedores, e ali se fretavam ou armavam o transporte de mercadorias de Portugal⁹. Em Lisboa, oitenta e três por cento dos contratos de navegação com regresso (ida e volta para Lisboa) dirigem-se para o Brasil. A Restauração não viria para alterar esse quadro, e a reexportação do açúcar brasileiro continuaria a ser organizada nos portos estrangeiros a Portugal¹⁰.

Nesse ínterim, o início da Guerra dos Trinta Anos e o fim da Trégua de Doze Anos entre a monarquia filipina e os rebeldes neerlandeses viriam a complicar o panorama. Além do crescimento explosivo do curso holandês, que emperrava o escoamento da produção brasileira para Portugal, o embargo dos Habsburgo às Províncias Unidas prejudicou gravemente a reexportação do açúcar. Em 1622, montou-se um novo aparelho de fiscalização dos portos ibéricos e sobretaxação do comércio estrangeiro, chamado pelo Senado da Câmara de Lisboa de “administração do contrabando”. A capital portuguesa, que dependia da navegação estrangeira não apenas para a reexportação do açúcar mas para o abastecimento de trigo, protestou o quanto pôde. Outro grande prejudicado foi o comércio do sal de Setúbal, insumo essencial para a indústria do pescado (outro negócio-chave na economia-mundo de então), e cujo fornecimento os castelhanos visavam direcionar para os pescadores da Galícia e das Astúrias. Sequer os navios “camuflados” com bandeiras neutras (hanseáticas e inglesas) escapavam da administração do contrabando¹¹. Estima-se que um quarto da população sefardim na Holanda tenha se transferido para

Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, v. I, p. 133).

⁹ Por frete, entenda-se o tráfico de mercadorias mediante cobrança pelo transporte; por armação, o tráfico mediante participação no aparelhamento da embarcação ou algum outro tipo de sociedade com seu proprietário ou comandante.

¹⁰ *Id., ibid.*, pp. 83, 86, 115, 124-5, 129-42. Adicione-se que as *fluyts* holandesas da época cobravam fretes muito mais baratos que suas concorrentes hanseáticas, francesas ou inglesas, uma vez que eram menos tripuladas.

¹¹ *Id., ibid.*, pp. 62-69, 88-90.

Hamburgo e outras cidades da Hansa, para França e Itália em menor escala; invariavelmente, o custo do transporte de suas mercadorias aumentou¹². Toda a navegação estrangeira em Lisboa ressentiu as conseqüências do embargo às Províncias Unidas.

Nos portos do norte de Portugal, a administração do contrabando não teve a mesma eficácia. Mais distantes do centro político português, Porto e Viana oferecem dificuldades ao bom trabalho da fiscalização. Como resultado, muito do açúcar brasileiro passou a atravessar Portugal por esses portos onde o embargo era mais poroso — o que provavelmente aumentou presença na Bahia de mercadores oriundos de Viana e do Porto nas décadas de 1620 e 1630. Viana do Castelo já gozara de um desenvolvimento peculiar em seus negócios açucareiros entre 1585 e 1620, então em função de vantagens fiscais da sua alfândega e de um próspero câmbio cereal-açúcar que ali se estabeleceu (também tocado por mercadores estrangeiros)¹³. Entre 1600 e 1614, Viana foi o principal porto de regresso das viagens ao Brasil, em sua maioria viagens organizadas em Lisboa. Não é precisa, portanto a interpretação de Frédéric Mauro das fases de crescimento (1580-1620) e queda (1620-1670) do papel dos pequenos portos na navegação lusitana. Deve-se enfatizar que as conjunturas que levaram ao aumento ou decréscimo do movimento nesses portos são reflexos muito mais de interdependência e complementaridade do que de concorrência com a praça mercantil de Lisboa¹⁴.

À parte de tais subterfúgios, as décadas de 1620 e 30 foram sombrias para o trato lusitano de açúcar. Contraposta ao embargo espanhol, a formação da

¹² Jonathan I. ISRAEL. *European jewry in the age of mercantilism, 1550-1750*. London: Littman, 1998, p. 75-6. O termo “sefardim” ou “sefardita” é oriundo do nome bíblico da Espanha, *Sefarad* (João Lúcio de AZEVEDO. *História dos cristãos-novos portugueses*. 3 ed. Lisboa: Clássica, 1989, p. 384). A migração de sefardins para Hamburgo também foi comum durante as três guerras anglo-neerlandesas de 1652-54, 1665-7 e 1672 (Jan de Vries, *op.cit.*, p. 120).

¹³ David G. Smith, *op.cit.*, p. 280-2; Leonor Freire Costa, *op.cit.*, p. 135.

¹⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 86-98; Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, *op.cit.*, v. 2, p. 256.

WIC em 1621 pôs em cena outro poderoso inimigo. Sua constituição, entretanto, apresenta um problema: Amsterdam já era então o principal núcleo de refinarias, a “Nova Jerusalém” dos sefardins portugueses, o mais ativo pólo comercial da Europa de então, enfim, o centro do negócio do açúcar — é pouco provável que o retorno das hostilidades com a Espanha tenha por si só interrompido severamente o fluxo de importação da produção brasileira. De fato, a WIC encontrou oposição ferrenha dentro da Holanda desde sua fundação, que, portanto, só pode ser compreendida dentro de conflitos internos à burguesia flamenga. Por um lado, pode ser vista como represália ao grupo dos imigrantes cristãos-novos. Afinal, não era tolerância desmedida que esperava os judeus sefarditas nos portos onde desembarcavam; sofriam de certa xenofobia nos meios mercantis, assim como a comunidade britânica em Portugal a partir de 1640¹⁵. No extremo, a formação da WIC e o apoio que recebeu dos Estados Gerais podem ser vistos como um meio de retirar o controle do negócio do açúcar de uma comunidade estrangeira, portuguesa (conforme a interpretação de Leonor Freire Costa)¹⁶. Em qualquer caso, foi um esforço para arbitrar o conflito entre uma burguesia tradicional e internacionalista e outra ascendente, corsária, popular e nacionalista — conflito potencialmente destrutivo para os interesses comuns da comunidade mercantil de Amsterdam e dos Estados Gerais (uma nacionalização *avant la lettre*, conforme Eddy Stols)¹⁷. Neste comenos, o grupo português viu-se forçado a se juntar à companhia ou transferir seus negócios para uma praça fora das Províncias Unidas, Hamburgo ou algum porto francês.

Tudo somado, a retomada do conflito hispano-neerlandês, o embargo aos Países Baixos e o expansionismo holandês dividiram a burguesia

¹⁵ J. Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos-novos portugueses*, op.cit., p. 389.

¹⁶ Leonor Freire Costa, *op.cit.*, p. 135.

¹⁷ Eddy STOLS, “Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas”, in: *Anais de História*, Assis, 1973, 5, pp. 47-50.

portuguesa em dois grupos em desacordo. Um, favorável ao alinhamento com Madri, onde estavam aqueles que substituíram os genoveses no financiamento da Coroa castelhana depois do *asiento* de Flandres de 1626 e da bancarrota de 1627 — em 1630, dizia-se que um entre quatro habitantes de Sevilha era luso¹⁸. Outro, favorável à paz com a Holanda, que reunia os circuitos mercantis do açúcar do Brasil e do sal de Setúbal, mas também dos cereais, cobres e mastros do Báltico¹⁹.

A Restauração de 1640 foi decorrência desse cenário. Vitorino Magalhães Godinho resume a balança de interesses dentro da comunidade dos mercadores portugueses assim:

(...) há um grupo numeroso e poderoso de homens de negócios que apoiam e servem a Restauração, e graças aos quais se torna possível ela manter-se contra ventos e marés. Seriam sobretudo os que estavam ligados às exportações brasileiras e tratos com os países da Europa setentrional. Os que permaneciam em relações de negócios com Sevilha e o mercado espanhol prefeririam possivelmente a unidade dinástica, pelo menos uma paz amigável com o vizinho peninsular, mas, com exceção de [Pedro de] Baeça, não parecem terem hostilizado declaradamente a independência recobrada. A fraqueza política destes meios pró-espanhóis explica-se facilmente: é que não foram intransponíveis os entraves postos pela Restauração ao comércio entre os reinos vizinhos, nem sequer devem ter sido difíceis de transpor²⁰

De fato, o desinteresse dos financistas portugueses em defender a união ibérica não é surpreendente: os mais envolvidos com o financiamento do Estado castelhano já moravam em Madri ou para lá se mudaram; em Lisboa, entretantes, a abertura do fronte espanhol abria novas oportunidades para os mercadores portugueses se desenvolverem como financistas. A partida de banqueiros de vultoso cabedal e as novas necessidades do Estado português

¹⁸ Cf. James C. BOYAJIAN. *Portuguese bankers at the court of Spain, 1626-1650*. New Brunswick, New Jersey: Reutgers University, c1983; Anita Novinsky, *op.cit.*, p. 42.

¹⁹ Nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho, “o império espanhol embrenhava-se cada vez mais na Europa continental, em detrimento dos horizontes oceânicos, quando o império português, que sempre vivera dos mares, assentava no açúcar e no tabaco brasileiros, nos negros de Angola, no ‘trigo do mar’, no sal metropolitano que exportava para os ‘rebeldes’ do Norte” (*Ensaíos*, *op.cit.*, v. 2, p. 276).

²⁰ Godinho, *op.cit.*, pp. 283-4.

permitiram a ascensão social e econômica de uma parcela do grupo mercantil lisboeta, renovando os quadros da elite dos mercadores-banqueiros de Portugal²¹.

A maior oposição a D. João IV viria do Santo Ofício²². Segundo Anita Novinsky, a tolerância do monarca devia-se à influência de Antônio Vieira; deve-se, entretanto, considerar que o grupo mercantil que o apoia é aquele ligado aos sefardins de Amsterdã, de maneira que a tolerância era um traço necessário na personalidade desse Rei²³. Depois da ascensão do Bragança ao trono, a Inquisição desencadeou uma ofensiva de acusações contra os mercadores maculados de cristão-novice mais próximos a El-Rey. O exemplo mais forte é o de Duarte da Silva: “talvez o mais poderoso capitalista de Lisboa”, era credor de vultosa parte da dívida do Estado português, fornecedor de armas e munições e tinha correspondentes em todas as principais praças do Mediterrâneo e do Atlântico Norte. Foi preso em 1648 enquanto financiava a aquisição de dezesseis vasos de guerra holandeses para recompor a frota de Portugal. Até 1660, uma onda excepcionalmente violenta de anti-semitismo provocou a contínua emigração de cristãos novos para os países europeus.²⁴

Ao mesmo tempo, começa a se destacar nos negócios portugueses a crescente comunidade de mercadores britânicos, alguns já radicados em Lisboa e ativos no tráfico de açúcar desde a paz anglo-espanhola de 1604. A ausência de uma comunidade hebraica na Inglaterra, contudo, fez do comércio anglo-lusitano praticamente um comércio inglês. Em 1609, James I expulsou o pequeno grupo sefardim que residia em Londres. Até sua readmissão, em 1656,

²¹ Smith, *op.cit.* pp. 102-140.

²² Logo depois de aclamado, D. João IV debelou uma conspiração para devolver a Coroa a Filipe III (IV de Espanha). Entre as cabeças do movimento estavam o Inquisidor-Geral, que ficou preso até 1643. Curiosamente, Pedro de Baeça, outro dos líderes da conspiração, era cristão-novo (Damião PERES (dir.), *História de Portugal*, v. 3. Babelos: Portucalense, 1934, p. 19).

²³ Anita Novinsky, *op.cit.*, p. 50.

²⁴ Godinho, *op.cit.*, pp. 279-281; Smith, *op.cit.*, pp. 83-4. Curiosamente, o principal aliado do Santo Ofício na conspiração que tentou destronar D. João IV foi um cristão-novo, Pedro de Baeça (J. Lúcio de Azevedo,

os cristãos-novos emigrantes de Portugal evitaram Londres como porto de desembarque²⁵. Os vínculos de grupos mercantis portugueses com a Inglaterra eram portanto muito tênues, se é que de fato havia algum.

Esse fato mostra como a cisão entre cristãos velhos e novos no seio da sociedade portuguesa definiu um estranho padrão de atividade mercantil: dada a contínua perseguição aos cristãos-novos, sua emigração (antes uma prática necessária a qualquer negociante da época) respondeu pelos canais de tráfico português com outros portos europeus; a vilegiatura de cristãos-velhos foi praticamente restrita ao Brasil, como parte de um movimento migratório interno a Portugal, do campo para a cidade.²⁶ O enfraquecimento da marinha mercante portuguesa durante a longa guerra de corso com a Holanda (perdia-se embarcações não só capturadas mas no alistamento compulsório em forçatarefa como a armada do Conde da Torre, em 1638-9) gradativamente permitiu que os ingleses participassem da navegação com o Brasil — em cuja concorrência com transportadores portugueses tinham a vantagem adicional da imunidade aos corsários berberes, que recebiam recursos vários de sua aliança com a Inglaterra. Em 1650, havia sessenta ingleses estabelecidos em Portugal.²⁷

Na cidade do Porto tudo isso se observou com grande nitidez. A virulência da Inquisição na cidade e a diáspora de cristãos-novos praticamente configuraram o seu comércio como entre cristãos-velhos residentes e judeus emigrados, uns a trabalhar como correspondentes dos outros. Mercadores do Porto deixaram de buscar seus próprios vínculos com outras praças européias — era mais interessante aumentar as ligações com o Brasil e reexportar seu

História dos cristãos-novos portugueses, op.cit., pp. 239-41).

²⁵ Há uma única notícia de certo Antônio Ferdinando Carvajal, comerciante cristão-novo nascido em Portugal ou nas ilhas, residente em Londres a partir de meados de 1630.

²⁶ “A Bahia portanto ocupou, em menor escala, a mesma função que Lisboa: era um centro urbano onde objetivos econômicos e sociais poderiam se realizar. A migração transatlântica dessas pessoas era essencialmente parte de um movimento de urbanização interno a Portugal” (David G. Smith, *op.cit.*, p.288 [tradução do autor]).

²⁷ Leonor Costa, *op.cit.*, pp. 123-7, 152.

açúcar por empresas de emigrados e estrangeiros. Assim, a prosperidade do comércio de açúcar do Porto, retomada a partir da trégua com a Holanda em 1641 e fortalecido depois do levante pernambucano de 1645, foi acompanhada pelo crescimento da participação de mercadores estrangeiros no comércio com a Europa: em 1639 eram quatro, em 1644 eram treze, em 1647 eram catorze. Os ingleses detinham posição dominante no tráfico de bacalhau e de panos, franceses e holandeses tratavam com apetrechos navais e armamentos (geralmente em parceria com os sefardins). Observe-se também que a presença inglesa no Porto teve suas raízes fincadas nessa época²⁸.

Não bastassem problemas no tráfico, o comércio português foi prejudicado também por dificuldades no transporte — fruto das adversidades enfrentadas por sua marinha no Atlântico sul. Para escapar dos corsários, os mestres de embarcações foram obrigados a reduzir a carga para velejar com velocidade. Daí as “escolas de fugir”, alcunha que Antônio Vieira atribuiu às caravelas lusitanas. Para sustentar a margem de lucro do tráfico fretado, a taxa de frete por tonelada de açúcar elevou-se numa média anual de 4,5% entre 1624 e 1640, efetivamente dobrando em dezesseis anos; uma apreciação quatro vezes mais rápida que a observada entre 1613 e 1623, conforme os cálculos de regressão de Leonor Freire Costa. Junto com o frete, subiu a demanda da construção naval portuguesa, que trabalha a toda carga para repor das perdas no Atlântico (ainda assim limitada pelos recursos que dispunha, principalmente pelo comércio báltico-holandês de mastros). Aumentaram a demanda e o preço dos seguros. Diminuiu, portanto, a margem de lucro dos traficantes de açúcar, tanto os do Brasil quanto os de Portugal²⁹.

A organização de frotas escoltadas gradativamente se apresentou como a melhor solução para o problema do corso, apesar de serem muitos os interesses

²⁸ *Id., ibid.*, pp. 142 e segs.

²⁹ *Id., ibid.*, pp. 71, 74-82.

em contrário. Já em 1626 foi mencionada em petição assinada por “homens de negócio da cidade de Lisboa”. Ali se lamentava a ausência de vasos de guerra na proteção das frotas do Brasil, apesar da importância desse comércio para Portugal. Dizia-se que em 1625 se perdera mais de cento e vinte embarcações e que, naquele ano, de cem enviadas ao Brasil apenas vinte retornaram a Lisboa. Contudo, não havia recursos em caixa para armar uma frota de escolta e a marinha espanhola estava mais preocupada com a frota da Prata; mal fora possível reaparelhar a armada que protegia a costa portuguesa durante o ano de 1626. Durante todo o ano de 1627, a armada holandesa de Piet Heyn patrulhou o Atlântico sul. Foram três anos particularmente ruins para a navegação lusitana. Depois da conquista de Olinda e Recife, o corso holandês ganhou um posto avançado de onde atacar os portugueses naqueles mares. Entre 1634 e 1636, não regressou do Brasil praticamente nenhuma embarcação portuguesa: a ocupação da Paraíba liberou forças da WIC para o corso contra a navegação baiana e o governador Diogo Luís de Oliveira proibiu a navegação de açúcares. A efetividade desta medida aparece na lista de perdas da navegação entre Brasil e Portugal: de sessenta e três e sessenta e uma embarcações perdidas em 1633 e 34, perderam-se cinco e nove em 1635 e 36.³⁰

Apesar da intensidade do corso, o sistema de frotas não vingou até o fim da década de 1640. Os comboios que cruzaram o equador em 1635, 1638 e 1647 eram na verdade expedições militares oportunamente acompanhadas de frotas comerciais — isso se sobravam embarcações para o comércio, depois do alistamento compulsório. A armada do Conde da Torre, aparelhada em 1638, foi particularmente danosa à marinha mercante³¹. A partir de 1637, a campanha holandesa na África, o início do tráfico de escravos pela WIC e da produção

³⁰ “Em contrapartida, anuiu ao oferecimento dos mestres dessas embarcações para se armarem ao corso, contratando com a Câmara da Bahia os seguros sobre os seus capitais” (Leonor Costa, *op.cit.*, p. 71); Cf. Evaldo Cabral de MELLO. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 449; Mauro, *op.cit.*, p. 199.

³¹ David G. Smith, *op.cit.*, p. 166-7.

açucareira em Pernambuco provavelmente deram alívio à comunicação entre Brasil e Portugal. A paz celebrada entre Maurício de Nassau e o Marquês de Montalvão, então governador-geral do Brasil, e confirmada pela aliança luso-holandesa de 1640 permitiu que se trafegasse com tranquilidade através do Atlântico. Em 1643 foi concebido um regime de frotas parcial: a navegação para o Brasil continuava livre, mas o regresso ficava restrito aos comboios; tal regime vigorou apenas para a frota que velejou em 1645, depois da retomada do conflito, sob o comando de Salvador Correia de Sá³².

Em 1646 a situação mudaria novamente de figura. Como resposta ao levante de João Fernandes Vieira, a WIC foi autorizada pelos Estados Gerais (em janeiro daquele ano) a retomar o curso no Atlântico. Em setembro, depois da queda de Dunquerque para holandeses e franceses aliados, corsários zelandeses (privados de seu melhor alvo) voltaram-se para o sul; fundou-se a *Brazilische Directie ende Compagnie*, cuja armada desabou sobre a navegação portuguesa durante a safra de 1647/8. Segundo o Conselho Ultramarino, nesses dois anos perderam-se respectivamente 111 e 132 embarcações, das quais 51 e 79 tinham a Bahia como partida ou destino. Com a marinha mercante lusitana de tal modo debilitada, D. João IV partiu em busca de estrangeiros que se disponibilizassem a fazer a comunicação com o Brasil, mesmo “sendo esta licença cousa tão proibida pelas leis do Reino e tão desejada pelos estranhos”.³³ Proíbem-se o uso de caravelas na navegação atlântica, o fabrico e a navegação de embarcações com menos de 350 toneladas. Em seguida, abaixa-se esse limite para 250 toneladas. Por fim, em setembro de 1648, El-Rey ordena que “enquanto os holandeses tivessem tanto poder nos mares do Brasil se não navegassem açúcares”.³⁴

³² Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. London: Athlone, 1952. pp. 184,204.

³³ *Apud*: Gustavo de FREITAS. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1649-1720*. São Paulo, 1951, p. 21.

³⁴ *Id.*, *ibid.*, p. 22; Mello, *op.cit.*, pp. 450-1.

A primeira medida tomada nesse sentido foi a articulação do “assento de Pernambuco”, em fins de 1648. Segundo os termos do contrato, os assentistas comprometiam-se a armar e velejar 12 navios por ano para abastecer Pernambuco de mantimentos, munições e outros gêneros que fossem necessários, pelos quais receberiam em açúcar e pau-brasil. Era-lhes concedido o monopólio do vinho na capitania. Entretanto, “como ocorrerá com a Companhia Geral de Comércio do Brasil, os privilégios concedidos no assento provocaram a oposição dos produtores pernambucanos e dos mercadores do Reino e da ilha da Madeira interessados no comércio da capitania rebelada”.³⁵ Os madeirenses porque eram grandes fornecedores de vinho para o Brasil já em meados de 1640, e com o assento perderiam seu principal mercado³⁶. A maior oposição, entretanto, partiu dos pernambucanos, que procuraram resistir à liquidação do comércio livre, contando para tanto com o apoio de representantes locais da Coroa e do Conselho Ultramarino. Além destas indisposições, a primeira frota enviada pelo assento (com oito embarcações, quatro delas inglesas) ficou bloqueada no Cabo de Sto. Agostinho e só regressou a Portugal em 1650, já sob a escolta da armada da Companhia Geral. Ainda uma segunda e terceira frotas chegaram a partir para o Brasil, com a participação de navios franceses (já que Portugal nesse momento enfrentava hostilidades com o Parlamento britânico). Esta última frota encerrou o assento de Pernambuco de maneira desastrosa, atacada quando se aproximava do Cabo — a nau capitânia capitulou e outras cinco foram a pique sobre os arrecifes. Restaram um patacho e uma caravela para contar a história.³⁷

³⁵ Mello, *op.cit.*, p. 141.

³⁶ “Antes da metade do século XVII, o Brasil era o mercado de vinho mais importante da ilha [de Madeira]. No Brasil, os vinhos da Madeira, por sua resistência a calor e apodrecimento, era preferido a todos os outros vinhos portugueses, que freqüentemente chegavam em má condição” [tradução do autor] (Thomas Bentley DUNCAN, *Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape verdes in seventeenth century commerce and navigation*. Chicago: University of Chicago, 1972. p. 45)

³⁷ Mello, *op.cit.*, 139-45.

A Coroa lusitana não esperou pelo fim do assento para continuar seus esforços em racionalizar a navegação com o Brasil. Como meio de unificar a burguesia nacional e contar com a participação do capital de cristãos-novos, D. João IV proibiu, em alvará de seis de fevereiro de 1649, o seqüestro pelo Santo Ofício dos bens dos acusados de práticas judaizantes. A dez de março era aprovado o estatuto da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Esta responderia pela construção e manutenção de uma armada de trinta e seis vasos de guerra que escoltaria as frotas comerciais da carreira do Brasil em dois comboios anuais, com dezoito vasos em cada. Um serviço que lhe seria pago com direitos (avarias) sobre a mercadoria transportada nas embarcações escoltadas: 600 réis por caixa de açúcar ou tabaco, 300 réis por barril, 100 réis por rolo de tabaco fora das caixas, 600 réis por saca de algodão, 20 réis por couro. Esses direitos eram recebidos a prazo, na volta da frota para Lisboa. Além dos direitos sobre a escolta, a Companhia cobrava pelo transporte em seus próprios navios, cuja carga era limitada a um terço da capacidade para que não fosse comprometida sua capacidade de pelejar. A Companhia ainda recebia os estancos dos quatro principais gêneros de exportação para o Brasil: vinhos, farinhas, azeites e bacalhau; além, do monopólio do corte e navegação de pau-brasil. Soma-se a esses uma extensa relação de direitos, privilégios, favores e facilidades concedidas pela Coroa, entre os quais destacam-se: a proibição da navegação livre, fora da frota; proibição da produção de aguardentes e vinhos de mel no Brasil (de acordo com decreto de 1647); licença para contratar embarcações e tripulação estrangeiras.³⁸

A primeira frota da Companhia levantou âncora em quatro de novembro de 1649, com dezoito vasos como escolta e quarenta e oito embarcações mercantes (das quais trinta e duas bem artilhadas, o que limitava sua carga). Chegou à Bahia em março de 1650. Se a viagem de ida foi tranqüila, a volta nem

³⁸ Freitas, *op.cit.*, p. 28-36.

tanto: vinte e três embarcações que vinham do Rio de Janeiro, das quais três de escolta, encontraram a armada do Parlamento inglês bloqueando o Tejo. Apenas nove alcançaram Lisboa. A frota da Baía partiu em vinte e quatro de setembro acompanhada de uma frota da Índia e da Armada Real (totalizando algo próximo a setenta embarcações); chegou em Portugal em dezembro ou janeiro. A segunda frota, com certeza menor que a primeira, deixou Portugal provavelmente em abril de 1651 e já era esperada de volta em fins de agosto. Nova frota parte de Lisboa em 1653, com sessenta e duas embarcações, e chega em Recife a vinte de dezembro. Como fugira a armada holandesa da cidade, ameaçada pelas velas portuguesas, Francisco Barreto (comandante da força lusitana em Pernambuco) ocupou a cidade e pôs fim ao Brasil holandês.³⁹

Nova frota da Companhia, com trinta e seis embarcações partiu às pressas de Lisboa em abril de 1655, levando socorro preventivo a uma possível retaliação flamenga. A quinze de dezembro, parte da Bahia para Portugal, provavelmente escoltada por quatro vasos. Juntam-se a ela frotas do Rio e de Pernambuco, a totalizar cento e trinta e nove embarcações, carregadas com algo mais de cinquenta mil caixas de açúcar e demais mercadorias com valor total estimado em nove milhões de cruzados. A partir de então as frotas passariam a navegar todo ano, ou a cada dois anos.⁴⁰

* * *

Assim como no quadro da restauração de 1640, o açúcar foi uma das mercadorias mais estratégicas do comércio internacional entre os séculos XV e XVIII; mesmo durante a crise do século XVII foi um produto cujo trato jamais perdeu seu dinamismo, sua capacidade de ampliar sua base de consumo e seu espaço de distribuição. Tratava-se, porém, de um negócio onde o controle da

³⁹ *Id., ibid.*, p. 37-42.

produção, embora nunca fosse o setor mais lucrativo, era fundamental para a montagem da cadeia de circulação (e valorização) do capital⁴¹.

Até a ocupação de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá pelos holandeses, o Brasil português praticamente deteve o monopólio da produção de açúcar no mundo seiscentista. Centros produtores mais antigos, como a ilha da Madeira e a Sicília, já ocupavam um papel irrisório desde 1580. Em 1530, enquanto era o produtor mais importante, determinante do padrão de qualidade dos açúcares de primeiro tipo, a Madeira produzia aproximadamente setecentas toneladas. Em 1614, o Brasil produzia algo em torno de dez mil, duzentas e oitenta toneladas, fabricadas em 192 engenhos espalhados por suas diferentes capitanias. Nos anos seguintes, a difusão do uso da moenda de três tambores verticais provavelmente provocou a continuidade da expansão da produção; apesar da inflexão do crescimento da economia européia (com a explosão da Guerra dos Trinta Anos em 1618 e a depressão de 1619-22), do início das atividades da WIC em 1621 e da invasão holandesa da Bahia em 1624, o relato de Pedro Cadena de 1629 afirma a existência de 346 engenhos no Brasil, dos quais 150 em Pernambuco, 80 na Bahia e 60 no Rio de Janeiro.⁴²

O segundo maior produtor de açúcar no início do século XVII foi provavelmente o México, mas sua produção dificilmente foi além de duas mil toneladas até o século XVIII. Ainda assim, a relação de engenhos de açúcar mexicanos elaborada por Horacio Crespo (abonada pelo testemunho do frei Thomas Gage) mostra que o ritmo de construção de engenhos acelerou entre

⁴⁰ *Id., ibid.*, p. 42 e segs.

⁴¹ “Todo mercado capitalista tem seus elos sucessivos e, no centro, um ponto mais alto e remunerador do que os outros. (...) Para o açúcar, *inteiramente* preso nas malhas da troca européia, as ligações são mais complicadas porque é preciso possuir a produção para possuir o ponto alto do comércio” (Fernand BRAUDEL. *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 2, pp. 162-4.

⁴² Deerr, *op.cit.*, pp. 100-1; Stuart SCHWARTZ. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 148 e 150.

1600 e 1630⁴³. Há que se também mencionar a produção açucareira em São Tomé, no Golfo da Guiné: apesar de ter seu açúcar conhecido por sua péssima qualidade já no século XVI, São Tomé permaneceu como centro produtor por todo o Seiscentos, provavelmente devido à sua proximidade dos mercados fornecedores de escravos; mesmo após a destruição de seus engenhos e apreensão de seus escravos durante o ataque holandês de 1641, a ilha carregava de açúcar alguns quarenta navios para Portugal anualmente. A produção açucareira então estava também estabelecida em Cuba e Hispaniola: na primeira, existem indícios de um surto de crescimento entre 1605 e 1617, quando o volume da produção saltou de dez para trezentas e doze toneladas (o primeiro engenho cubano data de 1598); na segunda, após um surto de produção durante o século XVI, a produção em 1608 havia caído para aproximadamente duzentas e vinte e duas toneladas. Pode-se falar também da produção de açúcar em Porto Rico, que produzia algo em torno de trinta e cinco toneladas em 1608, teve sua indústria destruída num furacão em 1615, construiu quatro engenho até 1620 e mais três até 1647. São indícios de uma época de prosperidade para a indústria açucareira na América durante as primeiras décadas do século XVII.⁴⁴

O primeiro concorrente do Brasil nos mercados europeus de açúcar foi o próprio Brasil — o Brasil holandês. A produção de Pernambuco, durante o governo do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, chegou a mais de seis mil toneladas, embora tivesse sido muito prejudicada na guerra até então: a ocupação de Olinda em 1630 não garantiu à *WIC* o controle sobre a zona produtora. Até 1632 os holandeses ficaram restringidos à cidade e ao porto, incapazes de romper o impasse com a resistência luso-espanhola. Nesse ano, o ataque a Igarauçu inaugurou a ofensiva contra as bases civis de apoio à

⁴³ Deerr, *op.cit.*, p. 109.

⁴⁴ Horacio CRESPO (dir). *Historia del Azúcar en Mexico*. Mexico: Fondo del Cultura Economica, 1988, p. 50-58 e 139; Deerr, *op.cit.*, p. 115-138;

resistência; como consequência, em 1633 caiu o Forte dos Afogados. Em 1635 caíram os principais baluartes da resistência: as praças portuguesas naquele cabo e no Arraial do Bom Jesus. As campanhas luso-espanholas, todavia, continuaram a incendiar canaviais e engenhos pernambucanos como meio de impedir o restabelecimento de sua produção. Empossado governador, o Conde de Nassau percebeu que seus domínios não estariam seguros enquanto a fronteira meridional não fosse pacificada⁴⁵. Em 1637, sua ofensiva levou à ocupação e devastação de Sergipe D'El Rey, empurrando o exército do Conde de Bagnuolo até a Bahia. Em 1638, Nassau tentou uma investida contra Salvador. Mas a paz só foi conquistada com o ataque de Lichthardt aos engenhos de Recôncavo em 1640 e o compromisso mútuo de não-agressão à produção açucareira — um equilíbrio débil demais para garantir a sobrevivência do Brasil holandês⁴⁶.

Não obstante, a pacificação do espaço ocupado foi suficiente para permitir a reedificação da indústria açucareira. Já em 1637, os holandeses buscaram abrir um fluxo de escravos africanos para a capitania: São Jorge da Mina foi ocupada no mesmo ano, e São Paulo de Luanda em 1641⁴⁷.

Entretanto, enquanto era regularizado o fornecimento de escravos (cujas circunstâncias abordaremos logo adiante), a inexperiência dos holandeses na indústria açucareira gradativamente devolveu os engenhos pernambucanos a senhores portugueses⁴⁸. A partir de 1643, ano em que são desembarcados quatro mil escravos em Recife, o grau de endividamento dos produtores de açúcar com a *WIC* (que controlava o tráfico de africanos) se potencializou. Do

⁴⁵ “Estava a essa altura óbvio para os dois lados que, enquanto Recife permanecesse em mãos holandesas ou a Bahia nas dos portugueses, nenhuma nação estaria completamente segura com sua metade do Brasil” (Charles R. Boxer, *The Dutch in Brazil*, op.cit., p. 86).

⁴⁶ Hermann WÄTJEN. *O domínio colonial holandês no Brasil*. trad. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Nacional, 1938, pp. 494-507; Mello, op.cit., 41-53.

⁴⁷ Pedro PUNTONI, *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999, pp. 131 e segs.

⁴⁸ José A. Gonsalves de MELLO. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na*

outro lado do equador, as dificuldades políticas e financeiras da empresa tornavam-na uma credora cada vez mais intransigente. Maurício de Nassau, cuja política pendia para a tolerância, foi removido do governo em 1644. Com o apoio de D. João IV, os produtores levantaram-se contra o jugo holandês em 1645, com João Fernandes Vieira à frente. Depois dos primeiros sucessos da rebelião, os “novos” senhores de engenho se apressam em declarar lealdade a El-Rey de Portugal, sob o temor do confisco de seus engenhos e devolução aos antigos proprietários após a restauração (processo que Evaldo Cabral de Mello chamou de “querela dos engenhos”)⁴⁹. Os holandeses são confinados em Recife e a população ao norte da cidade, até o Rio Grande, é evacuada para sul do fronte. As duas batalhas de Guararapes selam o novo impasse — o Recife holandês só seria restaurado mediante ataque naval. Isolado da zona produtora, que retomara o Cabo de Santo Agostinho para escoar o seu açúcar, a exportação de açúcar do Brasil holandês volta a depender do curso a partir de 1646, enquanto já em 1647 chegava em Portugal o açúcar dos revoltosos. Mesmo o curso declina após o início dos comboios da Companhia Geral de Comércio do Brasil. Em 1654, Recife se rendeu para uma de suas frotas⁵⁰.

O gráfico 1 mostra, em toneladas métricas, as exportações de açúcar do Brasil holandês. Sobre estas estão adicionadas a produção de açúcar na Indonésia, sob gerência da VOC. Recorde-se que, até 1638, todos os açúcares enviados à Holanda por navios da WIC vieram da pilhagem das áreas conquistadas em Pernambuco e das capturas da navegação portuguesa, senão de algum contrabando com produtores pernambucanos⁵¹.

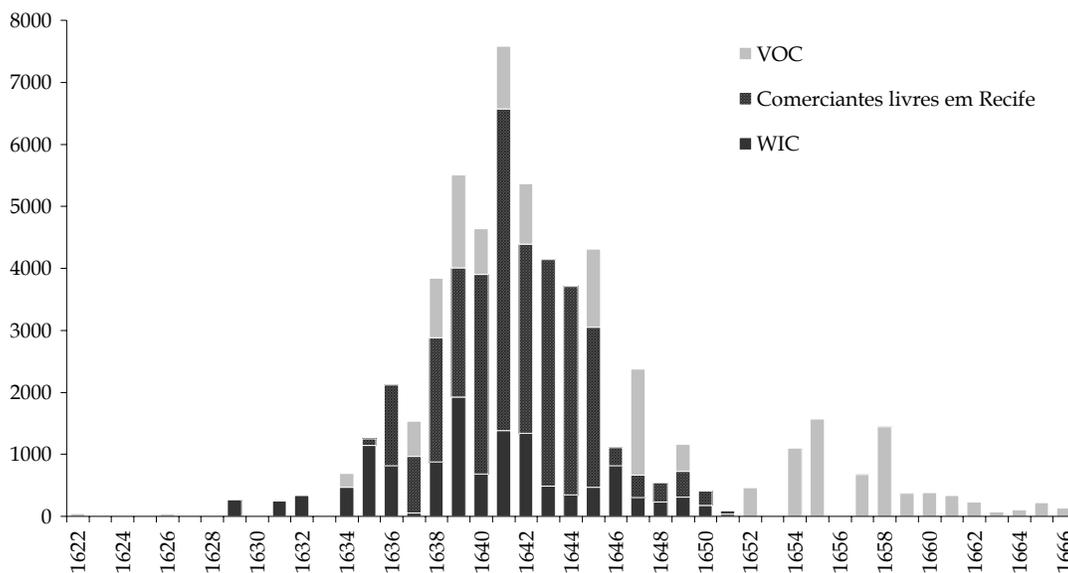
cultura do norte do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987.

⁴⁹ Mello, *op.cit.*, pp. 386 e segs.

⁵⁰ Costa, *op.cit.*, p. 143.

⁵¹ Pedro Puntoni, *op.cit.*, p. 78.

Gráfico 1: Produção holandesa de açúcar (1622-66)



Fonte: Wätjen, *op.cit.*, pp. 494-506 e Deerr, *op.cit.*, p. 214-5⁵².

A concorrência, entretanto, não acabou em 1654. Entre 1630 e 50, aproximadamente, existiram “laboratórios” caribenhos onde a produção de açúcar foi experimentada e aprendida por britânicos e franceses — indiscutivelmente, na esteira da luta contra o predomínio ibérico sobre o mundo colonial. Em 1639, os governadores da ilha de São Cristóvão (*St. Kitts*), dividida desde 1625 por franceses e britânicos, acordaram em destruir plantações de tabaco e iniciar ali a produção de açúcar para exportação. Esta viria a ocorrer em 1643, pelos franceses, e pelos britânicos um ano depois. Contudo, só em meados de 1660 a exportação de açúcar superou a do anil (ou índigo). Na Martinica, a experiência açucareira foi levada adiante por decisão da *Compagnie des Iles D’Amerique* tomada em 1638. A companhia deu três mil acres de terra na ilha para um mercador de Ruão iniciar a produção. Não obstante seus investimentos e esforços pessoais, esse *Monsieur Trezel* encontrou forte resistência na população local e nas matas nativas; os primeiros pães de

⁵² A exportação de açúcar pela *WIC* entre 1647 e 1651, contabilizada em uma única entrada, aparece acima estimada segundo a sua proporção para o comércio livre (Cf. Pedro PUNTONI. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 81).

açúcar só foram produzidos entre 1647 e 48, e a produção não deslanchou sequer com a chegada de especialistas holandeses em 1663⁵³.

Em contraste com as experiências em São Cristóvão e Martinica, a indústria açucareira revolucionou a ilha de Barbados logo em sua primeira iniciativa. Desde sua ocupação em 1627, vendia-se ali tabaco e algodão principalmente; o regime de trabalho dominante era a servidão por contrato temporário (*indentured labor*). A ilha então se apresentava como a promessa mais promissora de colônia inglesa no Caribe: situa-se mais a barlavento de todas as Antilhas, o que praticamente impedia um ataque espanhol, e ali não havia a ameaça dos caraíbas. Entretanto, no início da década de 1640, os preços do tabaco, do algodão e do açúcar na Europa entraram em queda; o preço do anil estava então no seu auge (note-se que o investimento inicial para produzir anil era bem menor que para produzir açúcar). A queda nos preços de exportação (principalmente do tabaco) provocou na ilha uma onda de emigração para a Europa e a América do Norte. Ao mesmo tempo, o início da guerra civil na Inglaterra e a presença em Barbados de lealdades a diferentes lados do conflito levou o governo local a declarar neutralidade (para evitar que o conflito se alastrasse até lá). A comunicação com a metrópole praticamente cessou e, junto com ela, a chegada de imigrantes para o trabalho servil⁵⁴.

Até onde se pode afirmar, esse vazio foi ocupado por comerciantes holandeses estabelecidos na ilha de Curaçao e pela *English Guinea Company*, que não cessara suas atividades. É preciso, entretanto, ter em mente que o Caribe desta década de 1640, livre das frotas e galeões espanhóis (depois das derrotas das armadas espanholas de D. Antônio de Oquendo nas Dunas e do Conde da

⁵³ Até o desenvolvimento de tais experiências, o suco da cana era usado pelos europeus como refresco contra o calor da zona equatorial. Cf. Deerr, *op.cit.*, p. 217; Edmund O. von LIPPMANN. *História do açúcar*: desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba. Trad. port. Rodolfo Coutinho. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1941-2, t.2, pp. 92;

⁵⁴ William GREEN, "Supply vs. demand in the Barbadian sugar revolution", in: *Journal of Interdisciplinary History*, 1988, v. XVIII, n. 3, pp. 403-418; Emmer, *op.cit.*, pp. 56 e segs.; Deerr, *op.cit.*, p. 164

Torre no Brasil, ambas em 1638) vivia sua época áurea de pirataria e comércio sem pátria. Foi neste cenário que mercadores holandeses e ingleses ofereceram à população de Barbados o pacote completo da produção açucareira: financiamento, bens de capital, fretes e mercado comprador. Destaque-se que o açúcar começou a ser produzido em 1641, quando os barbadianos tinham a produção de anil como alternativa mais interessante; a opção pelo açúcar, portanto, não pode ser explicada a partir do interesse empresarial dos produtores da ilha. A partir de 1645, a revolta em Pernambuco elevou o preço do açúcar em Amsterdam — em Barbados, a produção de açúcar então se firmou como meio de inserção na economia-mundo. Ainda assim, a “revolução açucareira” na ilha estava apenas engatilhada: em 1650, a população escrava na ilha era de seis mil indivíduos; três anos depois, esse número saltou para vinte mil. Em 1655, a ilha produzia sete mil toneladas de açúcar, das quais seis mil e setecentas do mascavo; só a imigração de holandeses proscritos de Pernambuco daria competência e competitividade ao açúcar caribenho⁵⁵.

O impulso mais forte, contudo, viria durante a década de 1660, com as restrições à importação de açúcar na França e na Inglaterra como proteção as suas refinarias. Essa foi a política que consolidou e acelerou o desenvolvimento do complexo açucareiro no Caribe e dividiu a geografia do açúcar na Europa: “em suma, houve *partilha da produção*, depois *partilha da refinação* (operação essencial) e, finalmente, *partilha do mercado*”⁵⁶.

⁵⁵ *Id., ibid.*: nesse artigo de 1979, Pieter Emmer afirma que William Green superestima a importância dos holandeses na “revolução barbadiana”. Segundo ele, o tráfico negreiro em Curaçao estava mais interessado na América portuguesa, os tumbeiros da WIC não eram capazes de fornecer catorze mil escravos em dois anos e, apesar de cobrar menos pelo frete, os holandeses perdiam para os ingleses em condições de financiamento, seguros, serviços portuários, etc. Daí Pieter Emmer compreende a predominância inglesa no comércio de Barbados mesmo antes dos Atos de Navegação de 1651. De acordo com as próprias posições de Pieter Emmer (de seu artigo de 1991, citado no primeiro capítulo) ressaltamos no texto a “internacionalidade” do segundo sistema atlântico, (em nossa visão, mais presente na década de 1640 que nas posteriores) sem por em dúvida a centralidade do papel que os holandeses representaram na revolução barbadiana e na expansão da indústria açucareira pelas Antilhas.

⁵⁶ Fernand Braudel, *op.cit.*, v. 2, p. 164.

* * *

Durante a união das monarquias ibéricas, aliaram-se os interesses portugueses e castelhanos na organização do comércio transcontinental de escravos: a América espanhola precisava de mão-de-obra para alimentar a mineração, onde era alta a mortalidade dos nativos americanos; os portugueses, pioneiros no descobrimento do litoral africano, tinham os meios para levar o tráfico transcontinental adiante. Para tanto, o *asiento* do comércio de escravos foi o mecanismo fundamental. Entre 1580 e 1600, traficantes portugueses desbancaram os genoveses no comércio de escravos africanos. A Coroa, de olho nas receitas do fisco sobre a prata americana, estimulava o comércio entre a África e a América mineradora em detrimento das outras áreas, inclusive a açucareira.

Nesses termos, até o fim da Trégua dos Doze Anos e o início das atividades da *WIC*, o comércio de escravos africanos durante a Época Moderna conheceu o seu primeiro impulso de desenvolvimento. Além das feitorias estabelecidas na Guiné e na Costa da Mina, os portugueses desenvolveram o que seria o seu principal pólo fornecedor de escravos do século XVII — Angola, suas fortalezas no litoral e no interior, sua política de alianças com grupos africanos, suas redes de preação de nativos; enfim, toda a sua máquina de captura, batismo (registro) e comércio de escravos. De tal maneira, o trato de viventes se estabelece como o principal meio de dominação européia na África⁵⁷. Estima-se que, nesse período, eram embarcados no Congo e em Angola quinze mil escravos por ano, dos quais cinco mil para a América espanhola, quatro mil e quatrocentos para Pernambuco, quatro mil para Bahia e Rio de Janeiro e mil e quinhentos para Buenos Aires⁵⁸

⁵⁷ Luis Felipe de ALENCASTRO. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, pp. 30-1, 77-9, 112-4.

⁵⁸ Charles R. Boxer, *Salvador Correia de Sá*, op.cit., p. 225.

Tal estrutura do comércio de escravos, nas primeiras décadas do século XVII, disparou um duplo movimento de difusão do tráfico negreiro e do escravismo a partir da restauração portuguesa de 1640: Madri substituiu os portugueses no asiento por traficantes genoveses, holandeses, franceses e ingleses; por sua vez, o tráfico português substituiu os mercados na América espanhola ampliando seu fornecimento para o Brasil. Nesse quadro, a libertação de Luanda em 1648 foi vital para o sistema português: enquanto era armada a expedição de Salvador Correia de Sá, holandeses e espanhóis discutiam sobre o abastecimento de escravos da América Espanhola pela WIC no contexto de suas negociações de paz. Além de liquidar a resistência portuguesa em Angola, “a renovação desse lucrativo tráfico de escravos daria aos holandeses amplos recursos financeiros para prosseguir com a guerra contra os portugueses no Brasil”⁵⁹.

No entanto, dificilmente a reconquista de Angola por si só foi capaz de potencializar a oferta portuguesa de escravos: até 1665 (o “período brasileiro” da história angolana), as campanhas dos “governadores-heróis” Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros muito renderam aos seus protagonistas, mas muito prejudicaram o comércio regular das feiras angolanas. Segundo Luis Filipe de Alencastro, deve-se olhar para esse período como um de concentração do tráfico negreiro, permitido pela descentralização do poder imperial lusitano no Atlântico sul imediatamente após os conflitos com Holanda e Espanha. Ainda assim, no fim do século, observe-se que, quando se articula no final do século um novo *asiento* luso-castelhano, a oposição em Portugal foi avassaladora — o mapa do tráfico lusitano de escravos era outro⁶⁰.

Mas o fim dos anos dourados do *asiento* luso-espanhol não responde sozinho pela difusão do escravismo e do comércio de escravos durante o século

⁵⁹ *Id., ibid.*, pp. 253-4.

⁶⁰ L. Filipe de Alencastro, *op.cit.*, pp. 262-9, 271-4, 302-4, 329.

XVII. Desde 1596, os holandeses davam seus primeiros passos no tráfico de escravos. Até 1621, permutaram com africanos na Senegâmbia, na Mina e no Congo. Em geral, levavam tal comércio em nome de mercadores portugueses em Amsterdam; afora a escravaria capturada pelo corso, há registro de apenas duas viagens holandesas à costa da África para fazer comércio “por sua própria conta”.⁶¹ Com a formação da *WIC*, novos interesses na Holanda se voltaram para as oportunidades de comércio no Atlântico: entre 1624 e 25, foram lançadas expedições militares contra a Mina, a Bahia, Paraíba, Espírito Santo, Benguela e Luanda; o corso incansável contra a navegação atlântica ibérica foi uma constante a partir de então. A partir de 1637 o interesse se transformou em necessidade, graças à demanda crescente do Brasil holandês depois da retirada portuguesa de Porto Calvo. No mesmo ano, enquanto a *WIC* tentava estabelecer relações comerciais com o Sonho (ou Soyo), a conquista de São Jorge da Mina proporcionou aos holandeses sua primeira fortaleza africana para o comércio de escravos.⁶²

Decepcionado com a oferta de escravos da Costa da Mina (enquanto aumentava o apetite dos canaviais e engenhos pernambucanos), Maurício de Nassau, em 1641, mandou para Angola a frota que chegara fresca de Amsterdam. São Paulo de Luanda caiu no mesmo ano e São Tomé caiu em seguida.⁶³ Os portugueses em Angola, sob o governo e comando de Pedro César de Meneses, recuaram para Massangano. Sem fornecimento de escravos cativos pelo interior, os holandeses no litoral foram levados a um acordo com os portugueses: esses forneceria escravos para Luanda através do arraial de Bengo, porto onde se estabeleceriam (e de onde possivelmente operaram algum

⁶¹ Ernst van der BOOGAART & Pieter EMMER, “The Dutch participation in the Atlantic Slave Trade”. In: Pieter EMMER, *op.cit.*, p. 34.

⁶² Alencastro, *op.cit.*, pp. 190-1, 212-4, 431 (nota 14); Puntoni, *op.cit.*, pp. 132-138; O Forte Nassau, estabelecido na Costa do Ouro em 1612, estorvava a navegação portuguesa na Costa da Mina mas tinha papel irrelevante no fornecimento de escravos (idem, *ibidem*, p. 136).

⁶³ Cf. Puntoni, *op. cit.*, pp. 144-50. A reexportação de escravos de São Tomé, entretanto, estava paralizada; seu arrendamento não encontrava arrebatores desde 1627 (Alencastro, *op.cit.*, p. 191).

contrabando até 1648). É, portanto, apenas a partir de 1643, quando o acordo foi firmado, que Angola alimentou substancialmente a indústria açucareira no Brasil holandês — sua média de exportação de escravos saltou de oitocentos indivíduos em 1642 para dois mil e quinhentos em 1643 e quatro mil em 1644. Contudo, depois do levante luso- pernambucano em 1645, a WIC viu-se sem demanda para sua oferta de escravos. Voltou-se para São Tomé, em posse dos portugueses desde revolta em 1643. Possivelmente, traficantes ingleses e holandeses (concorrentes da WIC) reexportaram dali alguns dos escravos que promoveram o surto açucareiro em Barbados. A WIC só viria a direcionar sua oferta de escravos africanos para o Caribe a partir de 1650, dois anos depois da reconquista de Angola pela já mencionada força-tarefa fluminense. Em 1657, praticamente falida, a WIC não fazia mais comércio com a África.⁶⁴

Entre as muitas nacionalidades envolvidas no tráfico de escravos, nesta primeira metade do século XVII os britânicos também começaram a se destacar. É pouco provável que a *English Guinea Company*, estabelecida em 1588, não tenha feito sua parte nesse comércio desde seus primeiros anos de atividade. Possivelmente, até 1652 (ano do início da primeira guerra anglo-neerlandesa) os tumbeiros britânicos tiraram vantagens da neutralidade da Inglaterra nos conflitos entre Espanha, França, Holanda e Portugal — assim como o tráfico holandês faria na primeira metade do século XVIII. Em 1637, entre as ordens de ataque à Costa da Mina que Maurício de Nassau recebeu de Amsterdam, mencionava-se uma feitoria inglesa ali estabelecida e que não se deveria combater. O desenvolvimento da indústria açucareira em Barbados, aproximadamente a partir de 1650, com certeza levou o tráfico inglês a outro patamar de regularidade; em 1663 seu monopólio seria cedido à *Company of Royal Adventurers Trading to Africa*, embrião da *Royal African Company* (de 1672).

⁶⁴ Puntoni, *op.cit.*, pp. 144-50, 153; Alencastro, *op.cit.*, p. 222; Boogaart & Emmer, *op.cit.*, p. 54.

Até o final do século, os ingleses se tornaram os principais tratistas do escravo africano para a América.⁶⁵

* * *

Finalmente, façamos um levantamento do que se pode afirmar sobre a conjuntura da economia açucareira na Bahia entre 1624 e 1654. São severas as restrições impostas pelo volume e qualidade das fontes quantitativas, mas a contraposição dos dados existentes permite algumas considerações.

É difícil precisar o volume total da produção de açúcar, o que não vale apenas para a Bahia. Granjeia-se uma idéia da capacidade produtiva a partir de relatos de servidores régios e viajantes onde se encontram contados os engenhos das capitanias visitadas. Esses números, relativos à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, estão dispostos na tabela seguinte.

Tabela 2: Número de engenhos por capitania (século XVII)

	Bahia	Pernambuco	Rio de Janeiro	Fonte
1570	18	23		A
1583-5	36	66		A
1610	63		14	B
1612	50	90		C
1622		119		D
1629	80	150	60	A
1639			110	A
1662	69			E
1675	130			E
1710	146	246	136	F

Fontes: vide nota ⁶⁶

⁶⁵ Emmer, *op.cit.*, p. 57; Puntoni, *op.cit.*, p. 136; E. E. RICH & C. H. WILSON. *The Cambridge economic history of Europe*: v. IV, the economy of expanding europe in the sixteenth and seventeenth centuries. Cambridge: Cambridge University, 1975.

⁶⁶ A: Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, *op.cit.*, v. 1, pp. 255-7; B: Jácome MONTEIRO. "Relação da Província do Brasil", In: Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália. v. 8, p. 403-4; C: Diogo do Campos MORENO. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (1612). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968, p. 139; D: Stuart Schwartz, *Sugar plantations*, *op.cit.*, p. 168; E: J. Pinheiro da SILVA. "A capitania da Bahia", In: *Revista Portuguesa de História*, n. 8, 1959, p. 179-181; André João ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1710). Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

Certamente, a difusão da moenda de três eixos responde por muitos dos engenhos construídos entre 1612 e 1629, considerando que sua introdução ocorreu entre 1608 e 1612 e que, sobretudo, barateava a construção⁶⁷. Há o registro de uma invenção indeterminada de Belquior da Costa, apresentada à Câmara de Salvador em 1626, que, possivelmente, incrementou a produtividade ou facilitou a formação de capital, mas não há notícia de que isso tenha efetivamente mostrado alguma utilidade⁶⁸. É possível que mais engenhos tenham sido construídos até 1645, quando Antônio Vieira e Gaspar Dias Ferreira afirmavam a existência, no Brasil português, de duzentos e trezentos engenhos, respectivamente. Se cento e dez desses estavam no Rio de Janeiro, a Bahia então acolheria mais de oitenta ou noventa⁶⁹. Em 1640, a Câmara de Salvador fala em trezentos engenhos pelo recôncavo, mas esse número foi provavelmente exagerado para tentar iludir as administração metropolitana em reduzir os impostos⁷⁰. No ano de 1645, um alvará de D. João IV incitou a construção de engenhos no Brasil⁷¹. Não obstante, se houve construção de engenhos, foi em detrimento dos prejuízos causados durante os ataques holandeses e da tributação para o sustento da guerra, que, conforme as reclamações da Câmara, minimizavam os recursos disponíveis para a inversão produtiva⁷². Já entre 1675 e 1710 a estagnação parece evidente.

O fornecimento de escravos não ajudava. Uma carta assinada por certo Antero Gaspar de Brito Freyre dizia, em 1644, que a Bahia recebia de Angola,

⁶⁷ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 268; Stuart Schwartz, *Sugar plantations*, op.cit., p. 166.

⁶⁸ DHAM: AC, v. 1, p. 55.

⁶⁹ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 255-6.

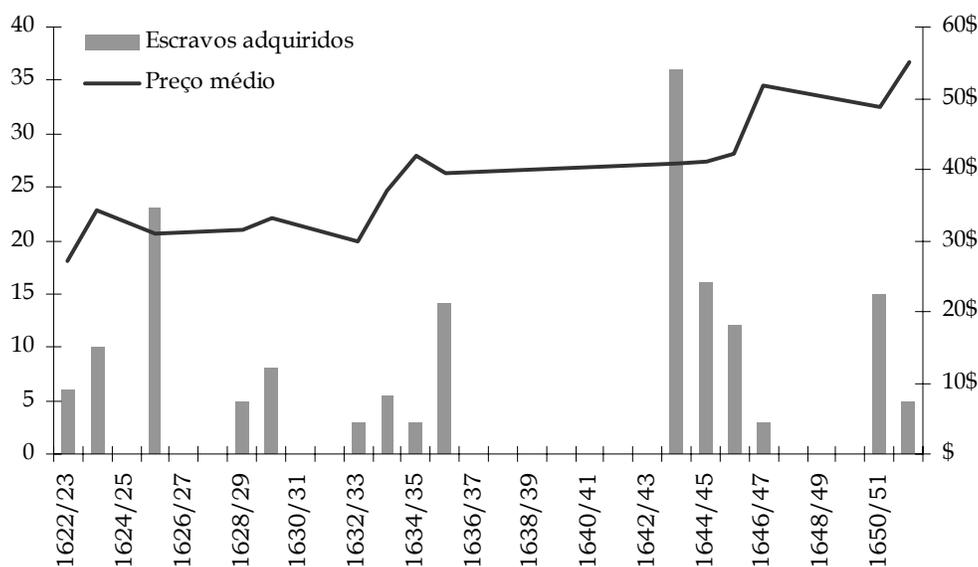
⁷⁰ DHAM: CS, v. 1, pp. 14-6.

⁷¹ “Um alvará de D. João IV, de 1645, determinou que em todas as terras para o efeito boas se fizessem engenhos, dentro de cinco anos a contar da data do dito — 10 de fevereiro. Como incitamento, davam-se vantagens especiais a quem os construísse: as terras seriam declaradas devolutas expirados que fossem os referidos cinco anos e dar-se-iam de sesmarias a quem as pedisse para engenhos, dentro de outros cinco anos. Tal foi recebido com geral aplauso dos moradores da Bahia, tendo havido, mesmo, desusadas manifestações de alegria” (cf. J. Pinheiro da SILVA, *op.cit.*, p. 179).

⁷² O custeio da produção era então avaliado em seis mil cruzados anuais (DHAM: AC, v. 3, p. 88-94).

antes da ocupação holandesa de Luanda, algo entre onze e doze mil escravos todo ano; porquanto ausentes se faziam os mesmos, Antero Gaspar pedia à Sua Majestade a liberalização das entradas de preação contra os indígenas⁷³. Vimos no segundo capítulo como houve expedições contra índios e mocambos em 1628-9, 1629-32, 1640, 1643, 1651 e 1654; em todo caso, a incursão que parece ter alçado maior sucesso (em 1636, com Belquior Brandão) não deve ter capturado mais que trezentos homens. A migração de escravos de Pernambuco entre 1635 e 1638 dificilmente reuniu mais que quatro mil indivíduos, como na estimativa de Stuart Schwartz. Por outro lado, o grande número de aquisições do engenho Sergipe do Conde durante a safra de 1643/4 (vide gráfico 2) coincide com o surto de varíola que atingiu o Rio de Janeiro no mesmo ano; é possível que a população baiana também tenha sido atingida por esta que foi a praga do século XVII⁷⁴.

Gráfico 2: Aquisição de escravos e preços médios, Sergipe do Conde (1622-52)



Fonte: Ferlini, *Sergipe do Conde*, p. ???

⁷³ *Anais do I Congresso de História da Bahia*, v. 2. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1955, p. 485.

⁷⁴ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 323; E. E. RICH & C. H. WILSON (ed.). *The Cambridge economic history of Europe*: v. IV, the economy of expanding europe in the sixteenth and seventeenth centuries. Cambridge: Cambridge University, 1975, pp. 85-6.

Observam-se aqui dois movimentos ascendentes em particular: 40,0% entre 1632/3 e 1634/5 e 22,5% entre 1645/6 e 1646/7. As lacunas na série impedem uma visão do impacto mais imediato da ocupação holandesa de São Jorge da Mina em 1637, de São Paulo de Luanda em 1641 e a restauração de Angola em 1648. É possível, porém, avaliar que os preços entre 1643 e 1647 orbitam um patamar 18,4% mais alto que entre 1632 e 1636, enquanto os preços entre 1650 e 1652 estão em média 18,2% maiores do que entre 1643 e 1647.

É possível especular sobre o volume da produção de açúcar em meados da década de 1640. Segundo a pesquisa de Frédéric Mauro, em 1643 o Rio de Janeiro produzia entre quinze e dezessete mil toneladas de açúcar aproximadamente; o total exportado pelo Brasil em 1641 foi superior a vinte e seis toneladas, o que indica uma produção baiana entre nove e onze mil⁷⁵. Esse número porém, superestima a massa de açúcar por caixa. Se considerarmos o montante arrecadado pela vintena entre 1642 e 1646, então cobrada por um tesoureiro apontado pela Câmara, diremos que o mínimo produzido nesse período foram seis mil toneladas por ano⁷⁶. Tomando-se uma média de oitenta e oito toneladas por engenho (seis mil arrobas), estima-se um mínimo de sessenta e oito engenhos operantes.

Há relativamente mais informação sobre os preços do açúcar. Sabe-se que, em 1621 e entre 1627 e 1637, o açúcar recolhido nos dízimos era avaliado em \$800 o branco “verde” (ou baixo) e \$550 o mascavo⁷⁷. Os documentos do Senado da Câmara testemunham duas baixas históricas. Em março de 1626,

⁷⁵ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 320-1.

⁷⁶ Fruto do seguinte cálculo: com o valor dos açúcares arrecadados (30:258\$031 em 1642/4 e 32:937\$286 em 1644/6), ponderam-se e dividem-se estes pelos preços auferidos pelo engenho Sergipe do Conde, com que se obtém 4188 ton. para 1642/4 e 4701 ton. para 1644/6. São balizas extremamente mínimas para uma estimativa da produção, uma vez que os açúcares com os quais a vintena era paga eram “dos piores que se fazem, muitos com falta de arrobas”. Clérigos e produtores de “mor condição” (e de maior cabedal) também não pagavam o imposto, “e assim ficam pagando os pobres e os engenhos e lavradores não o que era razão como se mostra senão do que devem e metem no fornecimento [nas inversões]” (*DHAM: AC*, v. 3, 9. 88-94).

⁷⁷ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, pp. 328-30.

dizia-se estar o preço do açúcar pela metade, o que engatilhava um movimento de execução de dívidas e o desmembramento de unidades produtivas. A Câmara então fixou o preço da arroba de açúcar entregue no resgate de dívidas em \$750 para o branco fino, \$700 para o branco médio, \$600 para branco baixo, \$360 para o mascavo e \$240 para o panela⁷⁸. Novamente, em 1642, a mesma medida foi tomada: “fazerem preço aos açúcares para com eles se fazerem pagamentos os moradores a seus credores”, desta vez a 1\$000 o fino, \$900 o médio, \$800 o baixo, \$550 o mascavo e \$240 o panela. Preços que foram determinados por uma comissão de dois produtores, dois mercadores e dois vereadores⁷⁹. Em 1646, a Câmara tomou atitude no sentido contrário: definir um teto para o preço do açúcar “porquanto valia mais caro que no Reino”, e o preço máximo foi fixado em 1\$600 por arroba⁸⁰. Segundo a pesquisa de Frédéric Mauro, em 1655 os preços na Bahia estavam a 1\$500 para o médio, \$700 para o mascavado e \$400 para o panela⁸¹.

Do mesmo trabalho trazem-se alguns preços do açúcar em Lisboa, infelizmente insuficientes para que se forme uma série contínua. Em 1618 o açúcar branco vale \$700 e o mascavo \$850. Segundo David G. Smith, em 1646 o açúcar chega a valer 3\$500 em Lisboa, enquanto Vitorino Magalhães Godinho coloca-o a 3\$800 em 1650 e 3\$600 em 1659⁸².

Com referência a preço e produção na Bahia, os dados disponíveis estão enriquecidos pela contabilidade do engenho Sergipe do Conde, cujas vendas e receitas oferecem um marco importante em qualquer avaliação da conjuntura em foco (vide os gráficos 3 e 4). A observação mais evidente é a escalada dos preços entre as safras 1634/5 e 1637/8, um aumento de 72,5% para o açúcar

⁷⁸ DHAM: AC, v. 1, pp. 31-2.

⁷⁹ *Id.*, *ibid.*, v. 2, pp. 66-7.

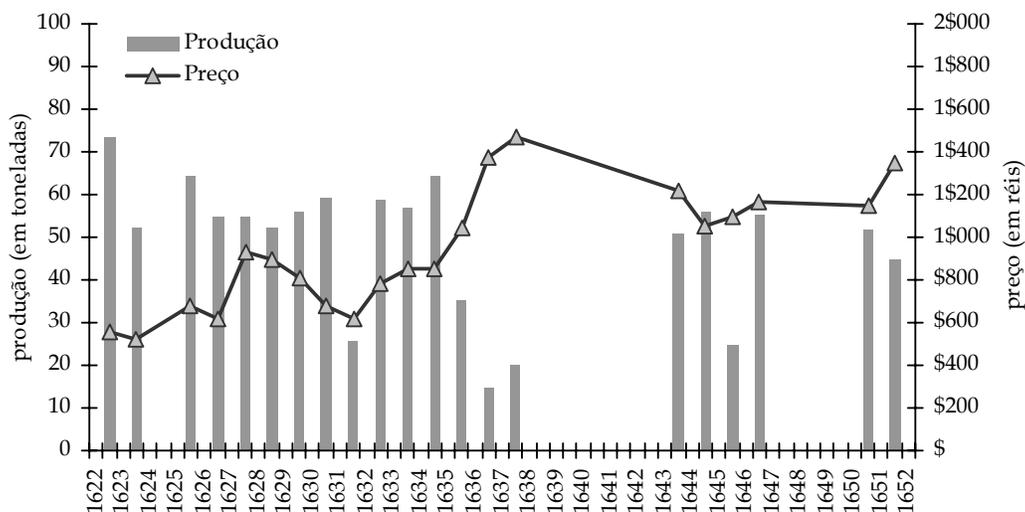
⁸⁰ *Id.*, *ibid.*, v. 2, p. 306.

⁸¹ Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 332-3.

⁸² David G. Smith, *op.cit.*, p. 353; Vitorino M. Godinho, apud: Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1, p. 333.

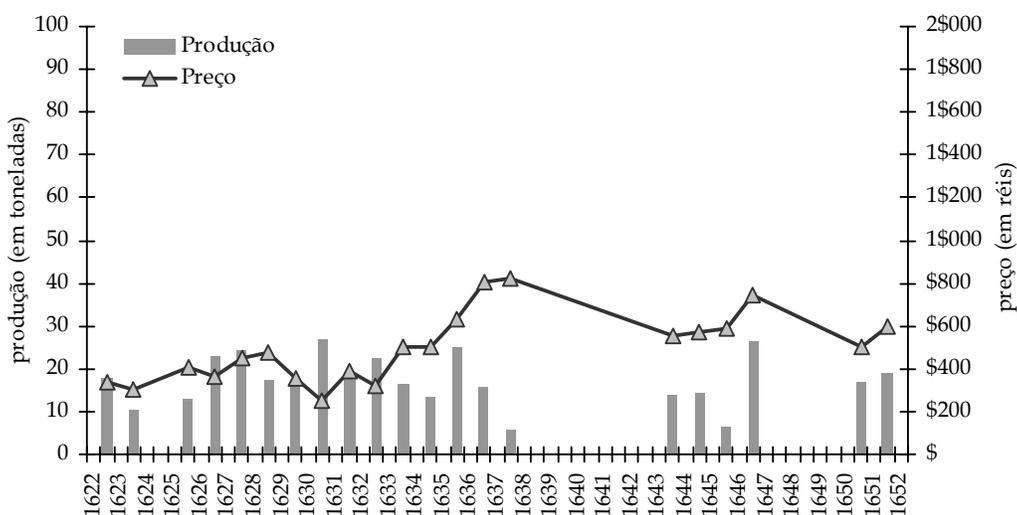
branco e 64,4% para o mascavo, ao passo que a produção dos dois tipos nesse engenho decresceu em 68,9% e 59,2% respectivamente. Existem menos dados para as décadas de 1640 e 1650, mas é possível entender que o preço do açúcar não voltou para o nível anterior à década de 1630⁸³.

Gráfico 3: Produção e preço do açúcar branco, Sergipe do Conde (1622-52)



Fonte: Vera Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit, p. 229.

Gráfico 4: Produção e preço do açúcar mascavo, Sergipe do Conde (1622-52)

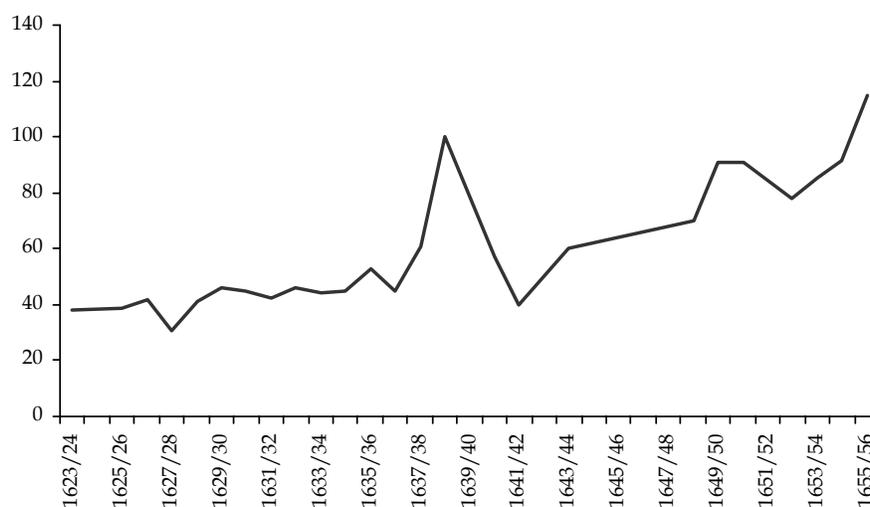


Fonte: Vera Ferlini, *Sergipe do Conde*, op.cit, p. 229.

⁸³ A média dos preços entre 1643 e 1652 (1\$171) é 60,1% maior que a média dos preços entre 1622 e 1634. O piso fixado pela comissão de produtores, mercadores e oficiais da Câmara em 1642 é 34,9% maior que o piso fixado em 1626.

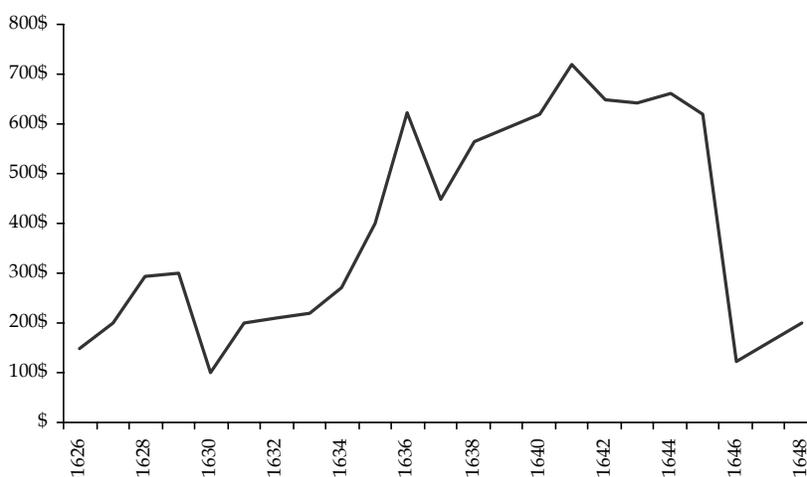
Como já notou Frédéric Mauro, o movimento de preços apresentado pelas vendas desse engenho guarda um “paralelismo” com os valores do arrendamento dos dízimos. Comparem-se, então, os gráficos 3 e 4 com os gráficos 5 e 6.

Gráfico 5: Valor dos arrendamentos do dízimo na Bahia, em milhares de cruzados (1623-56)



Fontes: Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., v. 1.

Gráfico 6: Valor dos arrendamentos da renda do verde na Bahia, em mil réis (1626-48)



Fonte: DHAM: AC, vs. 1-2.

De fato, há muito em comum entre as quatro apresentações. O valor do arrendamento dos dízimos orbita ligeiramente em uma média de 42,8 mil

cruzados entre 1622 e 1637, para subir 122,2% entre os anos fiscais de 1636/7 e 1638/9. Entre 1640 e 1656, esse valor cresce continuamente. Embora de peso absoluto muito menor, o valor do lance final da renda do verde⁸⁴ apresenta uma evolução semelhante: uma média de duzentos e trinta mil réis entre 1622 e 1634, um salto de 130,0% entre 1634 e 1635, uma média de seiscentos e dezesseis mil réis entre 1637 e 1645⁸⁵.

Mas há um problema aqui.

É possível explicar a evolução do preço do açúcar na década de 1630 com o desenrolar do conflito em Pernambuco e o gradual comprometimento de suas exportações. Com a ocupação de Olinda e Recife, cessa o escoamento de açúcar através dos rios Capiberibe e Beberibe; o preço na Bahia sai do piso decenal e se estabiliza em patamar superior até 1634. Durante a ofensiva holandesa de 1635, o Forte de Nazaré foi tomado e morreu o comércio português no Cabo de Santo Agostinho, de onde era possível vender a produção escoada pelos rios entre Pernambuco e Alagoas (o Serinhaém, principalmente, mas também o Paraguaçu). Seladas as portas de saída do açúcar pernambucano, o preço em Salvador disparou.

Isso, porém, ocorre apesar da grande dificuldade de comunicação com a Europa; entre 1634 e 1636, como se viu, a navegação dos açúcares foi proibida. Está então pressuposto que o deslocamento da demanda de açúcar de Pernambuco à Bahia superou os danos causados pelo curso holandês e burlou os estrangulamentos no transporte. Ao mesmo tempo, a decadência do comércio com o Rio da Prata não nos permite assumir aumento significativo na

⁸⁴ Trata-se do serviço oficial de averiguação dos pesos e medidas pelo Recôncavo e Cidade de Salvador. Como em 1632 e 1633 este serviço foi dividido em dois arrendamentos, um para o interior e outro para a capital, pode-se dizer que, em geral, a fiscalização dos pesos da cidade representava pouco mais da metade do valor arrecadado.

⁸⁵ Não se deve tomar o valor do arrendamento dos dízimos como um indicativo da produção na capitania, pois nele se refletem também flutuações de preço. Além disso, não se cobravam dízimos sobre açúcares de menor qualidade e grupos religiosos e membros de ordens militares eram isentos

base monetária da economia baiana, o que poderia explicar a elevação no preço do açúcar entre 1631 e 1637 — no máximo pode responder porque a inflação não foi ainda maior.

Deve-se acrescentar que, enquanto a Bahia poderia receber a demanda de redes mercantis privadas da oferta pernambucana, o trato português com o Brasil, como um todo, atravessava um período de crise e reorganização entre 1627 e 1640. A bancarrota castelhana levava para Madri a elite dos financistas portugueses. Os prejuízos da navegação brasileira em 1627, 1628, 1633 e 1634 minguaram o capital comercial nos circuitos sul-atlânticos — poucos se dispunham a arriscar a travessia. Em 1630, em Lisboa, falava-se em “falta de cabedais e homens de negócio”; a Câmara pedia autorização à entrada de capital estrangeiro na cidade⁸⁶. A partir de 1634, as exportações de salvador foram paralisadas, o capital imobilizado nos trapiches do porto e na carga das caravelas. Enquanto passava o tempo, acumulava-se o açúcar e a frota não fazia o oceano, os mercadores provavelmente esperavam temerosos a saturação do mercado assim que duas, três safras chegassem simultaneamente em Portugal. É possível que tenha havido especulação sobre estoques de açúcar ainda em Salvador, enquanto a frota não partia.

De uma ou de outra maneira, a elevação dos preços na Bahia entre 1630 e 1637, enquadrada nesse contexto de desinvestimento e descapitalização, parece indicar que o capital buscava ocupar espaços na circulação e evitava o financiamento da produção. Tal comportamento entre mercadores deve ter se acentuado entre 1634 e 1636, uma vez que seria pouco desejável assistir a partida da frota do açúcar com capitais envolvidos na produção. Daí, também, o maior interesse nos arrendamentos do dízimo e da renda do verde, cujos valores disparam para além do dobro nesses mesmo anos, supondo que o

(Schwartz, *op.cit.*, p. 154).

⁸⁶ Leonor Freire Costa, *op.cit.*, p. 71.

capital aceitava menor valorização em troca de sua segurança em ambiente tão improfícuo⁸⁷.

Para a produção, restringe-se o crédito, congela-se a atividade — em 1636, apesar da alta nos preços, o governo-geral é levado a proibir a execução de dívidas sobre escravos, caldeiras, barcos ou carros de boi, para evitar o desmembramento de engenhos e fazendas⁸⁸. Nesse quadro, os produtores menos dependentes do financiamento mercantil (chefes militares, preadores de índios e mocambeiros, pessoas ligadas à instituições clericais e à Santa Casa de Misericórdia) foram os grande beneficiados dentro da economia baiana. São os que conseguem manter a atividade produtiva e alimentar a reduzida circulação mercantil entre Bahia e Portugal⁸⁹.

O capital se concentrava. No atlântico, as perdas no corso eram compensadas pelo “grande preço que tem os açúcares”, mas provavelmente também os bens metropolitanos na Bahia, de maneira a formar novas fortunas entre aquele que conseguiam vazar o bloqueio: “a exigüidade do número de contratos celebrados nesta década esconde um núcleo de homens de negócio, com uma facção cristã-velha, que consolida a sua posição (...). Os sobreviventes desse mundo arriscado colaram-se a D. João IV com cabedais suficientes para se tornarem seus banqueiros”⁹⁰. No recôncavo, a execução de dívidas sobre bens de capital era o meio de refinar a estrutura produtiva, naturalmente reduzida e concentrada.

⁸⁷ Se o valor dos dízimos só começa a subir em 1637 é porque até então, desde 1625 estavam arrendados à mesma pessoa pelo valor de quarenta e dois mil cruzados anuais (*DHBNRJ*, v. 16)

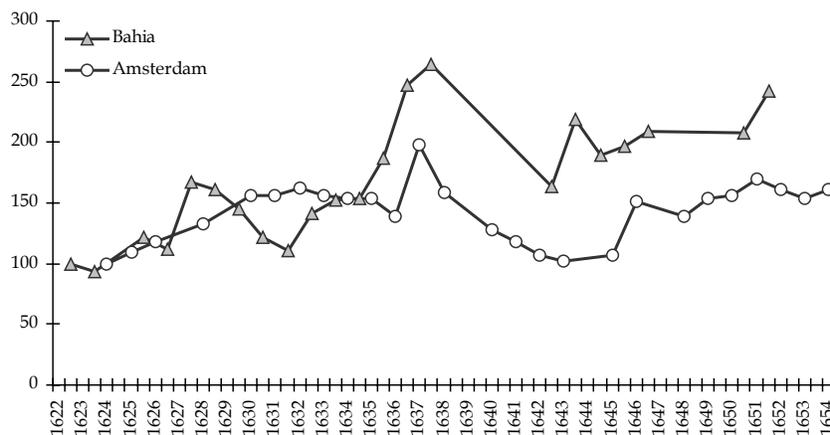
⁸⁸ *DHBNRJ*, v. 16, p. 388-91; Wanderley Pinho, *op.cit.*, p. 276.

⁸⁹ Nesse sentido, relativizamos a concepção de Celso Furtado. A “plena capacidade de autofinanciamento” e a lentidão da queda da capacidade são características da unidade produtiva ideal, mas que está distante da rica realidade da economia açucareira, onde existia uma larga camada de lavradores menos favorecidos, além das presenças consideráveis do trabalho técnico assalariado e de formas variadas de crédito à produção (Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, *op.cit.*, p. 46, 52-3; Cf. Stuart Schwartz, *Segredos Internos*, *op.cit.*, cap. 8).

⁹⁰ Leonor Freire Costa, *op.cit.*, p. 72.

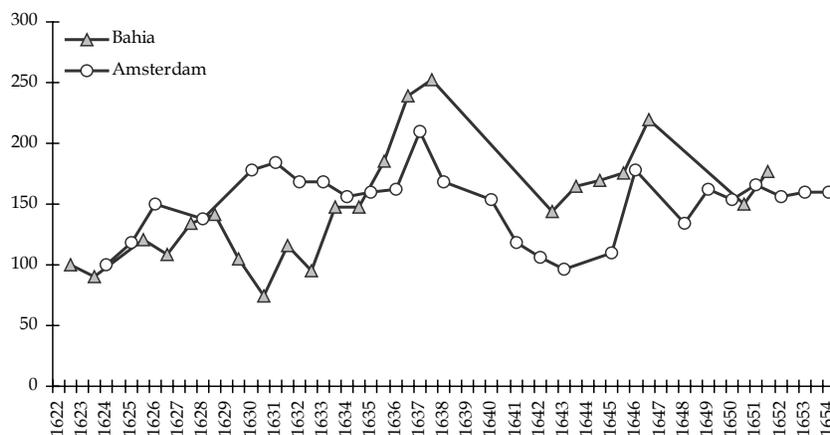
Com o acordo de paz entre Montalvão e Nassau, regularizou-se a comunicação entre Bahia e Portugal. Enquanto a produção baiana se recupera (possivelmente ultrapassando o volume anterior à década de 1630), a produção holandesa em Pernambuco abre a concorrência nos mercados europeus. O preço em Salvador cai rapidamente, assim como o valor do arrendamento dos dízimos. Ao mesmo tempo, a restauração da autonomia portuguesa e a paz com a Holanda revitalizam Amsterdam na condição de centro da distribuição do açúcar, o que se pode ver por meio dos gráficos 7 e 8.

Gráfico 7: Índice de preços do açúcar branco, Bahia e Amsterdam (1622-54)



Fonte: Vera Ferilini, *Sergipe do Conde*, op.cit.

Gráfico 8: Índice de preços do açúcar mascavo, Bahia e Amsterdam (1622-54)



Fonte: Vera Ferilini, *Sergipe do Conde*, op.cit.

O que pode ser observado aqui é a sincronização dos movimentos de preço em Amsterdam e na Bahia a partir de 1635/36. O comércio lusitano de açúcar continuava arritmico devido à guerra no Atlântico sul: em 1637, Lichthardt patrulhou o oceano com a armada da Companhia; em 1638 e 1639, era a armada do Conde da Torre que alistava as embarcações mercantis e suspendia o trato açucareiro⁹¹. A conquista da área produtora de Pernambuco terminou em 1637, de modo que acabaram os estoques capturados de portugueses e era necessário restabelecer a produção — nesse ano, as exportações de açúcar do Brasil holandês caíram em mais da metade. Os preços em Amsterdam, portanto, movem em paralelo aos da Bahia. Mas é a partir de 1640 que tal sincronismo se estrutura: acabam os impedimentos castelhanos aos comércios de sal, cereal e açúcar. Portugal passava a contar com o apoio dos Estados Gerais na luta anti-espanhola, e as praças comerciais se reaproximam⁹².

Nesse ínterim, a produção do Brasil holandês aumentou até o seu máximo em 1641 de seis mil e quinhentas toneladas aproximadas. A competição entre redes mercantis portuguesas e a WIC derrubou o preço em Amsterdam, pressionando para baixo o preço em Salvador; a Câmara é levada a limitar a deflação. A partir de então, com a desvalorização do real português na Bahia os preços iniciam uma tendência de alta. O levante de João Fernandes Vieira em Pernambuco isola os holandeses em Recife a partir de 1646, ano em que o preço do açúcar dispara, em Amsterdam e na Bahia simultaneamente — um claro sinal de que a distribuição do açúcar baiano então passava em grande parte pela Holanda.

⁹¹ Charles R. Boxer, *The Dutch in Brazil*, op.cit., p. 82.

⁹² Frédéric Mauro vê paralelismo entre os movimentos de preço em Amsterdam e Bahia para toda a série histórica, mas a década de 1630 mostra falta de concomitância entre as curvas, tanto para os preços do açúcar branco como para os do mascavo (Frédéric Mauro, *Portugal, Brasil e o Atlântico*, op.cit., p. 317).

Em 1648 e 1649, a *WIC* volta a lançar mão do corso como meio de pressionar os portugueses no Brasil a um entendimento. Desta vez, entretanto, o capital acumulado em Portugal por meio dos circuitos açucareiros é suficiente para que uma armada de escolta possa ser financiada, o que não fora possível em 1627. Com a Companhia Geral de Comércio do Brasil, Portugal garante não apenas o comércio do açúcar baiano e fluminense mas também a retomada da produção no sul de Pernambuco. Embora a administração da companhia, por diferentes razões, tenha causado revolta entre os produtores do Recôncavo, e mesmo que tenha limitado o crescimento de sua economia (uma vez que exacerbava os efeitos do exclusivo metropolitano), as frotas garantiram a comunicação transoceânica, condição essencial de realização da economia colonial. Certamente, as conseqüências da atuação da Companhia foram menos prejudiciais do que a ausência de escolta e o quase estrangulamento da comunicação entre 1627 e 1640.

Com o fim da ameaça flamenga no atlântico sul, os monopólios da Companhia e o regime de frotas deixaram de ser imprescindíveis e a navegação livre gradualmente voltou a predominar. Na década de 1650, os produtores da Bahia e do Brasil voltaram a gozar da liderança no abastecimento europeu de açúcar; a valorização do arrendamento dos dízimos parece refletir essa recuperação. Nesse momento, porém, o Caribe começava a desenvolver suas atividades. Com o decorrer do tempo, a situação do comércio português de açúcar brasileiro viria a se deteriorar. Até meados de 1660, a distribuição de açúcar continuou centrada em Amsterdam, onde competiam açúcares brasileiros e caribenhos (época que marca o auge das refinarias na Holanda). Com o fechamento das importações da França e da Inglaterra para favorecer suas próprias refinarias, perdem seu espaço original as economias açucareiras de Amsterdam, Portugal e Brasil. Do refino, ingleses e franceses partiram para a concorrência na distribuição. O açúcar brasileiro, então, tornou-se um entre

uma variedade de açúcares. Nunca perdeu seu espaço e sua especialidade — sob os auspícios da economia europeia, permitiu-se viver novas idades de ouro, mesmo que nenhuma tenha durado e dourado tanto como a que acabou naquela manhã de 09 de maio de 1624.

CONCLUSÃO

1654 marca o fim do tempo dos flamengos, mas não o regresso às condições de vida do período *ante bellum*, do auge do escravismo açucareiro. Se os elementos remanescentes do domínio holandês em Pernambuco foram arrancados da terra, sua herança para o Nordeste foi maior do que alguns milhares de homens armados e dezenas de engenhos em ruína. Entre outras coisas, a capitulação dos holandeses em Recife não interrompeu o movimento iniciado na Europa em 1621, com a fundação da WIC: em geral, a renovação e o acirramento da expansão europeia (sob pavilhões do Atlântico setentrional, em detrimento das Coroas ibéricas); em específico, a nova corrida pela colonização da América, o novo impulso na produção de açúcar.

Viu-se aqui como a compreensão deste movimento exige relações com o quadro da economia europeia do século XVII: o quadro de sua “crise geral”. O esgotamento dos mecanismos que mantiveram a hegemonia espanhola e o desarranjo do sistema comercial europeu abrem um período de reorganização das bases da expansão mercantil, para fora ou para dentro da Europa. Nesse processo, o Estado absoluto é o agente protagonista. Mas o príncipe define-se por sua afirmação sobre os outros principados, como já percebia Niccolò Machiavelli. O século XVII e a sua crise geral, portanto, são cenário e devir das transformações no mapa político da Europa, do que provém a penetrante

observação de Celso Furtado: “os prejuízos são bem maiores para Portugal que para o próprio Brasil, teatro das operações de guerra”¹. Portugal conquista a autonomia de sua Coroa, mas ao preço de concessões e alianças onerosas com ingleses e holandeses. A WIC perdeu o Brasil, mas a Holanda venceu o embargo espanhol e reintegrou seu comércio com Portugal depois de 1640 (comércio este de grande importância para sua predominância nos circuitos mercantis do Báltico): nas próximas décadas a hegemonia comercial holandesa viveria o seu zênite². O grande perdedor neste teatro é a Espanha dos Filipes, interrompida em sua ofensiva contra moinhos de vento.

A conjuntura dos negócios do açúcar ilustram o sucesso holandês. Com o fim da Trégua dos Doze Anos, em 1621, Portugal tornou-se palco da disputa comercial hispano-neerlandesa. Como consequência, o sistema português foi dividido em redes pró-Espanha ou pró-Holanda (atlânticas ou continentais, nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho), ao mesmo tempo que seus próprios agentes foram atingidos no fogo cruzado (tanto no curso holandês e na guerra do Brasil quanto no embargo espanhol e na administração dos portos lusitanos). A depressão no comércio de açúcar a partir de 1627 (aproximadamente, supondo que as perdas de 1624 tenham sido razoavelmente bem assimiladas) é consequência do cenário. O sucesso da restauração de 1640 é o sucesso do hemisfério holandês no comércio de Portugal.

A crise na Europa reflete-se nos problemas da economia baiana, mas isso não é tudo. Não bastassem os impedimentos à realização de uma economia tripolar, na qual a Bahia é um elo de autonomia limitada, somavam-se os impactos mais diretos do conflito. Com exceção do período de paz entre 1641 e 1645, os portugueses na Bahia estiveram a todo momento envolvidos com a guerra em Pernambuco. Em 1640, quando Nassau buscou pacificar seus

¹ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*, op.cit., p. 65.

² Jonathan I. Israel. *Dutch primacy in world trade*, op.cit.

domínios, os engenhos do recôncavo foram queimados para pressionar o governo português a conter os campanhistas: era fogo contra fogo. Em 1647 e 1648, quando Recife estava sitiada pelo levante dos plantadores pernambucanos, os engenhos do Recôncavo foram atacados para forçar um recuo português e o enfraquecimento do sítio. Na defensiva, era necessário manter em Salvador uma força suficiente para garantir sua segurança; o sustento da defesa pesava sobre a terra por meio do aperto fiscal, principalmente, mas também da construção naval compulsória e do apoio às armadas reais.

Na insegurança e hostilidade desse período, distribuiu-se entre todos os envolvidos no negócio do açúcar “uma série de ganhos e perdas de curta duração”³ — a frase de Stuart Schwartz parece compreender a instabilidade provocada pela guerra. Contudo, tenha-se em mente que tal distribuição não era equânime ou aleatória. Membros do clero, de ordens militares, chefes de milícia — “pessoas de mór qualidade” — isentavam-se de muitos (senão todos) tributos e financiavam suas atividades por preços muito menores. Compreende-se, portanto, que o poder sobre a produção de açúcar tenha se concentrado na elite dos senhores de engenho, em detrimento de lavradores e produtores menores, ou mesmo que tenha se expandido o escravismo na organização da produção (como meio não-monetário de usufruto da força de trabalho), conforme o testemunho dos trabalhos de Vera Ferlini⁴. O outro lado dessa moeda é a expansão da pecuária e da economia do abastecimento, projeção e periferia da economia colonial, incentivada não apenas pelas necessidades de aprovisionamento de Salvador mas também pela involução de unidades produtivas à subsistência. Os “pobres do açúcar” se multiplicavam, marginais a uma economia exportadora com graves problemas de realização.

³ Stuart Schwartz, *Sugar plantations*, op.cit. p. 174 [tradução do autor].

⁴ Em particular, *Sergipe do Conde*, op.cit., pp. 163-5, 188, 196.

Até certo ponto, o mesmo aconteceu com a navegação transoceânica dos açúcares: poucos armadores de viagens e mercadores eram capazes de atender às restrições impostas pela Coroa para promover a segurança da navegação (sobre tonelagem mínima e armamento das embarcações); mas estes tinham isenção ou facilidades fiscais. Ao mesmo tempo, ganhavam com a elevação do preço do transporte. São os que construíram novas fortunas debaixo do fogo cruzado e que, em 1640, agregaram seus cabedais ao partido do Duque de Bragança.

Em geral, aqueles que se mantiveram no negócio do açúcar nessa idade de ferro puderam desfrutar da demanda reprimida pela crise geral e pelo desarranjo do comércio. Foi este mecanismo de ganhos extraordinários que deu resiliência ao capital comercial e fê-lo superar os obstáculos impostos pela guerra no Brasil fortalecido. A superação da crise (a restauração de 1640 e o sucesso da Companhia Geral de Comércio do Brasil sobre a *WIC*) não trouxe transformação estrutural da economia baiana. Porém, ela implicou no rompimento com a Espanha (e o fim do comércio com o Rio da Prata, entre outras coisas) e na reabertura das conexões mercantis com Amsterdam, de onde partiram as invasões e o fomento à concorrência antilhana. Ao cabo, foi o preço da restauração de Portugal, Angola e Pernambuco.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Impressas

ALDENBURGK, Johann Gregor. "Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-5", In: *Revista dos Tribunais* (1627). Trad. parcial de Alfredo de Carvalho. São Paulo: s.n., 1961

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1710). Belo Horizonte: Itatiaia, 1982

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc* (1647). Trad. Claudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940

BARROS, Francisco Borges de. *Novos documentos para a história colonial*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Org. José Anônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDAJ / Massangana, 1997.

CALADO, Fr. Manuel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (1648). São Paulo: Edusp, 1987

"Carta do Marquês de Montalvão ao Conde de Nassau, noticiando a aclamação e juramento de D. João IV como rei de Portugal" (1641), In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 56, 1893

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil, 1630-1638* (1654). Recife: Secretaria do Interior, 1944

“Correspondência dos governadores-gerais”, In: *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1648-1685)*. v. 3-7,9.

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1987.

COSTA, Luiz Monteiro da. *Um manuscrito raro: holandeses na Bahia em 1638*. Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1967

“Diário de Henrique Haecxs”, In: *Anais da Biblioteca Nacional (1645-1954)*. Trad. frei Agostinho Keijzers, n. 69, p. 5-159

Documentos históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara (1625-1659). Salvador: Prefeitura Municipal, 1944-49. v. 1-3

Documentos históricos do Arquivo Municipal: Cartas do Senado (1638-1673). Salvador, Prefeitura Municipal, 1951. v. 1

“Documentos Seiscentistas Brasileiros”, In: *Anais do Museu Paulista*. v. 111, n. 2, p. 12-31

“Governo da Índia e ultramar”, In: *Anais do Museu Paulista (1631-1933)*. v. 3, 1927, p. 129-232

GUERREIRO, Bartolomeu. *Jornada dos vassallos da Coroa de Portugal (1625)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1966

LAET, Johannes de. “História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636”, In: *Anais da Biblioteca Nacional (1644)*. Trad. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. v. 30,33,38, 41 e 42

LEÃO, Joaquim de Sousa. *Salvador da Bahia de Todos os Santos: iconografia seiscentista desconhecida*. Amsterdam: Meulenhoff, 1957

Livro primeiro do governo do Brasil: 1607-1633. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, s.d.

“Livro segundo do governo do Brasil”, In: *Anais do Museu Paulista (1615-1934)*. v. 3, 1927, p. 7-128

Livro velho do tombo do mosteiro de São Bento da cidade do Salvador. Bahia: Beneditina, 1945

- MACHADO, Diogo Barbosa. "Relação verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de Todos os Santos", In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. v. 5, 2a. ed., 1895
- MOERBEECK, Jan Andreas. "Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil", In: *Documentos históricos*: v.1, os holandeses no Brasil (1624). Trad. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942
- MONTEIRO, Jácome. "Relação da Província do Brasil" (1610), In: Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugália. v. 8, p. 371-425
- MORENO, Diogo do Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (1612). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. "Historia de la recuperación del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623 (sic)", In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 69.
- "Patentes, provisões, alvarás, mandatos, ordens, regimentos e cartas régias", In: *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (15??-1711). v. 5, 10-1, 14-23, 31-3.
- "Privilégios concedidos aos cidadãos do Rio de Janeiro por El-Rei D. João IV em 1642", In: *Brasilia*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1949. v. 4, p. 375-382.
- PYRARD, François. *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval*. Trad. Porto: Civilização Brasileira, 1944.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Rev. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira etc* (165?). Recife: Secretaria do Interior, 1943.
- SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Notas de Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

TAMAYO DE VARGAS, Tomas. *Restauración de la ciudad del Salvador, y bahia de todos os santos, en la provincia del Brasil*. Madrid: Viuda Alonso Martin, 1628.

“Traslado dos privilégios que sua magestade concedeu aos cidadãos da Bahia de Todos os Santos”, In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (1646), n. 8, 2 ed., 1867, p. 512-526.

“Um episódio da guerra dos holandeses no Brasil: o ataque à cidade da Bahia” (1647), In: *Brasilia*. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943. v. 2, p. 587-593.

VIEIRA, Antônio. *A invasão holandesa da Bahia (1625)*. Salvador: Progresso, 1935.

_____. *Por Brasil e Portugal: sermões comentados por Pedro Calmon*. São Paulo: Nacional, 1938.

VILHASANTI, Pedro de Cadena. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Lisboa: s.n., 1941.

2. Bibliografia

ALBUQUERQUE, Mario de. “A expansão portuguesa e o problema da liberdade dos mares”. In: A. BAIÃO, *História da expansão portuguesa no mundo*, v. 3. Lisboa: Atica, 1940

ALENCASTRO, Luis Filipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALVES, Eurico. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: UFBA, 1989.

AMARAL, Braz do. *Resenha historica da Bahia*. Bahia: Tipografia naval, 1941.

Anais do I Congresso de História da Bahia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1955.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A Bahia de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente”., *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001, pp. 359-373

- ARNIZÁU, José Joaquim de Almeida. "Memória Topográfica, histórica, comercial e política da vila de Cachoeira da província da Bahia", In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, n. 25, 1862, p. 127-136.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. "Colonies as mercantile investments: the Luso-Brazilian empire, 1500-1822". In: James D. TRACY (ed.), *The political economy of merchant empires*. Cambridge: Cambridge Univ., 1991, p. 360-420.
- _____. "A crise do século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750)". In: *Revista de História*, n. 116, 1984.
- _____. "Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII"., *Actas dos IV Cursos internacionais de Verão de Cascais*: vol. 3. Cascais: Câmara Municipal, 1998.
- _____. "Exploração colonial e capital mercantil". In: TAMÁS SZMRECSÁNYI (org.), *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1996.
- _____. *A grande revolução inglesa, 1640-1780*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- ASIMOV, Isaac. *O livro dos fatos*. Trad. Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: USP, 1956.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *Cartas do Pe. Antônio Vieira*
- _____. *História de Antonio Vieira*. Lisboa: Classica, 1931.
- _____. *História dos cristãos-novos portugueses*. 3 ed. Lisboa: Clássica, 1989.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1949.
- BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e sertanistas baianos*. Salvador: Impr. Oficial, 1920.
- _____. "Catálogo de documentos, notas e comentários para a história da agricultura na Bahia", In: *Anais do Arquivo público da bahia*, n. 14, 1923.

- _____. *Margem hitorica da Bahia*. Bahia: Impr. Oficial, 1934.
- _____. *Senado da camara da Bahia no século XVII*. Bahia: Impr. Oficial, 1928.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. "Política indigenista no Brasil Colonial, 1570-1750", In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 29, 1988, p. 49-60.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: UFBA, 1989.
- BOSI, Alfredo. "Vieira, ou a cruz da desigualdade", In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 25, 1989.
- BOXER, Charles Ralph. *The dutch in Brazil: 1624-54*. Oxford: Clarendon, 1957.
- BOXER, Charles Ralph. *Four centuries of portuguese expansion, 1415-1825: a succint survey*. Los Angeles, Berkeley: University of California, 1972.
- BOXER, Charles Ralph. *The portuguese seaborne empire, 1415-1825*. New York: Alfred A. Knopf, 1975.
- _____. *Portuguese society in the tropics: the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Milwaukee: University of Wisconsin, 1965.
- _____. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*. London: Athlone, 1952.
- BOYAJIAN, James C. *Portuguese bankers at the court of Spain, 1626-1650*. New Brunswick, New Jersey: Reutgers University, c1983.
- _____. *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore, London: John Hopkins, 1993.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BUCHANAN, B. J. "Trade, plunder and economic development in early english Jamaica", In: *Economic History Review*, n. 39, p. 2.
- CAETANNO, Marcelo. *O conselho ultramarino: esboço de sua história*. S.l.: Sá Cavalcante, s.d.
- CALMON, Pedro. "Gente da Bahia no século XVII", In: *Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*, v. 53, 1926.
- _____. *História da Bahia*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

- _____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1959.
- CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981.
- _____. *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*. São Paulo: USP; Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CERQUEIRA, Carlos Valeriano de. "A invasão holandesa, seus efeitos na indústria açucareira na Bahia"., *Anais do I Congresso de História da Bahia*, v. 4. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1955
- CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social: homem, tempo e espaço na época moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. "História econômica: retrospectiva e perspectiva", In: *Anais de História do ILHP de Assis*, 1971.
- CIPOLLA, Carlo (org.). *La decadencia económica de los imperios*. Trad. esp. Blanca Paredes Larruca. 2 ed. Madrid: Alianza Universidad, 1977.
- CORDEIRO, J. P. Leite. *São Paulo e a invasão holandesa no Brasil*. São Paulo: s.n., 1949.
- CORTESÃO, Armando & MOTA, Alm. Avelino Teixeira da (ed.). *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Casa da Moeda, 1987.
- CORTESÃO, Jaime. *O ultramar português depois da restauração*. Lisboa: Portugália, s.d.
- COSTA, Conf. Afonso. "A restauração de Portugal e o Marquês de Montalvão", In: *Revista do Instituto Geográfico Histórico da Bahia*, n. 67.
- COSTA, Leonor Freire. "Redes mercantis na Companhia Geral do Comércio do Brasil"., *IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, 2001

- _____. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral de Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.
- COSTA, Luiz Monteiro da. *Na bahia colonial: apontamentos para a história militar da cidade do Salvador*. Salvador: Progresso, 1958.
- CRESPO, Horacio (dir). *Historia del Azúcar en Mexico*. Mexico: Fondo del Cultura Economica, 1988.
- CURTIN, Phillip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: Univ. of Wisconsin, 1969.
- DAVIS, Ralph. *The rise of the atlantic economies*. Ithaca: Cornell Univ., 1973.
- DEERR, Noel. *The history of sugar*. London: Chapman & Hall, 1949.
- DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. Trad. port. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DISNEY, A. R. "The first portuguese India Company, 1628-33", In: *Economic History Review*, v. 30, n. 2.
- DORIA, Francisco Antonio. *Os herdeiros do poder*. Rio de Janeiro: revan, 1994.
- DUNCAN, Thomas Bentley. *Atlantic islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in seventeenth century commerce and navigation*. Chicago: University of Chicago.
- EDEL, Matthew. "The brazilian sugar cycle of the 17th. century and the rise of the West-Indian competition", In: *Caribbean Studies*, v. 9, n. 1.
- EISENSTADT, Samuel Noah. *The political systems of empires*
- EMMER, Pieter (org.). *The dutch in the atlantic economy, 1580-1880: trade, slavery and emancipation*. Aldershot-GB, Brookfield-US: Ashgate, 1998.
- _____. (ed.). *General history of the Caribbean: v. II, New societies: the Caribbean in the Long Sixteenth Century*. S.l.: MacMillan, 1999.
- EMMER, Pieter & GAASTRA, Femme (eds.). *The organization of interoceanic trade in european expansion, 1450-1800*. Aldershot, Brookfield: Variorum-Ashgate, 1996.

- EMMER, Pieter & MÖRNER, Magnus (orgs.). *European expansion and migration: essays on the intercontinental migration from Africa, Asia and Europe*. Providence, Oxford: Berg, 1992.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Excerptos de historia da bahia*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1956.
- _____. *Fortes coloniais da cidade de Salvador*. São Paulo: Martins, 1942.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e colonização*. São Paulo: tese/USP, 2002.
- _____. *O Engenho Sergipe do Conde: contar, constatar, questionar*. São Paulo: dissertação/USP, 1980.
- _____. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense / CNPq, 1988.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo: Tese/USP, 1996.
- FLORY, Rae & SMITH, David Grant. "Bahian merchants and planters in the seventeenth and early eighteenth centuries", In: *Hispanic American Historical Review*, v. 58, 1978?, p. 571-594.
- FLORY, Rae J. D. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: Univ. of Texas, 1978.
- FRANÇA, Eduardo D Oliveira. "Engenhos, colonização e cristãos-novos na Bahia colonial". In: Eurípedes Simões de PAULA (org.), *Anais do IV simpósio da ANPUH: colonização e imigração*. São Paulo: USP, 1969
- _____. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- FREITAS, Gustavo de. *A Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1649-1720*. São Paulo, 1951.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 22 ed. São Paulo: Nacional, 1987.
- GALLOWAY, J. H. "The mediterranean sugar industry", In: *Geographical Review*, v. 67, n. 2, p. 177-194.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio: v. 2, sobre história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, s.d.
- _____. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcadia, 1971.
- GREEN, William. "Supply vs. demand in the Barbadian sugar revolution", in: *Journal of Interdisciplinary History*, 1988, v. XVIII, n. 3, pp. 403-418
- GUERRA, Flávio. *Nordeste: um século de silêncio (1654-1755)*. Recife: ASA, 1985.
- _____. *Uma aventura holandesa no Brasil*. Recife: s.n., 1977.
- HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. Trad. Maria Helena Garcia. Lisboa: D. Quixote, 1980.
- HECKSHER, Eli F. *La época mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*. Trad. esp. Wenceslao Roces. Mexico: Fondo del Cultura Económica, 1943.
- HOBBSAWM, Eric J. "The general crisis of european economy in the 17th century", in: *Past & Present*, nº 5-6, 1954-5.
- ISRAEL, Jonathan I. "A conflict of empires: Spain and the Netherlands, 1618-1648", in: *Past & Present*, n. 26, 1977, p. 34-74.
- _____. *Dutch primacy in world trade, 1585-1740*. Oxford: Clarendon, 1992.
- _____. *The Dutch Republic, its rise, greatness and fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon, 1995.
- _____. *Empires and entrepots: the Dutch, the Spanish monarchy and the jews, 1585-1713*. Londres: Hamblendon, 1990.
- _____. *European jewelry in the age of mercantilism, 1550-1750*. London: Littman, 1998.
- KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Trad. esp. Barcelona: Península, 1973.
- LANG, James. *Conquest and commerce: Spain and England in the Americas*. New York: Academic, 1975.
- _____. *Portuguese Brazil, the king's plantation*. New York, London: Academic, 1979.

- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira das Índias*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL; Lisboa: Portugalia.
- LIPPMANN, Edmund O. von. *História do açúcar: desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Trad. port. Rodolfo Coutinho. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1941-2.
- LOBO, Eulália M. L. *Administração colonial luso-espanhola nas Américas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952.
- MARCHAL, André. *Sistemas e estruturas econômicas* Antônio Borges Coelho. Lisboa: Gleba, s.d.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. "Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo"., *IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, 2001
- _____. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um balanço do debate*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio B. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. S.l.: Estampa, 1993.
- MAURO, Frédéric. "Da história seriada ou estatística à história frequencial ou estrutural: o caso do Brasil ", In: *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n. 3, 1972, p. 303-310.
- _____. *Expansão européia, 1600-1870*. Trad. Maria Luiza Marcílio. São Paulo: Pioneira, USP, 1980.
- _____. *Nova história e novo mundo*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Portugal, Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Trad. Manuela Barreto. Lisboa: Estampa, 1989.
- McCUSKER, John. "Weights and measures in the colonial sugar trade". In: *Essays in the Economic History of the Atlantic world*. London: Routledge, 1997.

- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. *Olinda restaurada : guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- _____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO, José A. Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 13 ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MOTTA, Marcus Alexandre. *Antônio Vieira: infalível naufrágio*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões de Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- MOUSNIER, Roland. *História geal das civilizações: v. 5, os séculos XVI e XVII*. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1973
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia, 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NUÑEZ ARCA, P. *Os tres Felipes de Espanha que foram reis do Brasil*. São Paulo: Epigraf, 1957.
- OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Diálogos entre Caminha e Frei Vicente do Salvador: construção de uma "arqueologia" da diferença entre colonos e reinóis em documentos luso-brasileiros dos séculos XVI e XVII*. Campinas: Dissertação/UNICAMP, 2003

- PARKER, Geoffrey & SMITH, Lesley. *The general crisis of the seventeenth century*. London, Henley, Boston: Routledge & Kegan-Paul, 1978.
- PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. 9 vs. Barcelos: Portucalense, 1928.
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho no Recôncavo: Matoim - Novo Caboto - Freguesia, 1552-1944*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1982.
- _____. *História social da cidade do Salvador: v.1, aspectos da histórica social da cidade, 1549-1650*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1968.
- PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530-1626): historia da formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1945.
- _____. *A idade de ouro na Bahia, 1530-1626*. São Paulo: Nacional, 1950.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- _____. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil holandês, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- RIBEIRO JR., José. "As companhias coloniais no processo de acumulação originária: um estudo de caso (o nordeste brasileiro)", In: *Anais de História do ILHP de Assis*, 1977.
- _____. *Colonização e monopólio do Nordeste brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba : (1759-1780)*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- RICH, E. E. & WILSON, C. H. (ed.). *The Cambridge economic history of Europe: v. IV, the economy of expanding europe in the sixteenth and seventeenth centuries*. Cambridge: Cambridge University, 1975.
- RODRIGUES, José Honório. "Agricultura e economia açucareira no século XVII", In: *Brasil Açucareiro*, v. 26, 1943.
- _____. "Notas à literatura brasileira sobre o açúcar no século XVII", In: *Brasil Açucareiro*, v. 25, 1942.
- ROMANO, Ruggiero. *Conyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamerica*. Trad. esp. Mexico: Fondo del Cultura Economica, 1993.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa de Misericordia of Bahia, 1550-1750*. Berkley: University of California, 1968.

- RUY, Afonso. *Historia política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro, 1530-1680*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- SCAMMELL, George V. "European seamanship in the great age of discovery", In: *The Mariner's Mirror*, n. 68, 1982, p. 357-376.
- _____. *Ships, oceans and empire: studies in European maritime and colonial history, 1400-1750*. Aldershot, GB: Variorum; Brookfield, USA: Ashgate, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart. "Colonial Brazil, c. 1580-c. 1750: plantations and peripheries". In: Leslie BETHELL (ed.), *The Cambridge History of Latin America: v. 2, Colonial Latin America*. Cambridge: Cambridge University, 1984.
- _____. "Panic in the Indies: the portuguese threat to the spanish empire, 1640-50", In: *Colonial Latin American Review*, v. 2, n. 1-2, 1993.
- _____. *Segredos Internos : engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *Slaves, peasants and rebels: reconsidering brazilian slavery*. Urbana: University of Illinois, 1996.
- _____. *Sovereignty and society in colonial Brazil: the high court of Bahia and its judges, 1609-1751*. Berkeley: University of California, 1973.
- _____. *Sugar plantations in the formation of brazilian society, Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University, 1985.
- SELLING JR., Theodor. *A Bahia e seus veleiros: uma tradição que desapareceu*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-geral da Marinha, 1976.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Nacional, 1968.
- SILVA, J. Pinheiro da. "A capitania da Bahia", In: *Revista Portuguesa de História*, n. 8, 1959.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1996.

- SMITH, David Grant. *The merchant class of Portugal in the seventeenth century: a social-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Ph.D thesis, University of Texas, 1975.
- SOLOW, Barbara (ed.). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Cambridge: University, 1991.
- STOLS, Eddy. "Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas", In: *Anais de História do ILHP de Assis*, 1973.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo: UNESP; Salvador: UFBA, 2001.
- TRACY, James D. (ed.). *The political economy of merchant empires*. 2 ed. Cambridge; New York: Cambridge Univ., 1997.
- _____. (ed.). *The rise of the merchant empires: long-distance trade in the early modern world, 1350-1750*. 2 ed. Cambridge; New York: Cambridge Univ., 1993.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cultura, 1945.
- _____. *História geral do Brasil*. 3 ed., 5 vs. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- VINHÁES, Nathalia. "O açúcar, o fumo, e o cacau como principais fatores econômicos da Bahia", *Anais do I Congresso de História da Bahia*, v. 4. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1955
- VRIES, Jan de. *The economy of Europe in an age of crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University, 1976.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system: v.1, Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic, 1974.
- _____. *The modern world-system: v.2, Mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. New York: Academic, 1980.
- WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. trad. port. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Nacional, 1938.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Pietro Nasseti (a partir de versão inglesa). São Paulo: Martin Claret, 2001.